Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 5

Demonstração do Resultado 7

Demonstração do Resultado Abrangente 9

Demonstração do Fluxo de Caixa 10

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017 12

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016 13

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015 14

Demonstração do Valor Adicionado 15

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 17

Balanço Patrimonial Passivo 19

Demonstração do Resultado 21

Demonstração do Resultado Abrangente 23

Demonstração do Fluxo de Caixa 24

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017 26

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016 27

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015 28

Demonstração do Valor Adicionado 29

Relatório da Administração 31

Notas Explicativas 57

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais 120

Proposta de Orçamento de Capital 121

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 122

Índice

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 127

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 128

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 129

Motivos de Reapresentação 130

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	126.751
Preferenciais	0
Total	126.751
Em Tesouraria	
Ordinárias	357
Preferenciais	0
Total	357

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	16/03/2017	Juros sobre Capital Próprio	15/05/2017	Ordinária		0,25288
Reunião do Conselho de Administração	14/06/2017	Juros sobre Capital Próprio	28/07/2017	Ordinária		0,29481
Reunião do Conselho de Administração	20/09/2017	Juros sobre Capital Próprio	23/10/2017	Ordinária		0,30813
Reunião do Conselho de Administração	22/02/2018	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,36452
Assembléia Geral Extraordinária	17/11/2017	Dividendo	30/11/2017	Ordinária		0,94941

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	10.801.093	10.940.114	10.938.168
1.01	Ativo Circulante	1.670.211	1.696.499	1.479.974
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	405.573	621.673	557.085
1.01.03	Contas a Receber	1.204.346	1.018.022	862.657
1.01.03.01	Clientes	1.084.912	921.035	753.805
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	119.434	96.987	108.852
1.01.03.02.01	Imposto a Compensar	16.288	25.311	39.674
1.01.03.02.02	Convênio de Cooperação Técnica	79.993	34.462	41.736
1.01.03.02.03	Bancos e Aplicação de Convênios	23.153	37.214	27.442
1.01.04	Estoques	43.912	39.774	46.038
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	16.380	17.030	14.194
1.01.08.03	Outros	16.380	17.030	14.194
1.01.08.03.01	Adiantamentos a Empregados	13.497	12.754	11.234
1.01.08.03.02	Diversos	2.883	4.276	2.960
1.02	Ativo Não Circulante	9.130.882	9.243.615	9.458.194
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.201.649	1.250.833	1.292.176
1.02.01.03	Contas a Receber	333.379	431.512	498.603
1.02.01.03.01	Clientes	82.478	139.595	178.807
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	250.901	291.917	319.796
1.02.01.06	Tributos Diferidos	136.065	155.219	154.248
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	136.065	155.219	154.248
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	0	23.568
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	0	0	23.568
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	732.205	664.102	615.757
1.02.01.09.03	Ativos Financeiros - Contratos de Concessão	659.147	604.538	574.673
1.02.01.09.04	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	73.058	59.564	41.084
1.02.02	Investimentos	62.287	34.290	18.068
1.02.02.01	Participações Societárias	62.287	34.290	18.068
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	62.027	34.030	17.808

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	260	260	260
1.02.03	Imobilizado	1.769.541	137.922	165.019
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.769.541	137.922	165.019
1.02.04	Intangível	6.097.405	7.820.570	7.982.931
1.02.04.01	Intangíveis	6.097.405	7.820.570	7.982.931
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	5.115.708	6.679.325	6.899.956
1.02.04.01.02	Intangível em Andamento	981.697	1.141.245	1.082.975

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	10.801.093	10.940.114	10.938.168
2.01	Passivo Circulante	1.246.970	1.124.297	1.078.486
2.01.02	Fornecedores	191.866	149.394	159.152
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	191.866	149.394	159.152
2.01.03	Obrigações Fiscais	67.632	57.771	56.220
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	65.503	55.942	54.279
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Federais	65.503	55.942	54.279
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.129	1.829	1.941
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	598.292	511.910	489.411
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	165.756	146.441	188.634
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	120.660	113.413	141.525
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	45.096	33.028	47.109
2.01.04.02	Debêntures	432.536	365.469	300.777
2.01.04.02.01	Não Conversíveis	432.536	365.469	300.777
2.01.05	Outras Obrigações	181.827	222.621	204.836
2.01.05.02	Outros	181.827	222.621	204.836
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	43.748	65.406	7.590
2.01.05.02.04	Obrigações de Benefícios de Aposentadoria	36.088	33.127	31.424
2.01.05.02.07	Parceria Público Privada	74.411	108.581	0
2.01.05.02.08	Obrigações Diversas	27.580	15.507	165.822
2.01.06	Provisões	207.353	182.601	168.867
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	207.353	182.601	168.867
2.01.06.01.05	Parcelamento de Impostos	70.696	64.429	56.465
2.01.06.01.06	Provisão para Férias e 13º Salário	111.315	99.837	102.606
2.01.06.01.07	Participação dos Empregados nos Lucros	25.342	18.335	9.796
2.02	Passivo Não Circulante	3.309.780	3.876.130	4.212.832
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.537.807	2.918.525	3.100.503
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.241.502	1.252.992	1.338.238
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	967.316	978.717	975.780

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	274.186	274.275	362.458
2.02.01.02	Debêntures	1.296.305	1.665.533	1.762.265
2.02.01.02.01	Não Conversíveis	1.296.305	1.665.533	1.762.265
2.02.02	Outras Obrigações	555.190	632.671	836.676
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	0	18.302
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	0	0	18.302
2.02.02.02	Outros	555.190	632.671	818.374
2.02.02.02.03	Obrigações de Benefícios de Aposentadoria	80.083	110.300	104.895
2.02.02.02.05	Depósitos para Obras	77.917	79.766	68.531
2.02.02.02.06	Parceria Público Privada	392.217	441.563	643.795
2.02.02.02.07	Diversos	4.973	1.042	1.153
2.02.04	Provisões	216.783	324.934	275.653
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	216.783	324.934	275.653
2.02.04.01.05	Parcelamento de Impostos	82.478	139.595	178.807
2.02.04.01.06	Provisão para Demandas Judiciais	134.305	185.339	96.846
2.03	Patrimônio Líquido	6.244.343	5.939.687	5.646.850
2.03.01	Capital Social Realizado	3.402.385	3.402.385	2.773.985
2.03.02	Reservas de Capital	-8.576	-8.576	119.824
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-8.576	-8.576	-8.576
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	0	128.400
2.03.04	Reservas de Lucros	2.815.704	2.528.663	2.710.880
2.03.04.01	Reserva Legal	281.082	253.060	231.352
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	2.487.352	2.236.289	2.445.068
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	47.270	39.314	34.460
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	34.830	17.215	42.161

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.300.669	4.008.286	3.810.713
3.01.01	Serviços de Àgua	2.586.340	2.368.144	2.062.497
3.01.02	Serviços de Esgoto	1.411.267	1.275.474	1.081.684
3.01.03	Receita de Construção	302.663	364.668	666.532
3.01.04	Receita de Resíduo Sólido	399	0	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.461.999	-2.460.959	-2.673.380
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.159.336	-2.096.291	-2.011.576
3.02.02	Custo de Construção	-302.663	-364.668	-661.804
3.03	Resultado Bruto	1.838.670	1.547.327	1.137.333
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-879.710	-746.090	-823.207
3.04.01	Despesas com Vendas	-386.930	-344.610	-315.971
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-471.112	-347.464	-521.034
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	247.796	190.283	205.191
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-262.058	-239.632	-190.492
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-226.822	-212.459	-190.492
3.04.05.02	Participações dos Empregados no Lucro	-35.236	-27.173	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-7.406	-4.667	-901
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	958.960	801.237	314.126
3.06	Resultado Financeiro	-200.260	-201.205	-343.070
3.06.01	Receitas Financeiras	132.145	202.250	121.555
3.06.02	Despesas Financeiras	-332.405	-403.455	-464.625
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	758.700	600.032	-28.944
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-198.262	-165.871	17.352
3.08.01	Corrente	-188.598	-155.793	-3.735
3.08.02	Diferido	-9.664	-10.078	21.087
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	560.438	434.161	-11.592
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	560.438	434.161	-11.592
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.99.01.01	ON	4,42000	3,56000	-0,10000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	4,42000	3,56000	-0,10000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	560.438	434.161	-11.592
4.02	Outros Resultados Abrangentes	18.422	-21.449	1.630
4.02.01	Ganho/Perda Atuarial com Benefícios de Aposentadoria	9.517	-33.646	1.408
4.02.02	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	8.905	12.197	222
4.03	Resultado Abrangente do Período	578.860	412.712	-9.962

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.026.806	784.622	701.176
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.631.570	1.509.284	1.060.527
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	560.438	434.161	-11.592
6.01.01.02	Provisão p/ Créditos Liquidação Duvidosa	198.670	158.278	122.365
6.01.01.03	Recuperação de Contas Baixadas	-77.933	-78.506	-59.447
6.01.01.04	Encargos e Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	30.902	-28.324	135.267
6.01.01.05	Receitas e Despesas de Juros	249.742	290.248	260.755
6.01.01.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.664	10.078	-21.087
6.01.01.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	7.406	4.667	901
6.01.01.08	Ganho/Perda na Baixa de Intangível e Imobilizado	18.252	7.618	24.849
6.01.01.09	Depreciação e Amortização	563.996	596.745	548.593
6.01.01.10	Constituição de Provisões	28.219	101.942	13.883
6.01.01.11	Provisão com Benefícios de Aposentadoria	50.170	17.231	50.183
6.01.01.13	Outros	-7.956	-4.854	-4.143
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-604.764	-724.662	-359.351
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-256.476	-219.618	-120.586
6.01.02.02	Estoques	-4.138	6.264	-4.787
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	9.007	14.361	-19.079
6.01.02.04	Bancos e Aplicação de Convênios	14.061	-9.772	-2.949
6.01.02.05	Caução em Garantia de Financiamentos	7.085	32.874	-24.945
6.01.02.06	Resgates de Ativos Financeiros / Aplicação Financeira Vinculada	6.455	7.524	39.098
6.01.02.07	Créditos com Controladas	-1.022	-1.987	-3.491
6.01.02.08	Outros Ativos Financeiros	-2.355	-11.738	-12.957
6.01.02.09	Outros	7.558	-12.645	4.723
6.01.02.10	Fornecedores	48.443	-28.843	32.519
6.01.02.11	Impostos, Taxas, Contribuições e Obrigações Sociais	172.556	124.908	28.955
6.01.02.12	Provisão para Férias e 13º Salário	11.478	-2.769	4.170
6.01.02.13	Participação dos Empregados nos Lucros	7.007	8.539	-10.072
6.01.02.14	Convênio de Cooperação Técnica	-45.531	7.274	-4.342

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01.02.15	Contingências	-79.253	-13.449	-30.795
6.01.02.16	Obrigações de Benefícios de Aposentadoria	-37.662	-36.457	-39.422
6.01.02.17	Energia Elétrica e Outros	8.884	-132.562	130.024
6.01.02.18	Juros Pagos	-272.627	-302.672	-278.231
6.01.02.19	Pagamento de Passivo Atuarial	-25.344	-24.644	-22.621
6.01.02.20	Pagamento de IR/CSLL	-172.890	-129.250	-24.563
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-614.038	-511.719	-443.860
6.02.05	Compra de Ativos Intangíveis e Imobilizado	-481.580	-396.211	-579.108
6.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	0	128.400
6.02.08	Pagamento à PPP	-102.355	-111.507	0
6.02.09	Aumento de Capital em Subsidiárias (Copanor)	-35.365	-35.112	0
6.02.10	Caixa Recebido pela Liquidação de Subsidiárias (AGMM)	0	24.249	0
6.02.11	Valor Recebido pela Venda de Imobilizado	5.262	6.862	6.848
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-628.868	-208.315	-29.299
6.03.01	Ingresso de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	135.859	292.799	566.354
6.03.02	Amortização de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-479.057	-444.950	-593.348
6.03.04	Juros sobre Capital Próprio Pagos	-165.670	-56.164	-2.305
6.03.10	Dividendos Pagos	-120.000	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-216.100	64.588	228.017
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	621.673	557.085	329.068
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	405.573	621.673	557.085

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.402.385	-8.576	2.528.663	0	17.215	5.939.687
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.402.385	-8.576	2.528.663	0	17.215	5.939.687
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	560.438	18.422	578.860
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	560.438	0	560.438
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	18.422	18.422
5.05.02.09	Perda Atuarial com Benefícios de Aposentadoria	0	0	0	0	9.517	9.517
5.05.02.10	Valor Justo Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	8.905	8.905
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	287.041	-560.438	-807	-274.204
5.06.04	Reserva Legal	0	0	28.022	-28.022	0	0
5.06.05	Reserva Incentivos Fiscais	0	0	7.956	-7.956	0	0
5.06.06	Retenção de Lucros	0	0	371.024	-371.024	0	0
5.06.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-154.243	0	-154.243
5.06.08	Dividendos Extraordinários	0	0	-120.000	0	0	-120.000
5.06.09	Amortização da Correção Monetária sobre Ativos Corrigidos 96/97	0	0	0	1.223	-1.223	0
5.06.10	IR e CS Diferidos sobre Ativos Corrigidos 96/97	0	0	39	-416	416	39
5.07	Saldos Finais	3.402.385	-8.576	2.815.704	0	34.830	6.244.343

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.773.985	119.824	2.710.880	0	42.161	5.646.850
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.773.985	119.824	2.710.880	0	42.161	5.646.850
5.04	Transações de Capital com os Sócios	128.400	-128.400	0	0	0	0
5.04.08	Recursos para Aumento de Capital	128.400	-128.400	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	434.161	-21.449	412.712
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	434.161	0	434.161
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-21.449	-21.449
5.05.02.09	Perda Atuarial com Benefícios de Aposentadoria	0	0	0	0	-33.646	-33.646
5.05.02.10	Valor Justo Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	12.197	12.197
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	500.000	0	-182.217	-434.161	-3.497	-119.875
5.06.04	Reserva Legal	0	0	21.708	-21.708	0	0
5.06.05	Reserva Incentivos Fiscais	0	0	4.854	-4.854	0	0
5.06.06	Retenção de Lucros	500.000	0	-208.779	-291.221	0	0
5.06.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-119.875	0	-119.875
5.06.08	Amortização da Correção Monetária sobre Ativos Corrigidos 96/97	0	0	0	5.208	-5.208	0
5.06.09	IR e CS Diferidos sobre Ativos Corrigidos 96/97	0	0	0	-1.711	1.711	0
5.07	Saldos Finais	3.402.385	-8.576	2.528.663	0	17.215	5.939.687

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.773.985	-8.576	2.726.965	0	44.190	5.536.564
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.773.985	-8.576	2.726.965	0	44.190	5.536.564
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	128.400	0	0	0	128.400
5.04.08	Recurso para Aumento de Capital	0	128.400	0	0	0	128.400
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-11.592	1.630	-9.962
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-11.592	0	-11.592
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.630	1.630
5.05.02.09	Ganho Atuarial com Benefícios de Aposentadoria	0	0	0	0	1.408	1.408
5.05.02.11	Valor Justo Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	222	222
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-16.085	11.592	-3.659	-8.152
5.06.06	Retenção de Lucros	0	0	-16.085	16.085	0	0
5.06.07	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0	-8.152	0	-8.152
5.06.08	Amortização da Correção Monetária sobre Ativos Corrigidos 96/97	0	0	0	5.544	-5.544	0
5.06.09	IR e CS Diferidos sobre Ativos Corrigidos 96/97	0	0	0	-1.885	1.885	0
5.07	Saldos Finais	2.773.985	119.824	2.710.880	0	42.161	5.646.850

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	4.757.305	4.411.679	4.205.699
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.405.516	4.015.006	3.464.926
7.01.02	Outras Receitas	247.796	190.283	137.159
7.01.02.01	Outras Receitas Operacionais	169.863	111.777	0
7.01.02.02	Recuperação de Contas Baixadas	77.933	78.506	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	302.663	364.668	666.532
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-198.670	-158.278	-62.918
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.600.249	-1.544.491	-1.761.310
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.273.592	-1.246.146	-1.464.253
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-141.174	-128.995	-138.490
7.02.04	Outros	-185.483	-169.350	-158.567
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.157.056	2.867.188	2.444.389
7.04	Retenções	-563.996	-596.745	-548.593
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-563.996	-596.745	-548.593
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.593.060	2.270.443	1.895.796
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	131.133	203.864	123.531
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-7.406	-4.667	-901
7.06.02	Receitas Financeiras	138.539	208.531	124.432
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.724.193	2.474.307	2.019.327
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.724.193	2.474.307	2.019.327
7.08.01	Pessoal	1.058.808	965.035	1.139.829
7.08.01.01	Remuneração Direta	676.427	614.094	685.654
7.08.01.02	Benefícios	291.285	268.849	334.619
7.08.01.03	F.G.T.S.	55.860	54.919	119.556
7.08.01.04	Outros	35.236	27.173	0
7.08.01.04.01	Participação dos Empregados nos Lucros	35.236	27.173	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	738.243	649.937	419.535
7.08.02.01	Federais	697.806	613.086	387.522
7.08.02.02	Estaduais	38.168	35.020	30.885

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.08.02.03	Municipais	2.269	1.831	1.128
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	366.704	425.174	471.555
7.08.03.01	Juros	332.002	402.555	463.680
7.08.03.02	Aluguéis	34.702	22.619	7.875
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	560.438	434.161	-11.592
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	154.243	119.875	8.152
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	406.195	314.286	-19.744

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	10.809.992	10.947.481	10.930.739
1.01	Ativo Circulante	1.703.307	1.724.671	1.513.416
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	420.858	638.743	581.854
1.01.03	Contas a Receber	1.222.739	1.028.551	871.100
1.01.03.01	Clientes	1.091.175	925.699	758.243
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	131.564	102.852	112.857
1.01.03.02.01	Impostos a Compensar	16.891	25.505	40.247
1.01.03.02.02	Convênio de Cooperação Técnica	91.389	40.172	40.389
1.01.03.02.03	Bancos e Aplicação de Convênios	23.284	37.175	32.221
1.01.04	Estoques	44.891	40.904	48.464
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	14.819	16.473	11.998
1.01.08.03	Outros	14.819	16.473	11.998
1.01.08.03.01	Adiantamentos a Empregados	13.631	12.861	11.328
1.01.08.03.02	Diversos	1.188	3.612	670
1.02	Ativo Não Circulante	9.106.685	9.222.810	9.417.323
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.201.649	1.250.833	1.268.608
1.02.01.03	Contas a Receber	333.379	431.512	498.603
1.02.01.03.01	Clientes	82.478	139.595	178.807
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	250.901	291.917	319.796
1.02.01.06	Tributos Diferidos	136.065	155.219	154.248
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	136.065	155.219	154.248
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	732.205	664.102	615.757
1.02.01.09.03	Ativos Financeiros - Contratos de Concessão	659.147	604.538	574.673
1.02.01.09.04	Ativos Disponíveis para Venda	73.058	59.564	41.084
1.02.02	Investimentos	260	260	260
1.02.02.01	Participações Societárias	260	260	260
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	260	260	260
1.02.03	Imobilizado	1.769.541	137.922	165.524
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.769.541	137.922	165.524

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1.02.04	Intangível	6.135.235	7.833.795	7.982.931
1.02.04.01	Intangíveis	6.135.235	7.833.795	7.982.931
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	5.115.708	6.679.325	6.899.956
1.02.04.01.02	Intangível em Andamento	1.019.527	1.154.470	1.082.975

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	10.809.992	10.947.481	10.930.739
2.01	Passivo Circulante	1.256.297	1.131.451	1.086.708
2.01.02	Fornecedores	199.483	154.408	151.731
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	199.483	154.408	151.731
2.01.03	Obrigações Fiscais	68.363	58.321	57.120
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	66.234	56.492	55.179
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Federais	66.234	56.492	55.179
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.129	1.829	1.941
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	598.292	512.400	490.140
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	165.756	146.931	189.363
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	120.660	113.903	142.254
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	45.096	33.028	47.109
2.01.04.02	Debêntures	432.536	365.469	300.777
2.01.04.02.01	Não Conversíveis	432.536	365.469	300.777
2.01.05	Outras Obrigações	181.852	222.824	217.883
2.01.05.02	Outros	181.852	222.824	217.883
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	43.748	65.406	7.590
2.01.05.02.04	Obrigações de Benefícios de Aposentadoria	36.088	33.127	31.424
2.01.05.02.05	Energia Elétrica	0	0	12.948
2.01.05.02.07	Parceria Público Privada	74.411	108.581	0
2.01.05.02.08	Obrigações Diversas	27.605	15.710	165.921
2.01.06	Provisões	208.307	183.498	169.834
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	208.307	183.498	169.834
2.01.06.01.05	Parcelamento de Impostos	70.696	64.429	56.465
2.01.06.01.06	Provisão para Férias e 13º Salário	112.269	100.734	103.573
2.01.06.01.07	Participação dos Empregados nos Lucros	25.342	18.335	9.796
2.02	Passivo Não Circulante	3.309.352	3.876.343	4.197.181
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.537.807	2.918.525	3.101.419
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.241.502	1.252.992	1.339.154

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	967.316	978.717	976.696
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	274.186	274.275	362.458
2.02.01.02	Debêntures	1.296.305	1.665.533	1.762.265
2.02.01.02.01	Não Conversíveis	1.296.305	1.665.533	1.762.265
2.02.02	Outras Obrigações	555.190	632.671	818.377
2.02.02.02	Outros	555.190	632.671	818.377
2.02.02.02.03	Obrigações de Benefícios de Aposentadoria	80.083	110.300	104.895
2.02.02.02.05	Depósitos para Obras	77.917	79.766	68.534
2.02.02.02.06	Parceria Público Privada	392.217	441.563	643.795
2.02.02.02.07	Diversos	4.973	1.042	1.153
2.02.04	Provisões	216.355	325.147	277.385
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	216.355	325.147	277.385
2.02.04.01.05	Parcelamento de Impostos	82.478	139.595	178.807
2.02.04.01.06	Provisão para Demandas Judiciais	133.877	185.552	98.578
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	6.244.343	5.939.687	5.646.850
2.03.01	Capital Social Realizado	3.402.385	3.402.385	2.773.985
2.03.02	Reservas de Capital	-8.576	-8.576	119.824
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-8.576	-8.576	-8.576
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	0	128.400
2.03.04	Reservas de Lucros	2.815.704	2.528.663	2.710.880
2.03.04.01	Reserva Legal	281.082	253.060	231.352
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	2.487.352	2.236.289	2.445.068
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	47.270	39.314	34.460
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	34.830	17.215	42.161

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.326.401	4.032.875	3.834.469
3.01.01	Serviços de Àgua	2.606.307	2.386.435	2.083.101
3.01.02	Serviços de Esgoto	1.417.032	1.280.872	1.081.684
3.01.03	Produtos Acabados	0	900	3.152
3.01.05	Receita de Construção	302.663	364.668	666.532
3.01.06	Receita de Resíduo Sólido	399	0	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.490.995	-2.484.398	-2.698.211
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.188.332	-2.119.730	-2.036.407
3.02.02	Custo de Construção	-302.663	-364.668	-661.804
3.03	Resultado Bruto	1.835.406	1.548.477	1.136.258
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-878.693	-749.150	-821.316
3.04.01	Despesas com Vendas	-389.958	-348.084	-320.336
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-475.797	-351.509	-525.573
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	250.252	195.811	235.313
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-263.190	-245.368	-210.720
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-227.954	-218.195	-210.720
3.04.05.02	Participação dos Empregados no Lucro	-35.236	-27.173	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	956.713	799.327	314.942
3.06	Resultado Financeiro	-198.013	-198.828	-342.922
3.06.01	Receitas Financeiras	134.428	204.906	122.024
3.06.02	Despesas Financeiras	-332.441	-403.734	-464.946
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	758.700	600.499	-27.980
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-198.262	-166.338	16.388
3.08.01	Corrente	-188.598	-156.260	-4.699
3.08.02	Diferido	-9.664	-10.078	21.087
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	560.438	434.161	-11.592
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	560.438	434.161	-11.592
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	560.438	434.161	-11.592
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	4,42000	3,56000	-0,10000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	4,42000	3,56000	-0,10000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	560.438	434.161	-11.592
4.02	Outros Resultados Abrangentes	18.422	-21.449	1.630
4.02.01	Ganho/Perda Atuarial com Benefícios de Aposentadoria	9.517	-33.646	1.408
4.02.02	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	8.905	12.197	222
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	578.860	412.712	-9.962
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	578.860	412.712	-9.962

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.014.711	780.436	725.094
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.625.004	1.506.018	1.081.160
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	560.438	434.161	-11.592
6.01.01.02	Provisão p/ Créditos Liquidação Duvidosa	201.509	161.228	125.919
6.01.01.03	Recuperação de Contas Baixadas	-79.734	-80.193	-60.936
6.01.01.04	Encargos e Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	30.902	-27.177	136.664
6.01.01.05	Receitas e Despesas de Juros	249.751	290.377	260.994
6.01.01.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.664	10.078	-21.087
6.01.01.08	Ganho/Perda na Baixa de Intangível e Imobilizado	18.252	8.086	41.074
6.01.01.09	Depreciação e Amortização	563.996	596.782	549.710
6.01.01.10	Constituição de Provisões	28.012	100.299	14.374
6.01.01.11	Provisão com Benefícios de Aposentadoria	50.170	17.231	50.183
6.01.01.13	Outros	-7.956	-4.854	-4.143
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-610.293	-725.582	-356.066
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-259.113	-221.106	-122.448
6.01.02.02	Estoques	-3.987	7.561	-4.557
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	8.598	14.741	-18.078
6.01.02.04	Bancos e Aplicação de Convênios	13.891	-4.954	-7.070
6.01.02.05	Caução em Garantia de Financiamentos	7.085	32.874	-24.945
6.01.02.06	Resgates de Ativos Financeiros / Aplicação Financeira Vinculada	6.455	7.524	39.098
6.01.02.08	Outros Ativos Financeiros	-2.355	-11.738	-12.957
6.01.02.09	Outros	7.541	-12.661	4.958
6.01.02.10	Fornecedores	51.059	-29.354	23.260
6.01.02.11	Impostos,Taxas, Contribuições e Obrigações Sociais	172.737	124.559	29.308
6.01.02.12	Provisão para Férias e 13º Salário	11.535	-2.840	4.428
6.01.02.13	Participação dos Empregados nos Lucros	7.007	8.539	-10.072
6.01.02.14	Convênio de Cooperação Técnica	-51.217	217	9.475
6.01.02.15	Contingências	-79.687	-13.324	-31.577
6.01.02.16	Obrigações de Benefícios de Aposentadoria	-37.662	-36.457	-39.422

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01.02.17	Energia Elétrica e Outros	8.691	-132.464	130.187
6.01.02.18	Juros Pagos	-272.637	-302.805	-278.470
6.01.02.19	Pagamento de Passivo Atuarial	-25.344	-24.644	-22.621
6.01.02.20	Pagamento de IR/CSLL	-172.890	-129.250	-24.563
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-603.277	-514.081	-444.125
6.02.05	Compra de Ativos Intangíveis e Imobilizado	-506.184	-409.436	-579.373
6.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	0	128.400
6.02.08	Pagamento à PPP	-102.355	-111.507	0
6.02.11	Valor Recebido pela Venda de Imobilizado	5.262	6.862	6.848
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-629.319	-209.466	-30.154
6.03.01	Ingresso de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	135.859	292.799	566.354
6.03.02	Amortização de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-479.546	-446.101	-594.203
6.03.04	Juros sobre Capital Próprio Pagos	-165.670	-56.164	-2.305
6.03.10	Dividendos Pagos	-120.000	0	0
6.03.11	Ajuste Impostos CNOR Exercícios Anteriores	38	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-217.885	56.889	250.815
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	638.743	581.854	331.039
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	420.858	638.743	581.854

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.402.385	-8.576	2.528.663	0	17.215	5.939.687	0	5.939.687
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.402.385	-8.576	2.528.663	0	17.215	5.939.687	0	5.939.687
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	560.438	18.422	578.860	0	578.860
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	560.438	0	560.438	0	560.438
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	18.422	18.422	0	18.422
5.05.02.09	Perda Atuarial com Benefícios de Aposentadoria	0	0	0	0	9.517	9.517	0	9.517
5.05.02.10	Valor Justo Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	8.905	8.905	0	8.905
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	287.041	-560.438	-807	-274.204	0	-274.204
5.06.04	Reserva Legal	0	0	28.022	-28.022	0	0	0	0
5.06.05	Reserva Incentivos Fiscais	0	0	7.956	-7.956	0	0	0	0
5.06.06	Retenção de Lucros	0	0	371.024	-371.024	0	0	0	0
5.06.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-154.243	0	-154.243	0	-154.243
5.06.08	Dividendos Extraordinários	0	0	-120.000	0	0	-120.000	0	-120.000
5.06.09	Amortização da Correção Monetária sobre Ativos Corrigidos 96/97	0	0	0	1.223	-1.223	0	0	0
5.06.10	IR e CS Diferidos sobre Ativos Corrigidos 96/97	0	0	39	-416	416	39	0	39
5.07	Saldos Finais	3.402.385	-8.576	2.815.704	0	34.830	6.244.343	0	6.244.343

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.773.985	119.824	2.710.880	0	42.161	5.646.850	0	5.646.850
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.773.985	119.824	2.710.880	0	42.161	5.646.850	0	5.646.850
5.04	Transações de Capital com os Sócios	128.400	-128.400	0	0	0	0	0	0
5.04.08	Recursos para Aumento de Capital	128.400	-128.400	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	434.161	-21.449	412.712	0	412.712
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	434.161	0	434.161	0	434.161
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-21.449	-21.449	0	-21.449
5.05.02.09	Perda Atuarial com Benefícios de Aposentadoria	0	0	0	0	-33.646	-33.646	0	-33.646
5.05.02.10	Valor Justo Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	12.197	12.197	0	12.197
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	500.000	0	-182.217	-434.161	-3.497	-119.875	0	-119.875
5.06.04	Reserva Legal	0	0	21.708	-21.708	0	0	0	0
5.06.05	Reserva Incentivos Fiscais	0	0	4.854	-4.854	0	0	0	0
5.06.06	Retenção de Lucros	500.000	0	-208.779	-291.221	0	0	0	0
5.06.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-119.875	0	-119.875	0	-119.875
5.06.08	Amortização da Correção Monetária sobre Ativos Corrigidos 96/97	0	0	0	5.208	-5.208	0	0	0
5.06.09	IR e CS Diferidos sobre Ativos Corrigidos 96/97	0	0	0	-1.711	1.711	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.402.385	-8.576	2.528.663	0	17.215	5.939.687	0	5.939.687

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.773.985	-8.576	2.726.965	0	44.190	5.536.564	0	5.536.564
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.773.985	-8.576	2.726.965	0	44.190	5.536.564	0	5.536.564
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	128.400	0	0	0	128.400	0	128.400
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-11.592	1.630	-9.962	0	-9.962
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-11.592	0	-11.592	0	-11.592
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.630	1.630	0	1.630
5.05.02.09	Ganho Atuarial com Benefícios de Aposentadoria	0	0	0	0	1.408	1.408	0	1.408
5.05.02.11	Valor Justo Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	222	222	0	222
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-16.085	11.592	-3.659	-8.152	0	-8.152
5.06.06	Retenção de Lucros	0	0	-16.085	16.085	0	0	0	0
5.06.07	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0	-8.152	0	-8.152	0	-8.152
5.06.08	Amortização da Correção Monetária sobre Ativos Corrigidos 96/97	0	0	0	5.544	-5.544	0	0	0
5.06.09	IR e CS Diferidos sobre Ativos Corrigidos 96/97	0	0	0	-1.885	1.885	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.773.985	119.824	2.710.880	0	42.161	5.646.850	0	5.646.850

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	4.785.277	4.441.358	4.258.728
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.433.871	4.042.166	3.491.387
7.01.02	Outras Receitas	250.252	195.687	165.792
7.01.02.01	Outras Receitas Operacionais	170.518	115.507	0
7.01.02.02	Recuperação de Contas Baixadas	79.734	80.180	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	302.663	364.668	666.532
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-201.509	-161.163	-64.983
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.619.530	-1.565.329	-1.797.987
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.289.196	-1.259.079	-1.478.218
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-144.424	-131.947	-141.603
7.02.04	Outros	-185.910	-174.303	-178.166
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.165.747	2.876.029	2.460.741
7.04	Retenções	-563.996	-596.782	-549.710
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-563.996	-596.782	-549.710
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.601.751	2.279.247	1.911.031
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	140.933	211.373	124.986
7.06.02	Receitas Financeiras	140.933	211.373	124.986
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.742.684	2.490.620	2.036.017
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.742.684	2.490.620	2.036.017
7.08.01	Pessoal	1.071.999	975.758	1.150.423
7.08.01.01	Remuneração Direta	686.204	622.411	693.807
7.08.01.02	Benefícios	294.007	270.521	336.455
7.08.01.03	F.G.T.S.	56.552	55.653	120.161
7.08.01.04	Outros	35.236	27.173	0
7.08.01.04.01	Participação dos Empregados nos Lucros	35.236	27.173	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	743.284	655.298	425.291
7.08.02.01	Federais	702.174	617.443	392.139
7.08.02.02	Estaduais	38.835	36.014	31.966
7.08.02.03	Municipais	2.275	1.841	1.186

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	366.963	425.403	471.895
7.08.03.01	Juros	332.016	402.690	463.923
7.08.03.02	Aluguéis	34.947	22.713	7.972
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	560.438	434.161	-11.592
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	154.243	119.875	8.152
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	406.195	314.286	-19.744

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O exercício de 2017 mostra a consolidação do reequilíbrio econômico-financeiro da COPASA MG, com resultados sólidos, conforme pode ser visto neste Relatório de Administração.

A situação hídrica na Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH mostra os acertos da administração quanto às medidas de combate à escassez hídrica na Região. A construção do sistema de captação de água bruta no Rio Paraopeba foi fundamental para proporcionar segurança hídrica, garantindo o abastecimento de água para a população da RMBH. No interior do Estado, a Companhia também vem atuando em diversas frentes para solucionar o abastecimento, uma vez que algumas regiões vêm, desde 2015, apresentando nível pluviométrico bem abaixo das médias históricas. Neste sentido, a construção de obras de implementação do sistema de captação de água no Rio Pacuí, no intuito de complementar o abastecimento na região de Montes Claros, também garantirá o abastecimento de água naquele município.

A Companhia registrou lucro líquido de R$560 milhões no exercício de 2017, 29,1% superior aos R$434,2 milhões em 2016. A receita operacional líquida alcançou o montante de R$4,00 bilhões, crescimento de 9,7% em relação ao ano anterior. Os custos e despesas, por sua vez, atingiram R$3,02 bilhões, com incremento de 8,2% quando comparadas com o exercício anterior. A geração de caixa operacional - EBITDA - alcançou R$1,52 bilhão em 2017, com crescimento de 9% em relação ao observado em 2016.

A dívida líquida passou de R$2,90 bilhões ao final do ano de 2016 para R$2,80 bilhões em 2017. O índice de alavancagem da Empresa, medido pela razão entre a "dívida líquida" e o EBITDA no encerramento do exercício, reduziu para 1,8x, sendo que no encerramento do exercício anterior era de 2,1x. A dívida bruta também apresentou redução, passando de R$3,52 bilhões para R$3,21 bilhões no mesmo período.

Um grande avanço no ano foi a conclusão do processo de revisão tarifária. A Companhia obteve resultados importantes como, dentre outros, o realinhamento das tarifas com base nos custos operacionais, a definição do WACC (custo médio ponderado de capital) e da base de ativos regulatórios, o estabelecimento de um percentual do faturamento para a preservação de mananciais e o subsídio tarifário à COPANOR.

Visando contribuir para a universalização dos serviços de saneamento básico no Estado de Minas Gerais, a Companhia vem buscando, não apenas a renovação das concessões vencidas, mas também a ampliação da prestação dos serviços, por meio de assinatura de novas concessões. Em 2017, foram assinadas concessões com 7 municípios do Estado, com população urbana conjunta estimada de cerca de 340 mil habitantes. Isso demonstra a confiança da população em relação aos serviços prestados, e reflete a postura da Companhia de manter a relação e a parceria com os municípios, aprimorando o diálogo com as autoridades municipais e, também, com a população atendida, buscando compreender melhor as necessidades locais de modo a elevar a qualidade dos serviços prestados.

Assim, a Companhia encerrou o ano de 2017 com 636 concessões de água. Na área operacional, o número de economias de abastecimento de água cresceu 1,6% ao longo do ano, atingindo 5,2 milhões de economias (unidades consumidoras). Foram distribuídos 960 milhões de m³ de água no ano, crescimento de 2,7% em relação a 2016.

Quanto aos serviços de esgotamento sanitário, a Companhia fechou o ano com 302 concessões. O número de economias apresentou elevação de 2,9% em relação ao observado no ano anterior, representando 3,5 milhões de economias. Em 2017, foram tratados 260,7 milhões de m³ de esgoto, correspondendo a cerca de 82% do volume total de esgoto coletado pela Companhia.

A Companhia vem buscando novos negócios e criando oportunidades de mercado. Em 2017, assinou a primeira concessão para operação de aterro sanitário, cabendo à COPASA MG o recebimento, tratamento e disposição final dos resíduos.

Relatório da Administração

Considerando o atual desempenho da Companhia, a agência Fitch atribuiu o *rating* inicial da Companhia em escala nacional "AA(bra)", que se apoia no baixo risco de negócios do setor de saneamento básico e na posição quase monopolista na prestação de serviços. Já a agência *Moody´s* elevou o *rating* da Companhia para A1.br em escala nacional, baseando-se na natureza essencial e insubstituível do serviço de fornecimento de água, na elevada concentração em clientes residenciais e no histórico de compensação tarifária para custos relacionados à inflação.

A Companhia está revendo seu modelo de Governança Corporativa. Nos aspectos referentes à estrutura organizacional, será instituído o Comitê de Auditoria e a criação de unidade de *compliance* e controles internos, dentre outras mudanças. Em relação às políticas, além da instituição da Política de Transações com Partes Relacionadas em 14.12.2017, a Companhia está revendo a Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, bem como dos regimentos internos de todos os órgãos da administração.

Na COPANOR, deu-se consequência ao Plano de Recuperação estruturado para garantir sua sustentabilidade econômico-financeira e melhoria de qualidade nos serviços prestados. Um grande avanço foi o equacionamento dos recursos para investimento e manutenção dos sistemas de abastecimento e esgotamento sanitário, por meio de repasse subsidiado pelos clientes da área de atuação da COPASA MG para a COPANOR, perfazendo um valor estimado de R$40 milhões anuais.

A Companhia dará continuidade aos esforços empreendidos, no sentido da universalização dos serviços, priorizando a geração de valor para os acionistas e para a sociedade, e mantendo o foco na sustentabilidade ambiental, na garantia de melhores condições de trabalho para os empregados e na busca da eficiência operacional e financeira.

Relatório da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Estratégia Corporativa

A Estratégia Corporativa foi atualizada, ao longo de 2015 e 2016, visando incorporar as melhores práticas de mercado, bem como contemplar os novos direcionadores estratégicos, com as seguintes ações:

Definição da Identidade Empresarial, contendo a Missão, Negócios, Valores e Diretrizes Estratégicas para o horizonte temporal de 2016-2025; Desdobramento das Diretrizes em Iniciativas e definição da metodologia para o monitoramento da implementação da estratégia corporativa; Instituição do Comitê Executivo, com atribuições de validar os Planos de Ação das Iniciativas derivadas das Diretrizes Estratégicas, acompanhar o desenvolvimento e implementação das medidas planejadas, e reorientá-las para implementação das Iniciativas convalidadas pela Diretoria Executiva, além de apoiar a Alta Administração na implementação, revisão e monitoramento das ações estratégicas da Companhia e de suas Subsidiárias e Consolidação dos Macroprocessos e respectivos Processos, que deverão ser o ponto de partida para os trabalhos de revisão e realinhamento de processos, fluxo das atividades e tarefas desenvolvidas pelas unidades.

Em 2017, foi dada sequência aos trabalhos desenvolvidos nos anos anteriores com foco na consolidação do Comitê Executivo, composto por todos os superintendentes, com reuniões para validar os Planos de Ação, acompanhar o seu desenvolvimento e reorientá-los para implantação das Iniciativas convalidadas pela Diretoria Executiva.

2. Plano Plurianual de Negócios

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em reunião realizada em 14.12.2017, a revisão do Plano Plurianual de Negócios da COPASA MG, abrangendo o período de 2018 a 2022. O Plano visa estabelecer as diretrizes para balizar a atuação da Companhia no curto e longo prazos, contribuindo para a universalização dos serviços de saneamento básico nas localidades em que mantém concessões.

Com base nas diretrizes estabelecidas na estratégia corporativa e nas demandas de investimentos existentes, o Plano Plurianual de Investimentos foi estruturado considerando o nível de alavancagem da Companhia (Dívida Líquida/EBITDA) e sua capacidade de pagamento dos serviços da dívida.

Para 2018, o Programa de Investimentos atinge o valor de R$650 milhões e contempla projetos e empreendimentos segundo as prioridades operacionais para dar continuidade a obras em andamento ou para iniciar o atendimento de compromissos de concessão, bem como para atender à necessidade de expansão ou melhoria da eficiência operacional.

Para o período de 2019 a 2022, foi estimado o valor "referencial" de investimentos globais suportados pela Empresa a cada ano (levando-se em conta as projeções empresariais), conforme a seguir:

Plano Plurianual de Investimentos 2018-2022 (R$ Milhões)

Ano	COPASA	COPANOR*
2018	650	40
2019	550	40
2020	700	40
2021	750	40
2022	800	40

*Valores a serem corrigidos pelo INCC, conforme Resolução ARSAE – MG nº 96/2017.

Relatório da Administração

3. Concessões dos Serviços de Água e Esgoto

A Companhia vem buscando a renovação dos contratos e a ampliação dos serviços por meio de assunção de novas concessões, visando contribuir para a universalização dos serviços de saneamento básico no Estado de Minas Gerais.

Neste contexto, em 2017, foram formalizados Contratos de Programa com 7 municípios do Estado de Minas Gerais, cuja população urbana conjunta estimada é de aproximadamente 340 mil habitantes, conforme relação a seguir:

- **Varginha:** renovação das concessões dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário da sede municipal. Na oportunidade, foi assinada a primeira concessão da Companhia para operação de aterro sanitário, sendo que cabe ao município a coleta dos resíduos e destinação até o aterro e à COPASA MG o recebimento, tratamento e disposição final dos resíduos.
- **São João do Oriente e Lagamar:** renovação da concessão dos serviços públicos de abastecimento de água.
- **Visconde do Rio Branco e São João Nepomuceno:** renovação da concessão dos serviços públicos de abastecimento de água e assunção da concessão dos serviços públicos de esgotamento sanitário.
- **Ubá:** renovação antecipada da concessão dos serviços públicos de abastecimento de água e assunção da concessão dos serviços públicos de esgotamento sanitário.
- **Belo Oriente:** assunção da concessão dos serviços públicos de abastecimento de água.

Destaca-se que na renovação das concessões descritas acima, a COPASA MG assumiu a concessão dos serviços em diversas localidades e distritos desses municípios, ampliando sua área de cobertura para além das sedes municipais, visando, assim, contribuir para a universalização dos serviços de saneamento básico no Estado de Minas Gerais.

A COPASA MG chegou ao final de 2017 como concessionária para prestação de serviços de água em 636 municípios e de esgotamento sanitário em 302 municípios, conforme quadro a seguir:

Concessões e Operações[1]	2017			2016		
	Total	Controladora	COPANOR	Total	Controladora	COPANOR
Água						
Concessões	636	587	49	635	586	49
Operações	627	580	47	626	579	47
Esgoto						
Concessões	302	247	55	299	244	55
Operações	251	214	36	245	209	36

[1] Considera-se apenas uma concessão/operação por município, independentemente de haver mais de um contrato, nos casos de atendimento de COPASA e COPANOR no mesmo município, ou de se tratar de um contrato que abranja somente distritos e localidades.

Em dezembro de 2017, 84 concessões encontravam vencidas (79 de água e 5 de esgoto), representando cerca de 4,4% da receita total, sendo que os serviços continuam sendo prestados e faturados normalmente pela Companhia, atendendo ao princípio da continuidade da prestação dos serviços públicos essenciais, e em observância à Lei Federal 11.445/2007. No final do ano anterior, eram 85 concessões vencidas (5,9% da receita). A situação das negociações vencidas encontra-se descrita a seguir:

Relatório da Administração

- **Renovações de Concessões com Lei Autorizativa aprovada:** 60, das quais 46 encontram-se em fase de estudos técnicos e aprovações internas; 4 na etapa de formalização do Convênio de Cooperação; e 10 encontram-se na fase de Consulta e Audiência Pública; e
- **Processos de renovação de Concessões sem Lei Autorizativa:** 24.

4. Governança Corporativa

A Companhia faz parte, desde fevereiro de 2006, do Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, segmento diferenciado que exige maior transparência e regras mais rígidas de governança corporativa. Assim, a COPASA MG está comprometida com as boas práticas de governança, pautada pelos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

Para isso, a Companhia conta, na sua estrutura organizacional, com unidades que contribuem para a implementação dessas práticas, com destaque para a área de Controladoria, Auditoria Interna e Gestão de Riscos.

Nos últimos anos, as práticas de governança da Companhia vêm apresentando evolução, conforme a seguir:

- "Programa de Integridade": aprovado pelo Conselho de Administração em 2016, consiste na implementação de política, diretrizes e procedimentos no combate à corrupção e na apuração de denúncias e irregularidades, visando implantar mecanismos e procedimentos internos de integridade, em aderência à Lei Federal nº 12.846/2013, conhecida como Lei Anticorrupção e às boas práticas de governança corporativa.

Dentre as ações do "Programa de Integridade", destacam-se a aprovação da Política Anticorrupção e a criação do Canal de Linha Ética. A Política Anticorrupção consiste em código de conduta e integridade que, aliado aos demais instrumentos de controle interno da Companhia, visa contribuir de forma efetiva para a identificação e mitigação de riscos de atos lesivos praticados contra a Companhia, tais como desvios, fraudes e irregularidades.

A Política Anticorrupção se aplica a todos os seus colaboradores, administradores, conselheiros fiscais e acionistas, bem como a todos os seus fornecedores, prestadores de serviços, autoridades públicas, representantes de agências reguladoras e qualquer outra parte que mantenha relação contratual com a Companhia.

Para coibir a prática e a ocultação de atos fraudulentos ou ilegais, a COPASA MG disponibiliza, em seu site institucional, o "Canal de Linha Ética", acessível a qualquer cidadão, para o encaminhamento de denúncias, com garantia de seu anonimato e de independência nas apurações.

- Gestão Colegiada: implantada em 2016 em todos os níveis da organização (Gerências, Superintendências e Diretoria Executiva), mediante a criação de Comitês (Comitê de Administração, Comitê Operacional, Comitê Diretivo), compostos por, no mínimo, três integrantes, com limites de alçadas para autorização de todos e quaisquer dispêndios referentes a custeio e investimentos, constituindo assim, processo mais rigoroso no gerenciamento desses gastos.

- Política de Aplicações Financeiras: estabelece os objetivos e as diretrizes a serem observados na gestão das aplicações de curto prazo, médio e longo prazos, dos recursos financeiros da Companhia, de forma a garantir liquidez, segurança e rentabilidade, respeitando as necessidades do fluxo de caixa de curto, médio e longo prazo.

- Política de Endividamento: definição no Estatuto Social das condições da Companhia em contrair empréstimo ou financiamento e seus limites do nível de endividamento.

Além disso, a Companhia está revendo seu modelo de Governança Corporativa, buscando adequá-la às exigências da Lei Federal 13.303/2016 (Lei das Estatais) e ao Decreto Estadual 47.154/2017, cujo prazo de conclusão está previsto

Relatório da Administração

para junho de 2018. Nos aspectos referentes à estrutura organizacional, será instituído o Comitê de Auditoria e a criação de unidade de *compliance* e controles internos, dentre outras mudanças.

Quanto às políticas e normas, além da instituição da Política de Transações com Partes Relacionadas, conforme aprovação do Conselho de Administração em 14.12.2017, está sendo revista a Política de Divulgação de Informações e de Negociação, bem como dos regimentos internos de todos os órgãos da administração.

5. Ambiente Regulatório

Os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pela Companhia são regulados e fiscalizados pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - ARSAE-MG. Dentre outras atribuições, cabe à Agência a definição das tarifas que cubram os custos operacionais, remunerem adequadamente os investimentos realizados e gerem recursos para realização dos investimentos, visando ao cumprimento das metas acordadas e à criação de condições que possam contribuir para universalização dos serviços.

A Agência é responsável pelo reajuste tarifário anual, que tem por objetivo compensar os efeitos inflacionários nos custos da Companhia, em um determinado período, e pela Revisão Tarifária, que consiste na reavaliação das condições da prestação dos serviços e de mercado a cada 4 (quatro) anos, com o estabelecimento de mecanismos tarifários de indução à eficiência e metas de expansão e qualidade dos serviços.

A Revisão Tarifária da COPASA MG foi realizada em duas etapas, conforme abaixo:

- **1ª Etapa:** autorizada em abril de 2016, por meio da Resolução nº 82/2016, resultando em impacto tarifário médio percebido pelos usuários de 13,9%, aplicado em 13 de maio de 2016, abrangendo variáveis de correção inflacionária, ajustes de mercado, análise de eficiência dos custos operacionais e alteração da estrutura tarifária, que consistiu na substituição do faturamento pelo consumo mínimo pelo faturamento com dois componentes: tarifa fixa e tarifa variável, que toma como base o volume real medido.

- **2ª Etapa:** em junho de 2017 foi concluída a revisão tarifária com a publicação pela Agência Reguladora da Resolução nº 96/2017, que abrangeu, dentre outros fatores, o realinhamento das tarifas com base nos custos operacionais, a definição do WACC (custo médio ponderado de capital) regulatório, a definição da base de ativos regulatória, o estabelecimento de um percentual do faturamento a ser destinado à preservação de mananciais, e o subsídio tarifário à COPANOR. Após a conclusão dos trabalhos, o impacto tarifário médio percebido pelos usuários foi de 8,7%, aplicado em consumos registrados a partir de 30 de julho de 2017.

A participação da Companhia nas Audiências Públicas, seja por meio de participação presencial ou pelo envio de contribuições, foi de suma importância para o desenvolvimento e aprimoramento da metodologia em construção pela Agência.

6. Situação Hídrica

A estiagem que atinge o Estado de Minas Gerais desde 2014 vem impactando parte dos mananciais utilizados para o abastecimento de água pela Companhia. No caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), que representa cerca de 50% do faturamento da Companhia, a construção do sistema de captação de água no Rio Paraopeba foi fundamental para combater a crise hídrica e proporcionar segurança hídrica. No interior do Estado, as soluções são pontuais e acessíveis, segundo as alternativas disponíveis na região.

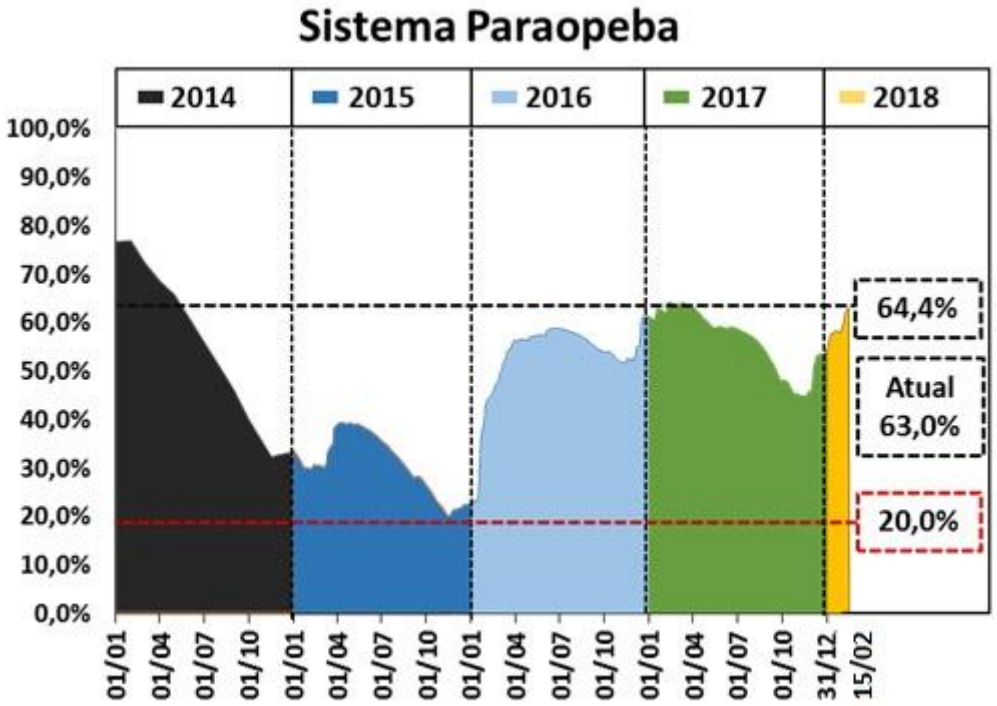
A seguir, detalhamento da situação hídrica:

Relatório da Administração

6.1. Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)

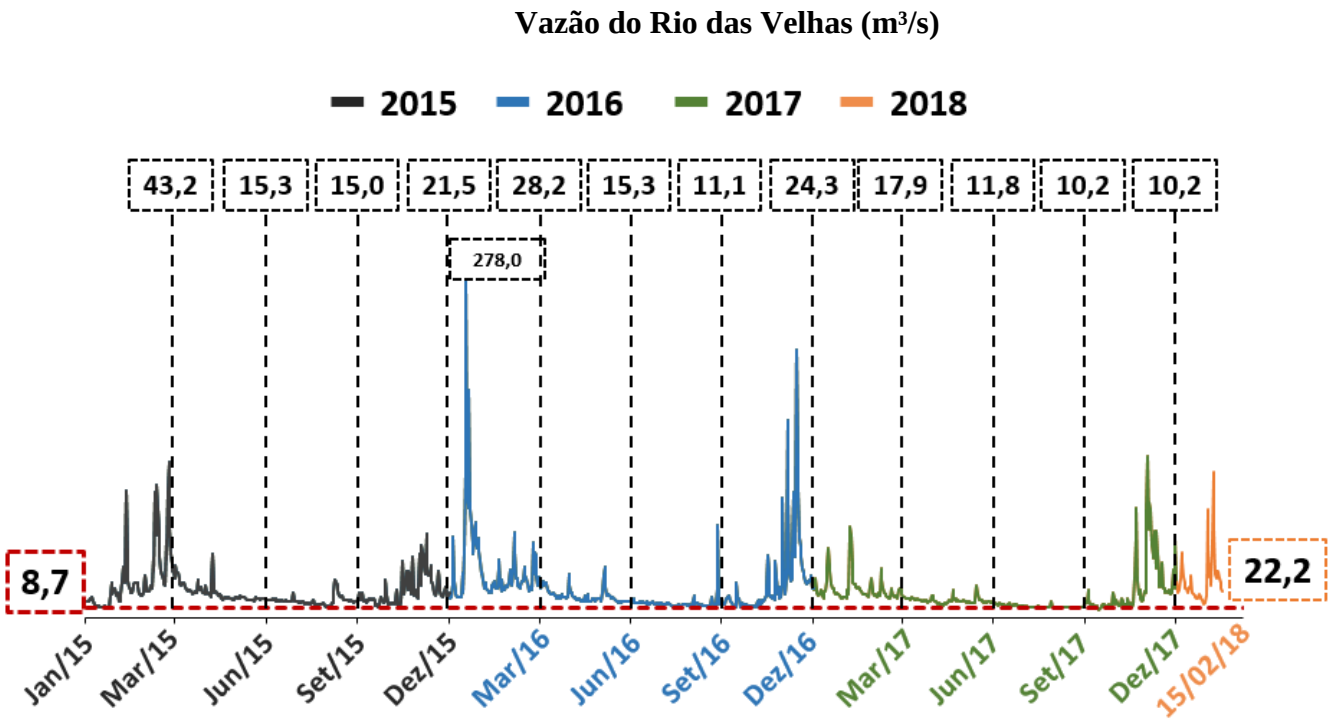
O Sistema Paraopeba, composto por três reservatórios – Rio Manso, Vargem das Flores e Serra Azul, é responsável pelo abastecimento de cerca de 45% da RMBH. O nível desses reservatórios, em fevereiro de 2018, encontrava-se com aproximadamente 63% do volume total, em linha com o nível observado em fevereiro de 2017, bem superior ao nível mínimo atingido em novembro de 2015 (20%).Essa significativa recuperação deve-se, principalmente, à captação de água bruta no Rio Paraopeba, para tratamento na Estação de Tratamento de Água (ETA) do Rio Manso, iniciada em dezembro de 2015. Com isso, houve redução no volume retirado dos reservatórios e, como consequência, aumento no nível armazenado.

Em função de não ocorrência de chuvas na RMBH por um período de 110 dias, entre junho e setembro, os reservatórios apresentaram queda no volume, atingindo, em novembro de 2017, cerca de 45% do volume. Com o retorno das chuvas, o nível dos reservatórios do Sistema Paraopeba voltou a apresentar elevação, conforme gráfico a seguir, que mostra a evolução do nível de reservação de água no Sistema Paraopeba, de maneira consolidada:



A vazão do Rio das Velhas, responsável, em 2017, pelo abastecimento de cerca de 43% da RMBH, no ponto de captação do sistema de produção, é bastante influenciada pela ocorrência de chuvas, tendo em vista sua localização na parte alta da bacia hidrográfica. As características dessa bacia proporcionam picos de vazão repentinos quando da ocorrência de chuvas nas cabeceiras e o rápido retorno à normalidade do fluxo. A evolução da vazão média está registrada abaixo, tendo atingindo 33,4 m³/s nos últimos 7 (sete) dias anteriores a 15.02.2018, sendo que a outorga para captação de água desta unidade é de 8,7 m³/s.

Relatório da Administração



Considerando a situação hídrica descrita acima, fica afastada a possibilidade de restrição no fornecimento ou racionamento de água para a população da RMBH.

6.2. Interior do Estado

A região de Montes Claros passa por situação desfavorável do ponto de vista hidrológico. Não foram registrados períodos significativos de chuvas na cidade desde 2015, resultando em deterioração dos reservatórios que abastecem aquele município. Em função disso, foram iniciadas, em 2017, obras de implementação de um sistema de captação de água no Rio Pacuí, no intuito de complementar o abastecimento na região. O empreendimento consiste na construção de uma estrutura de captação e adução de água com vazão de 345 litros por segundo, que levará a água coletada naquele rio à Estação de Tratamento de Coração de Jesus, a 2 km de distância do ponto de captação. Depois, a água será transportada a Montes Claros por meio de 54 km de tubulação e distribuída na rede domiciliar.

Outras regiões do Estado de Minas Gerais têm apresentado restrições hidrológicas, reflexo dos baixos índices pluviométricos, ocasionando interrupções no abastecimento, rodízios, racionamentos, utilização de caminhões-pipa e necessidades de perfurações de poços. A COPASA MG vem tomando providências que possam contribuir para a regularização do abastecimento nessas localidades, conforme as alternativas disponíveis em cada região e o grau de criticidade da escassez em cada caso.

Relatório da Administração

7. Desempenho Operacional

A Companhia encerrou o ano de 2017 atendendo 5,2 milhões de economias de água, com crescimento de 1,6% em relação a 2016, servindo uma população de aproximadamente 11,5 milhões de pessoas.

A seguir, são apresentados os principais dados operacionais e a evolução nos períodos comparativos. Em função da mudança da estrutura tarifária, em maio de 2016, quando foram instituídas a tarifa fixa e a tarifa variável para todas as categorias de consumo, a Companhia passou a divulgar o volume medido e não mais o volume faturado.

Atendimento com Abastecimento de Água – COPASA + COPANOR

Especificação	Unidades	2017	2016	2017 X 2016	2015	2016 X 2015
Economias	mil unidades	5.162	5.083	1,6%	4.991	1,8%
População atendida	milhões de habitantes	11,5	11,5	-	11,5	-
Extensão de rede	km	53.123	51.688	2,8%	49.886	3,6%
Volume de água distribuído	1.000 m³/ano	959.579	934.553	2,7%	910.484	2,6%
Volume de água medido	1.000 m³/ano	592.141	593.645	-0,3%	586.273	1,3%

A COPASA MG presta serviços de abastecimento de água no Estado de Minas Gerais, tendo como fontes 660 captações superficiais e 1.417 captações subterrâneas distribuídas pelo Estado, cujos volumes de outorga somados totalizam 66,0 m³/s, conforme especificado a seguir:

Outorgas de Abastecimento de Água em 12/2017

Especificação	Quantidade	Volume outorgado para utilização (m³/s)
Captações superficiais	660	53,1
Captações subterrâneas	1.417	12,9
Total outorgado	**2.077**	**66,0**

O valor registrado em 2017 pelo uso dos recursos hídricos e que é repassado ao cliente por meio de rubrica específica na fatura de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário foi de R$11,5 milhões (R$9,5 milhões em 2016). No âmbito estadual, as cobranças abrangem as bacias dos Rios Piracicaba e Jaguari, Araguari, Velhas, Pará, Piracicaba, Caratinga, Piranga, Suaçuí Grande, Santo Antônio e Manhuaçu, Pomba e Muriaé, Preto e Paraibuna. Na esfera federal, tais repasses englobam as bacias dos Rios Doce, Paraíba do Sul, São Francisco e PCJ – Piracicaba, Capivari e Jundiaí. A cobrança pelo uso de recursos hídricos é um dos instrumentos de gestão das águas previsto na Política Nacional de Recursos Hídricos e na Política Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais.

Com relação aos serviços de esgotamento sanitário, a Companhia possuía, ao final de 2017, 3,5 milhões de economias de esgoto, que atendiam uma população de aproximadamente 7,8 milhões de habitantes.

Relatório da Administração

Atendimento com Esgotamento Sanitário - COPASA + COPANOR

Especificação	Unidades	2017	2016	2017 X 2016	2015	2016 X 2015
Economias	mil unidades	3.483	3.386	2,9%	3.289	2,9%
População atendida	milhões de habitantes	7,8	7,8	-	7,7	-
Extensão de rede	km	26.613	25.151	5,5%	23.879	5,3%
Volume de esgoto medido	1.000 m³/ano	393.768	391.982	0,5%	379.260	3,4%
Volume de esgoto tratado(1)	1.000 m³/ano	260.735	250.733	3,9%	243.093	3,1%

(1) Números referem-se apenas à Controladora.

O quadro a seguir apresenta indicadores de desempenho comercial e operacional, com destaque para o indicador empregados/ligações, que apresentou queda superior a 10%, comparando-se 2017 com 2015, indicando a melhoria na eficiência da Companhia decorrente dos programas de desligamento voluntário implementados.

O índice de hidrometração mostra o percentual de ligações da Companhia, cujo consumo é hidrometrado. Esse índice ficou em linha nos períodos comparativos. O índice de perdas na distribuição mostra a relação entre o volume de água consumido e o volume de água distribuído, tendo sido observada uma elevação.

Indicadores de Desempenho Comercial e Operacional

Especificação	Unidades	2017	2016	2017 X 2016	2015	2016 X 2015
Empregados/ligações (1)	emp./mil ligações	1,65	1,69	-2,1%	1,84	-8,2%
Índice de hidrometração (2)	%	99,7	99,7	-	99,8	-0,1 p.p.
Índice de perdas na distribuição(2)	%	37,8	36,2	1,6 p.p.	35,4	0,8 p.p.

(1) Número de empregados / 1.000 ligações de água e esgoto - dados COPASA + COPANOR.
(2) Média anual, refere-se somente à Controladora.

8. Investimentos

Para o exercício de 2017, a Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 26 de abril daquele ano, aprovou o Programa de Investimentos no valor de R$690,0 milhões, sendo R$650,0 milhões na Controladora e R$40,0 milhões na COPANOR.

Os investimentos realizados em 2017 pela COPASA MG foram de R$511 milhões, sendo que R$239 milhões foram alocados em sistemas de abastecimento de água, R$252 milhões em sistemas de esgotamento sanitário e R$20 milhões em programas de desenvolvimento empresarial e operacional.

Os valores investidos pela COPANOR foram de R$28 milhões, sendo R$14 milhões em sistemas de esgotamento sanitário, R$10 milhões em sistemas de abastecimento de água e R$4 milhões em programas de desenvolvimento empresarial e operacional.

Relatório da Administração

A tabela abaixo apresenta o detalhamento dos valores investidos nos últimos exercícios:

Especificação (R$ milhões)	2017	2016	2015
Água	239	164	201
Esgoto	252	218	229
Captação Paraopeba – PPP Rio Manso	-	7	115
Outros (1)	20	6	5
Total COPASA	**511**	**395**	**550**
PPP Rio Manso	-	-	364
COPANOR	28	33	49
Total Geral	**539**	**428**	**963**

(1) Programas de desenvolvimento empresarial e operacional.

Os investimentos da COPASA MG, em 2017, foram oriundos da utilização de recursos próprios no montante de R$119,1 milhões, e R$391,3 em milhões em recursos oriundos de financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), à Caixa Econômica Federal (Caixa) e ao banco alemão KfW, bem como operações no mercado de capitais brasileiro.

Dos R$28 milhões investidos pela COPANOR em 2017, R$21 milhões tiveram como fonte de recursos aportes de capital da Controladora, e R$7 milhões foram oriundos do subsídio tarifário estabelecido no âmbito da Revisão Tarifária da Controladora.

Sistemas de Abastecimento de Água

- continuação da implantação da barragem do Rio Viamão, em Mato Verde;
- ampliação dos sistemas de abastecimento de água de Teófilo Otoni e Montes Claros, com destaque para a obra de implementação de sistema de captação adicional de água no Rio Pacuí;
- ampliação dos sistemas de abastecimento de água de Nova Serrana; e
- crescimento vegetativo de redes de distribuição e ligações prediais de água em todo o Estado.

Sistemas de Esgotamento Sanitário

- continuação das ampliações do Sistema de Esgotamento Sanitário de Timóteo e Coronel Fabriciano, e da Estação de Tratamento de Esgoto Vieira (Montes Claros);
- ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Pedro Leopoldo e de Três Corações;
- continuação das obras de ampliação e melhorias no Sistema de Esgotamento Sanitário de Belo Horizonte e Contagem, no âmbito do Programa de despoluição da Lagoa da Pampulha;
- início das obras do sistema de esgotamento sanitário de Divinópolis;
- início das obras da segunda etapa da implantação da estação de tratamento de esgoto de Patos de Minas; e
- crescimento vegetativo das redes de coleta e ligações prediais de esgoto, em todo o Estado.

Investimentos Previstos para 2018

O valor total previsto para 2018 é de R$690 milhões, sendo R$650 milhões na COPASA MG e R$40 milhões na COPANOR, conforme indicado no Plano Plurianual de Negócios 2018-2022.

Relatório da Administração

9. Geração de Caixa Operacional

O EBITDA, que representa o resultado operacional da Companhia, é uma medição não contábil adotada pela COPASA MG, calculada de acordo com a Instrução CVM 527/2012, consistindo no lucro líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações e do resultado não operacional da subsidiária COPANOR, sendo que, em 2016 e 2015, tal resultado englobava também as extintas subsidiárias COPASA Serviços de Irrigação e COPASA Águas Minerais de Minas.

O EBITDA atingiu R$1,52 bilhão no ano de 2017, aumento de 8,9% na comparação com o valor de R$1,40 bilhão alcançado em 2016. A Margem EBITDA, que é calculada por meio da divisão do EBITDA pelo somatório da receita líquida de água e esgoto, outras receitas operacionais e das receitas das subsidiárias, atingiu 35,6% em 2017 (36,1% em 2016).

Especificação (R$ mil)	2017	2016	2017 X 2016	2015	2016 X 2015
Lucro (prejuízo) líquido do período	**560.438**	**434.161**	**29,1%**	**(11.592)**	**-**
(+) Tributos sobre o lucro	198.262	165.871	19,5%	(17.352)	-
(+) Resultado financeiro	200.260	201.205	-0,5%	343.070	-41,4%
(+) Depreciações e amortizações	563.996	596.745	-5,5%	548.593	8,8%
(+) Subsidiárias[1]	(2.247)	(1.874)	19,9%	1.933	-
(=) EBITDA[2]	**1.520.709**	**1.396.108**	**8,9%**	**864.652**	**61,5%**
Margem EBITDA	**35,6%**	**36,1%**		**21,2%**	

1) Somatório dos tributos sobre o lucro, do resultado financeiro e das depreciações/amortizações da subsidiária COPANOR.
2) No ano de 2015, foram realizados ajustes no EBITDA, por meio da exclusão de R$4.728 mil (resultado da construção) e adição de R$172.861 mil (despesas extraordinárias não-recorrentes - PDVI). Com isso, o EBITDA ajustado de 2015 atingiu R$1.032.785 mil (margem de 30,3%).

10. Desempenho Financeiro

Tendo em vista a imaterialidade das subsidiárias, as informações financeiras prestadas pela Administração da Companhia no relatório da Administração, exceto quando indicadas em contrário, referem-se às demonstrações financeiras individuais.

10.1. Receitas

A receita líquida de água, esgoto e resíduos sólidos do ano de 2017 totalizou R$4,0 bilhões, contra R$3,6 bilhões em 2016, representando um incremento de 9,7%, em decorrência de:

- crescimento no número de economias (unidades consumidoras) de água (+1,6%) e de esgoto (+2,9%);
- reposicionamento tarifário médio de 13,9%, aplicado *pro rata* para consumos registrados entre 13 de maio e 12 de junho de 2016, e integral para consumos registrados a partir de 13.06.2016; e
- reposicionamento tarifário médio de 8,69%, resultante da conclusão, com atraso, da revisão tarifária da Companhia, cuja aplicação ocorreu de forma *pro rata* para consumos entre 30 de julho e 29 de agosto e integral para consumos a partir de 30.08.2017, ou seja, somente em setembro houve impacto total da Revisão Tarifária. Tal questão, aliada à situação vivenciada de restrições hídricas em diversas localidades no Estado, implicando em racionamentos e rodízios, limitou o crescimento da receita no 2º semestre de 2017.

O volume medido de água e esgoto por economia apresentou queda de 2,2%, confirmando a tendência de redução no consumo por economia, motivada pela conscientização da população quanto à necessidade de preservação dos recursos naturais, por instalações e equipamentos hidráulicos que utilizam técnicas de uso racional da água, pela modificação da tipologia dos imóveis - maior predileção por imóveis verticais, dentre outros fatores.

Relatório da Administração

A receita de resíduos sólidos (R$399 mil) refere-se ao início de operação, no segundo semestre de 2017, do aterro do Município de Varginha, cujos detalhes constam do item 3. Concessões de Prestação de Serviços deste documento.

A seguir estão detalhados os componentes da receita líquida:

Especificação (R$ mil)	2017	2016	2017 X 2016	2015	2016 X 2015
Receita direta de água	2.504.010	2.296.895	9,0%	2.005.422	14,5%
Receita direta de esgoto	1.398.652	1.264.051	10,6%	1.071.233	18,0%
Receita direta	**3.902.662**	**3.560.945**	**9,6%**	**3.076.655**	**15,7%**
Receita indireta de água	82.330	71.249	15,5%	57.075	24,8%
Receita indireta de esgoto	12.615	11.424	10,4%	10.451	9,3%
Receita indireta	**94.945**	**82.672**	**14,8%**	**67.526**	**22,4%**
Receita líquida água e esgoto	**3.997.607**	**3.643.618**	**9,7%**	**3.144.181**	**15,9%**
Resíduos sólidos	399	-		-	
Receita líquida	**3.998.006**	**3.643.618**	**9,7%**	**3.144.181**	**15,9%**

10.2. Custos e Despesas

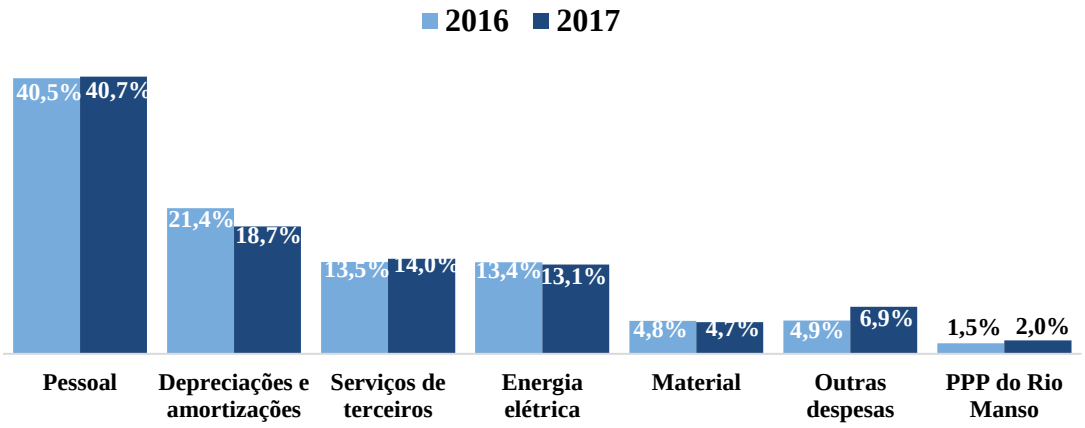
O somatório dos custos dos serviços vendidos, despesas com vendas e das despesas administrativas (excluindo-se os custos de construção) totalizaram R$3,02 bilhões, contra R$2,79 bilhões no ano de 2016, incremento de 8,2%. Ao se desconsiderar o ajuste na metodologia de contabilização da Parceria Público-Privada (PPP) do Rio Manso, em função do qual R$14,7 milhões passaram de despesa financeira para OPEX, a elevação nos custos seria de 7,7% em 2017. A tabela a seguir demonstra os custos e despesas nos períodos comparativos:

Especificação (R$ mil)	2017	2016	2017 X 2016	2015	2016 X 2015
Pessoal[1]	1.227.550	1.128.188	8,8%	1.338.355	-15,7%
Energia elétrica	395.817	374.920	5,6%	378.404	-0,9%
Serviços de terceiros	421.322	375.763	12,1%	344.611	9,0%
PPP do Rio Manso	59.691	42.773	39,6%	-	-
Materiais	140.412	134.419	4,5%	124.255	8,2%
Custos operacionais diversos	47.209	33.358	41,5%	36.191	-7,8%
Repasse tarifário a municípios	83.068	72.132	15,2%	65.702	9,8%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	198.670	158.278	25,5%	130.950	20,9%
Créditos tributários	(120.357)	(128.211)	-6,1%	(118.480)	8,2%
Custos dos serviços vendidos + despesas com vendas e administrativas (sem dep./amort. e custo de construção)	**2.453.382**	**2.191.620**	**11,9%**	**2.299.988**	**-4,7%**
Depreciações e amortizações	563.996	596.745	-5,5%	548.593	8,8%
Custos dos serviços vendidos + despesas com vendas + administrativas (sem custo de construção)	**3.017.378**	**2.788.365**	**8,2%**	**2.848.581**	**-2,1%**
Custo de construção	302.663	364.668	-17,0%	661.804	-44,9%
Custos dos serviços vendidos + despesas com vendas + administrativas	**3.320.041**	**3.153.033**	**5,3%**	**3.510.385**	**-10,2%**

(1) O valor referente a 2015 inclui despesas extraordinárias não recorrentes com programas de desligamento voluntário, cujo valor foi de R$172,8 milhões.

Relatório da Administração

O gráfico abaixo demonstra a representatividade dos itens de custos e despesas da Companhia, comparando-se o ano de 2017 e de 2016:



A seguir, são indicados comentários sobre as variações nos itens que compõem a estrutura de custos e despesas da Companhia:

Pessoal

Os gastos com Pessoal, no ano de 2017, apresentaram elevação de 8,8% em relação ao mesmo período de 2016, principalmente em função de:

- reajuste salarial, conforme Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) assinado em 23.08.2017 e retroativo a 1º de maio (data-base), de 3,99%, que tomou como base a variação observada no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de maio de 2016 a abril de 2017;
- incorporação, no âmbito do ACT, de parte da remuneração variável ao salário nominal e readequação do patamar para aplicação dessa gratificação, com impactos aproximados de 1,5% nos salários;
- implantação, em dezembro de 2017, de novo Plano de Carreiras, Cargos e Salários (PCCS), resultando na reclassificação de algumas especialidades e no enquadramento dos empregados nas novas faixas salariais, com impacto médio na folha de pagamento de 2,2%. Tais efeitos implicaram em ajustes adicionais de R$3,8 milhões, para adequação dos valores provisionados para férias e 13º salário;
- incremento de R$4,4 milhões nos gastos com horas extras de empregados, em sua maior parte, das áreas operacionais;
- elevação de 15% nas despesas relativas ao Plano de Saúde, em função da ocorrência de reajuste médio de 17% nos preços de procedimentos e honorários médicos; e
- redução nos gastos capitalizáveis, ou seja, nos gastos referentes aos empregados lotados em áreas de expansão da Companhia, cujo valor foi de R$32,1 milhões em 2017, contra R$40,1 milhões em 2016. Como tais gastos reduzem o montante das despesas com Pessoal e são considerados como ativo intangível, essa variação também influenciou no comportamento desse item.

Energia Elétrica

As despesas com energia elétrica apresentaram elevação de 5,6% em 2017, comparativamente a 2016, em função de:

- aplicação, em 2017, de Bandeira Vermelha em 6 meses e de Bandeira Amarela em 3 meses, sendo que no ano de 2016, foi aplicado 2 meses de Bandeira Vermelha e 2 meses de Bandeira Amarela. Ressalta-se que em 2017 houve aumento dos valores das Bandeiras Amarela e Vermelha patamar 2 (P2) em relação aos de 2016; e

Relatório da Administração

- elevação do consumo em 2,8% nos períodos comparativos em função do acréscimo de unidades consumidoras e de necessidades operacionais, como, principalmente, maior uso de sistemas de bombeamento para abastecimento de água em localidades com restrições hídricas.

Outro fator que impactou os gastos com esse insumo foi a alteração nas datas de referência da leitura das faturas de alta tensão da CEMIG. Anteriormente, o período de faturamento do consumo abrangia parte de um mês e parte do mês subsequente, ou seja, não correspondia ao período do mês "cheio". A partir de novembro de 2017, o período de leitura passou a estar alinhado com o período do mês "cheio", ou seja, englobando os consumos do dia 1º ao dia 30. Tal ajuste resultou em um deslocamento de custos com energia elétrica de R$3,2 milhões de janeiro de 2018 para dezembro de 2017.

Tais variações foram parcialmente compensadas pela redução de 10,7%, nas tarifas da CEMIG, autorizadas no reajuste de 2017, conforme Resolução Homologatória 2.248 de 23.05.2017 da ANEEL.

Ressalta-se que, quando dos reajustes tarifários anuais da COPASA MG, conforme metodologia da ARSAE-MG, é realizada a compensação de eventuais diferenças entre os preços efetivamente registrados e os valores estimados dos preços, em função de impactos das aplicações das bandeiras tarifárias e de eventuais reajustes dos preços da energia.

Serviços de Terceiros

A variação de 12,1% nesse item, comparativamente ao ano de 2016, se deu em razão, principalmente, de:

- elevação nos gastos com serviços de conservação e manutenção de bens e sistemas, decorrente de reajustes nos preços dos contratos de prestação de serviços, e de maior demanda por serviços corretivos e de manutenção preventiva nos sistemas;

- locações da frota de veículos, no valor de R$29,7 milhões em 2017 (R$17,9 milhões em 2016), no âmbito da estratégia da Companhia de migração de investimentos (CAPEX) em frota própria para despesas operacionais com locação de veículos;

- aumento de R$4,6 milhões nas despesas com serviços de transporte contratado, notadamente em função da necessidade de contratação de caminhões-pipa, visando minimizar efeitos da escassez hídrica em determinadas localidades do Estado, sendo que no quarto trimestre de 2017 esses gastos foram intensificados;

- incremento nos gastos com publicidade e propaganda, em consequência de campanhas institucionais e campanhas relacionadas à escassez hídrica, principalmente no norte do Estado;

- aumento nas despesas relacionadas à locação de geradores, em função da escassez hídrica observada em algumas localidades do Estado; e

- incremento nas despesas com informática, refletindo contratação de serviços para desenvolvimento e sustentação de sistemas de informação, e de serviços de suporte, aquisição e atualização de licenças de softwares.

PPP do Rio Manso

Foi registrada elevação de 39,6% nas despesas referentes à Parceria Público-Privada (PPP) do Sistema Rio Manso, comparando-se o ano de 2017 com 2016, em função, principalmente, da revisão da metodologia adotada na contabilização do reajustamento contratual das despesas de manutenção de sistemas, que passou a ser considerada como despesa operacional (OPEX), e deixando, portanto, de figurar como despesa financeira. O aumento da despesa em 2017, como reflexo dessa mudança, foi de aproximadamente R$14,7 milhões. Ao se desconsiderar o referido ajuste, o aumento seria de 5,2%.

Relatório da Administração

Materiais

As despesas com materiais apresentaram elevação de 4,5% no ano de 2017, comparativamente ao ano de 2016.

Custos Operacionais Diversos

A variação observada nos períodos comparativos é decorrente, principalmente, do aumento dos gastos com eventos e exposições e da realização de despesas vinculadas a incentivos fiscais, com a realização de patrocínios a esporte e a projetos culturais incentivados pela Lei Rouanet.

Repasse Tarifário a Municípios

A variação nos valores dos repasses tarifários no ano de 2017 comparativamente ao observado em 2016 se deve, principalmente, ao reajuste tarifário médio de 13,9% (aplicado a partir de 13.05.2016) e de 8,69% (aplicado a partir de 30.07.2017) e pelo início de repasses a novos municípios.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Foi registrada elevação de 25,5%, que representa um acréscimo de R$40,4 milhões, nesta conta em 2017 versus 2016, em decorrência do crescimento nas receitas observadas como resultado do reposicionamento tarifário aplicado em maio de 2016 e julho de 2017, conjugado ao aumento na inadimplência, cujo índice médio passou de 3,36% em 2016 para 3,72% em 2017, principalmente, por parte dos clientes da categoria "Público", com destaque para hospitais, entidades filantrópicas e prefeituras.

A Companhia vem atuando em diversas frentes para reduzir a inadimplência, tendo intensificado ações de renegociação de débitos e contratação de empresa para a realização de cobrança administrativa.

Créditos Tributários

A queda de 6,1% em 2017 nesta conta, quando comparado com 2016, é reflexo, principalmente, da utilização dos créditos tributários oriundos da amortização dos ativos relacionados à Parceria Público Privada - PPP do Rio Manso, que foram incorporados em dezembro de 2015, e o aproveitamento do crédito finalizou em novembro de 2017, assim como da redução dos créditos decorrentes da depreciação de máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado, com a aplicação de regras fiscais que permitem a aceleração na depreciação/amortização.

Depreciações e Amortizações

No exercício de 2017, as depreciações e amortizações apresentaram redução de 5,5% em relação ao valor contabilizado em 2016, em função, principalmente, do término do período de depreciação de máquinas e equipamentos utilizados na automação de sistemas de abastecimento de água da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Relatório da Administração

10.3. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

O item outras receitas (despesas) operacionais apresentou resultado líquido positivo de R$21,0 milhões no ano de 2017, ante os R$22,2 milhões negativos registrados em 2016, conforme tabela a seguir:

Especificação (R$ mil)	2017	2016	2017 X 2016	2015	2016 X 2015
Outras receitas operacionais	**247.796**	**190.283**	**30,2%**	**205.191**	**-7,3%**
Receita de serviços técnicos	156	347		226	
Reversão de provisão não dedutível	146.303	75.870		121.331	
Recuperação de contas baixadas	77.933	78.506		59.446	
Outras receitas	23.404	35.560		24.188	
Outras despesas operacionais	**(226.822)**	**(212.459)**	**6,8%**	**(190.493)**	**11,5%**
Pagamentos e provisão não dedutível	(163.141)	(157.448)		(120.045)	
Perdas eventuais ou extraordinárias	(5.668)	(5.163)		(25.810)	
Outras despesas	(58.013)	(49.848)		(44.638)	
Outras receitas (despesas) operacionais	**20.974**	**(22.176)**	**n.m**	**14.698**	**n.m**

Outras receitas operacionais: a elevação de R$57,5 milhões no grupo deveu-se, principalmente, a maior nível de reversão de provisão não dedutível constituídas anteriormente, com destaque para processos de natureza cível, em razão de reclassificações de risco realizadas no âmbito do Fórum de Contingências instituído para revisão e validação dos riscos indicados pela área jurídica nos processos contra a Companhia, baseada em jurisprudências e sentenças prolatadas.

Outras despesas operacionais: crescimento de R$14,4 milhões é explicado, principalmente, pelo aumento nas provisões não dedutíveis para contingências judiciais, sobretudo, para processos cíveis.

10.4. Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial do ano de 2017 é referente à subsidiária COPANOR e foi negativo em R$7,4 milhões. O comportamento das despesas é decorrente, principalmente, da implementação do plano de recuperação dessa subsidiária, enquanto as receitas foram prejudicadas pela escassez hídrica e pela aplicação, com atraso pela ARSAE-MG, do reajuste tarifário de 2017, com efeito integral em novembro de 2017. No ano de 2016, o resultado foi negativo em R$4,7 milhões. Ressalta-se que os períodos de 2016 e 2015 estavam afetados pelas extintas subsidiárias COPASA Serviços de Irrigação e COPASA Águas Minerais de Minas, encerradas em 30.09.2016 e 26.12.2016, respectivamente.

Demonstrativo Sintético das Subsidiárias- (R$/Mil)	2017	2016	2015
Receita líquida de vendas e/ou serviços	25.732	24.588	23.756
Outras receitas operacionais	2.455	5.530	30.121
Custos e despesas operacionais	(36.708)	(30.958)	(33.735)
Outras despesas operacionais	(1.132)	(5.735)	(20.227)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	2.247	2.376	148
IR + CSLL	-	(468)	(964)
Lucro (prejuízo) líquido	**(7.406)**	**(4.667)**	**(901)**

Relatório da Administração

10.5. Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido ficou em linha nos períodos comparativos, sendo que a queda observada nas receitas financeiras foi acompanhada por uma redução nas despesas financeiras no mesmo montante, conforme tabela a seguir:

Especificação (R$ mil)	2017	2016	2017 X 2016	2015	2016 X 2015
Receitas financeiras	**132.145**	**202.250**	**-34,7%**	**121.555**	**66,4%**
Variações monetárias	11.826	19.924		17.435	
Variações cambiais	1.040	73.451		25.158	
Juros	22.606	23.188		5.191	
Ganho real em aplicações financeiras	57.966	59.653		53.571	
Receitas de ativos financeiros/outros	38.707	26.034		20.200	
Despesas financeiras	**(332.405)**	**(403.455)**	**-17,6%**	**(464.625)**	**-13,2%**
Variações monetárias	(57.492)	(96.453)		(79.803)	
Variações cambiais	(35.625)	(13.308)		(107.107)	
Juros sobre financiamentos	(238.884)	(292.795)		(276.770)	
Diversas	(404)	(899)		(945)	
Resultado financeiro	**(200.260)**	**(201.205)**	**-0,5%**	**(343.070)**	**-41,4%**

10.6. Lucro (Prejuízo) Líquido

A Companhia registrou lucro líquido de R$560,4 milhões em 2017, ante R$434,2 milhões no ano de 2016, resultante, principalmente, do desempenho observado no resultado operacional, que apresentou elevação de 19,7%, conforme observado na tabela a seguir:

Especificação (R$ mil)	2017	2016	2017 X 2016	2015	2016 X 2015
Resultado operacional (a)	**958.960**	**801.237**	**19,7%**	**314.126**	**-**
Resultado financeiro + tributos sobre o lucro (b)	**(398.522)**	**(367.076)**	**8,6%**	**(325.718)**	**-**
Resultado financeiro	(200.260)	(201.205)	-0,5%	(343.070)	-41,3%
Tributos sobre o lucro	(198.262)	(165.871)	19,5%	17.352	-
Lucro (prejuízo) líquido (a) + (b)	**560.438**	**434.161**	**29,1%**	**(11.592)**	**-**
Lucro (prejuízo) por ação (R$)	**4,42**	**3,56**		**(0,10)**	

11.Endividamento

A dívida bruta, que considera os saldos dos empréstimos, financiamentos, debêntures e outras obrigações onerosas (Libertas), atingiu R$3,21 bilhões em dezembro de 2017, representando um decréscimo de R$300 milhões em comparação ao valor registrado em dezembro de 2016. A dívida líquida, que representa a dívida bruta menos caixa e equivalente de caixa, passou de R$2,90 bilhões ao final de 2016 para R$2,80 bilhões em dezembro de 2017.

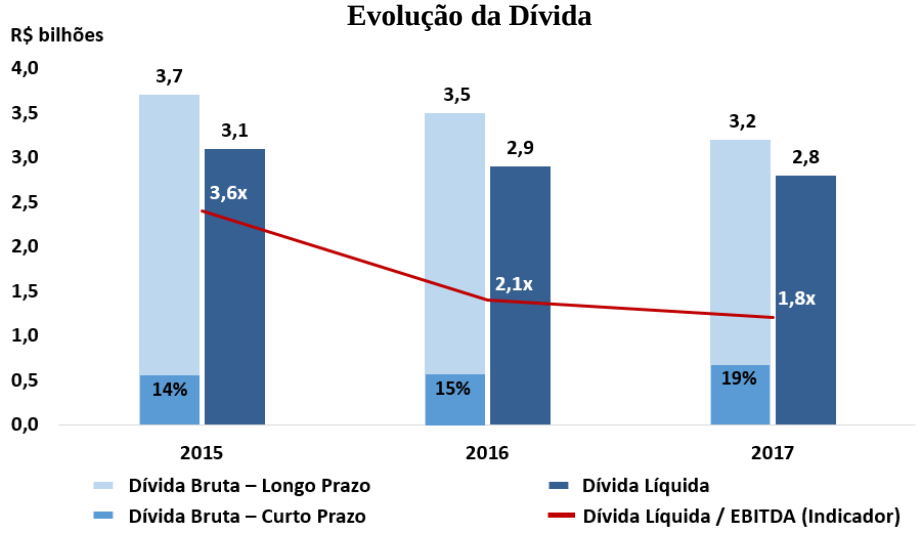
O índice de alavancagem, medido pela relação “Dívida Líquida/EBITDA dos últimos 12 meses”, reduziu de 2,1x, em dezembro de 2016, para 1,8x no mesmo mês de 2017.

A seguir, mostramos a dívida bruta, a dívida líquida, o indicador Dívida Líquida/EBITDA, bem como a proporção de dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos períodos comparativos. A dívida de curto prazo, que representava cerca de 15% da dívida total em dezembro de 2016, passou a representar 19% da dívida total em dezembro de 2017,

Relatório da Administração

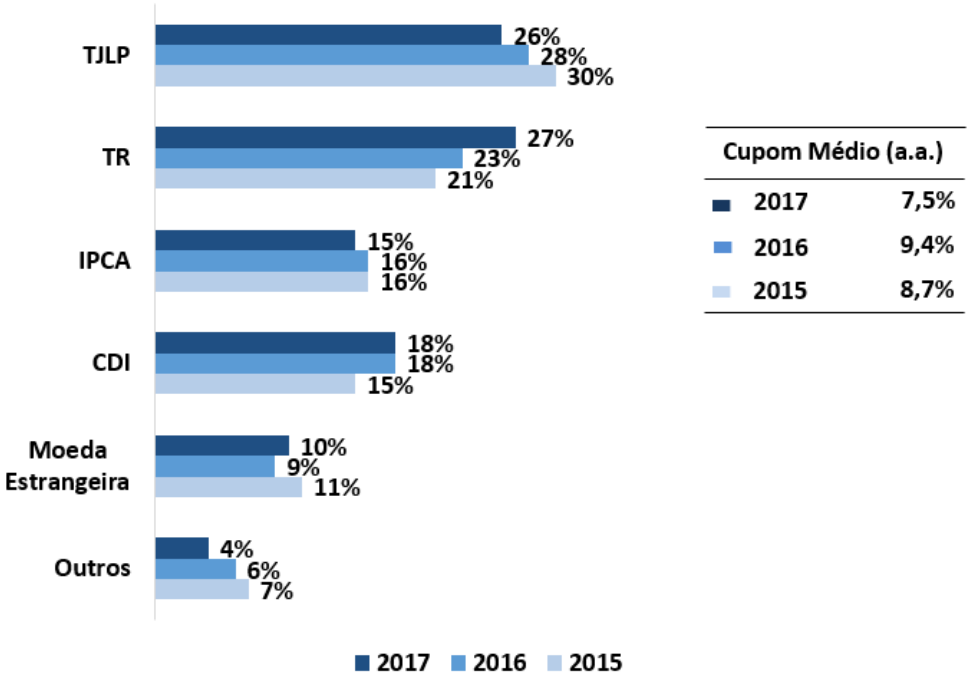
em função de amortizações previstas para os próximos 12 meses, das debêntures da 9ª e da 10ª emissões, que se referem a operações contratadas em 2015 e 2016.

Evolução da Dívida



O gráfico a seguir mostra a composição dos indexadores da dívida ao final dos últimos três exercícios:

Indexadores da Dívida



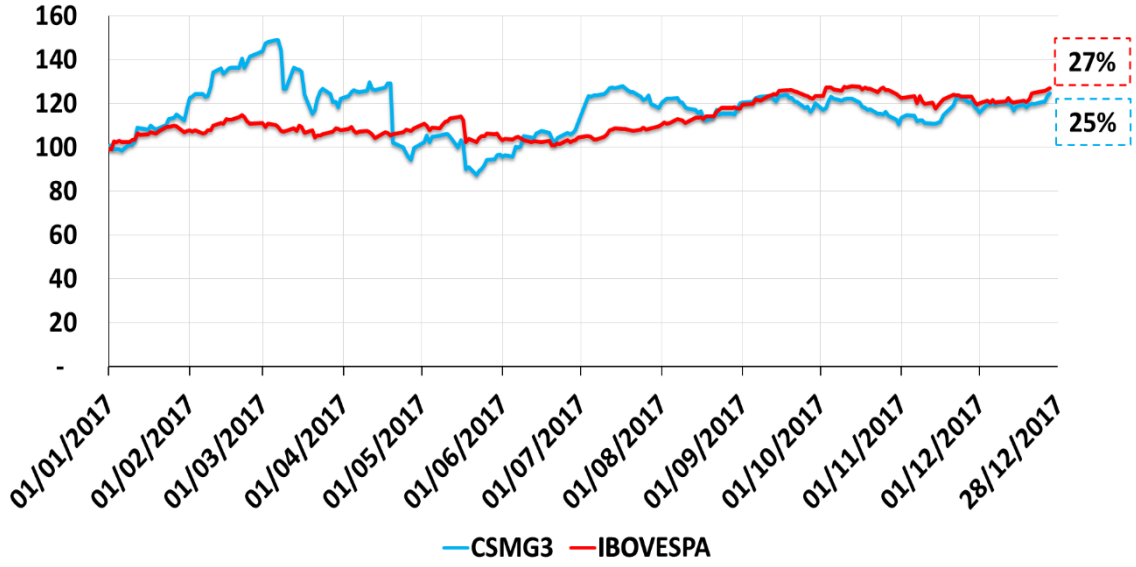
Cupom Médio (a.a.)	
2017	7,5%
2016	9,4%
2015	8,7%

Relatório da Administração

12. Desempenho das Ações

A cotação unitária das ações da COPASA MG (CSMG3) ajustada pelos proventos declarados, apresentou elevação de 25% em 2017, atingindo R$43,39 em 28.12.2017. O volume diário médio alcançou R$26,6 milhões no período, representando aumento de 140% em relação aos R$11,1 milhões observados em 2016. O número de ações detidos por brasileiros, excluindo o acionista controlador, passou de 15,3 milhões para 24,0 milhões em dezembro de 2017. A Companhia integra 9 índices da B3, a saber: IBRA, IBRX, IGCT, IGCX, IGNM, ITAG, IVBX, SMLL e UTIL.

Desempenho das ações da COPASA vs IBOVESPA
(Base 100: 01.01.2017)



13. Remuneração aos Acionistas

- **Dividendos Regulares**

Para o exercício de 2017, o Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 09.03.2017, a manutenção da distribuição de dividendos no percentual correspondente a 25% do Lucro Líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976, sob a forma de JCP.

Relatório da Administração

O quadro abaixo mostra os valores e as respectivas datas de aprovação, do crédito e de pagamento referentes ao exercício de 2017:

Referência	Data da RCA	Data do Crédito	Data do Pagamento	Valor Bruto (R$ milhões)	Valor Bruto por Ação (R$)
1T17	16.03.2017	22.03.2017	15.05.2017	32,0	0,25288
2T17	14.06.2017	21.06.2017	28.07.2017	37,3	0,29481
3T17	20.09.2017	22.09.2017	23.10.2017	38,9	0,30813
4T17	22.02.2018	27.02.2018	a ser definido na AGO	46,1	0,36452
Acumulado 2017				**154,2**	**1,22034**

- **Dividendos Extraordinários**

A Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 17.11.2017, aprovou a distribuição de dividendos extraordinários, no montante de R$120,0 milhões (R$0,9494 por ação), utilizando parte da Reserva de Retenção de Lucros existente no balanço do exercício encerrado em 31.12.2016.

Tiveram direito ao recebimento desse provento os acionistas posicionados em 17.11.2017, sendo que a data do pagamento foi 30.11.2017.

- **Exercício de 2018**

Conforme Política de Dividendos aprovada na AGE realizada em 13.09.2016, o Conselho de Administração definirá, até 31 de março, o percentual do Lucro Líquido Ajustado a ser distribuído no exercício, observado o mínimo legal obrigatório e o limite máximo de 50%. A remuneração aos acionistas será declarada trimestralmente, sendo que o pagamento será realizado em até 60 (sessenta) dias, a contar da data da declaração pelo Conselho de Administração, a exceção dos valores referentes ao quarto trimestre, cuja definição ocorrerá na Assembleia Geral Ordinária que aprovar as Demonstrações Financeiras do exercício.

14. Recursos Humanos

O número de empregados da COPASA MG, ao final do exercício, era de 11.262, representando redução de 0,6% em relação ao observado no encerramento do exercício de 2016. Na COPANOR, o número de empregados, que era de 422 ao final de 2016, passou para 439 ao final de 2017, em função do Plano de Recuperação implementado nessa Subsidiária. A tabela abaixo apresenta o detalhamento das informações:

Especificação	2017	2016	2017 x 2016	2015	2016 x 2015
Empregados COPASA MG	11.262	11.325	-0,6%	11.986	-5,5%
Empregados COPANOR[1]	439	422	4,0%	349	20,9%

(1) Os valores referentes a 2016 e 2015 foram ajustados para contemplar apenas os empregados efetivos da subsidiária COPANOR.

Em 2017 foi concluído o treinamento da segunda turma do Programa de Desenvolvimento de Potenciais Líderes (PDPL), tendo como objetivo identificar e desenvolver empregados, preparando-os para ocupar cargos de liderança na Empresa. Os participantes que obtiveram aproveitamento mínimo de 75% foram incluídos no Banco de Sucessão

Relatório da Administração

para Cargos de Confiança e poderão ser convidados a assumir posição de liderança na empresa, além de ações de desenvolvimento.

Foi concluída a revisão do Regulamento do Plano de Carreiras, Cargos e Salários (PCCS) da COPASA MG, o qual foi implantado em dezembro/2017. Dentre as principais mudanças, destaca-se o fim da política de porte, a reclassificação de especialidades, a revisão da tabela salarial, a revisão da estrutura de requisitos e a descrições de atividades. Essa revisão gerou impactos médios nos salários em 2,1%. Foi concluída, ainda em 2017, a revisão do Sistema de Avaliação de Desempenho Funcional da COPASA MG.

15. COPANOR

A subsidiária integral COPANOR foi criada em 2007 para prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas Regiões Norte e Nordeste do Estado de Minas Gerais. Em dezembro de 2017, atendia cerca de 205 mil habitantes com abastecimento de água e 93 mil habitantes com esgotamento sanitário.

Em 2015, visando garantir a sustentabilidade da COPANOR e a melhora dos níveis de serviços prestados, foi elaborado o Plano de Recuperação da Subsidiária, com objetivo de contribuir para a elevação da qualidade da prestação de serviços e reverter a sequência de resultados econômico-financeiros negativos apresentados nos anos anteriores. Com isso, foi realizada a revisão do planejamento estratégico, com a definição de fundamentos empresariais e diretrizes estratégicas.

A partir da definição dos fundamentos empresariais e das diretrizes estratégicas foram revistas as premissas adotadas à época de sua criação, tendo sido propostas ações para a reestruturação da subsidiária, dentre as quais se destacam:

- Elaboração de plano de ação social e educação ambiental, de forma a capacitar os empregados da empresa às atividades de assistência social;
- Ajuste dos compromissos estabelecidos nos Planos Municipais de Saneamento (PMS) ao cronograma de investimentos, definidos através da liberação de recursos do Fundo Estadual da Saúde;
- Apoio aos municípios na elaboração de novos PMS ou na revisão dos planos existentes, quando necessário;
- Definição da metodologia para elaboração do plano plurianual de investimentos; e
- Solicitação de revisão tarifária, reavaliação do modelo de negócio, a prestação de serviços e, consequentemente, a sustentabilidade econômica, financeira e social do projeto.

Em 2016, foi dado início à Revisão Tarifária da COPANOR, que promoveu, naquele ano, uma readequação da estrutura tarifária, com a substituição do faturamento com consumo mínimo (3 m³ para todas as categorias) pelo faturamento com dois componentes: Tarifa Fixa e Tarifa Variável; criação da Tarifa Residencial Social; e adequação na estrutura de custos. Nessa etapa foi aplicado reajuste tarifário médio de 10,49%, a partir de setembro de 2016.

A segunda etapa da revisão tarifária, em 2017, teve foco na definição de política pública para melhorar a capacidade de infraestrutura do prestador. Dessa forma, a ARSAE-MG elaborou um mecanismo tarifário, definido na Revisão Tarifária da COPASA MG (concluída em junho de 2017), que estabelece como fonte de recursos um subsídio oriundo de valor adicional cobrado na tarifa dos clientes da COPASA MG. Esse subsídio proporciona R$40 milhões líquidos anuais para as melhorias da capacidade de infraestrutura (investimento e manutenção) das regiões atendidas pela COPANOR. Neste âmbito, a subsidiária deverá cumprir obrigações específicas para utilizar os recursos repassados. O resultado da Revisão Tarifária de 2017 foi um Efeito Tarifário Médio de 10,82% sobre as tarifas, vigente a partir de outubro de 2017.

Em 2017, foram investidos R$28 milhões na COPANOR, conforme destacado na Seção 8 – Investimentos.

Relatório da Administração

16. Responsabilidade Social

Em consonância com a sua Política de Responsabilidade Social, a COPASA MG desenvolve iniciativas e programas estruturados que objetivam contribuir para a universalização dos serviços de saneamento, para o desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida do corpo funcional e da sociedade, conforme alguns exemplos relacionados abaixo.

A Tarifa Social é um benefício para as famílias de baixa renda, que reduz as tarifas dos serviços de água e esgoto da COPASA MG e da COPANOR. Para usufruir do benefício, além de estar em dia com as contas, os usuários devem atender aos seguintes critérios: imóveis para fins residenciais; a família deve estar inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal; e a família deve ter uma renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Em dezembro de 2017, aproximadamente 756 mil famílias mineiras eram beneficiadas com a Tarifa Social. Esses usuários tiveram reduções em relação aos usuários residenciais superiores a 50% nas contas de água e esgoto, independentemente do nível de consumo.

Para proporcionar o atendimento a pequenas localidades rurais carentes de infraestrutura sanitária, a empresa mantém, em parceria com o Governo Estadual, programa voltado para o desenvolvimento do saneamento rural. A COPASA MG aderiu à 6ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, cujo objetivo é disseminar novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional para alcançar a igualdade racial e entre mulheres e homens no trabalho. A empresa também desenvolve o Programa Confia em 6%, por meio do qual incentiva os empregados a destinarem parte do seu imposto de renda devido ao Fundo da Infância e da Adolescência (FIA).

A Companhia investe, por meio de incentivos fiscais e recursos próprios, em projetos sociais, especialmente com foco na cultura, esporte e saúde. Nesse sentido, mantém uma Galeria de Arte e alguns grupos culturais, tais como Contadores de Histórias, Coral COPASA e Teatro COPASA.

17. Responsabilidade Ambiental

Para garantir a qualidade e a quantidade de água dos mananciais utilizados para abastecimento público, a Companhia promove ações de proteção e preservação ambiental, em prol da recuperação dos recursos naturais das bacias hidrográficas sujeitas à exploração com a finalidade de abastecimento público. Em janeiro de 2017, a COPASA MG instituiu o Programa Pró-Mananciais, que objetiva a proteção e recuperação das microbacias hidrográficas e áreas de recarga dos aquíferos – cujos mananciais são captados pelos sistemas de abastecimento público de água operados pela Empresa – por meio de ações e do estabelecimento de parcerias que visem a melhoria da qualidade e quantidade das águas, favorecendo a sustentabilidade ambiental, econômica e social desses locais.

Além disso, a Companhia é responsável por diversas outras iniciativas de cunho ambiental, tais como a proteção e conservação de cerca de 25 mil hectares de áreas de proteção no entorno de vários mananciais utilizados para o abastecimento público. Para proteger o patrimônio natural e a biodiversidade dessas reservas, a Companhia promove o monitoramento, a fiscalização e a proteção das áreas dos mananciais superficiais e subterrâneos.

A Empresa obedece à legislação vigente, buscando a outorga e o licenciamento ambiental de seus empreendimentos de forma a minimizar os impactos ambientais de suas operações, por meio do cumprimento das medidas mitigadoras e compensatórias determinadas pelos órgãos ambientais responsáveis. Em 2017, foram obtidas 20 outorgas de captação de água, 215 licenças ambientais para obras de água e esgoto, e foram outorgadas vazões captáveis de 5,18 m^3/s. Além disso, a Companhia contratou e elaborou estudos ambientais para avaliar o impacto ambiental de seus empreendimentos.

Relatório da Administração

18. Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003, a COPASA MG e a subsidiária COPANOR informam que a empresa que prestou serviços de auditoria externa das Demonstrações Financeiras da Companhia, no exercício findo em 31.12.2017, foi a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. Durante o referido exercício, os auditores externos somente prestaram serviços relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras.

Relatório da Administração

Balanço Social Anual / 2017

Empresa: Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG

1 - Base de Cálculo	2017 Valor (mil reais)			2016 Valor (mil reais)		
Receita líquida de água, esgoto e resíduos sólidos (RL)[1]			3.998.005			3.643.618
Receita líquida total[2]			4.300.669			4.008.286
Resultado operacional (RO)			758.700			600.032
Folha de pagamento bruta (FPB)			1.227.552			1.128.188
2 - Indicadores Sociais Internos	**Valor (mil)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**Valor (mil)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Alimentação	160.731	13,09%	4,02%	152.000	13,47%	4,17%
Encargos sociais compulsórios	259.839	21,17%	6,50%	245.245	21,74%	6,73%
Previdência privada	39.322	3,20%	0,98%	35.969	3,19%	0,99%
Saúde	67.678	5,51%	1,69%	58.550	5,19%	1,61%
Segurança e saúde no trabalho	6.413	0,52%	0,16%	5.780	0,51%	0,16%
Educação	3.489	0,28%	0,09%	3.101	0,27%	0,09%
Cultura	63	0,01%	0,00%	67	0,01%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.847	0,15%	0,05%	1.158	0,10%	0,03%
Creches ou auxílio-creche	1.342	0,11%	0,03%	1.036	0,09%	0,03%
Participação nos lucros ou resultados	35.381	2,88%	0,88%	24.456	2,17%	0,67%
Outros	13.215	1,08%	0,33%	12.907	1,14%	0,35%
Total - Indicadores sociais internos	589.320	48,01%	14,74%	540.269	47,89%	14,83%
3 - Indicadores Sociais Externos	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Educação	1.651	0,22%	0,04%	914	0,15%	0,03%
Cultura	4.523	0,60%	0,11%	2.390	0,40%	0,07%
Saúde e saneamento	395.151	52,08%	9,88%	384.905	64,15%	10,56%
Esporte	875	0,12%	0,02%	583	0,10%	0,02%
Outros	835	0,11%	0,02%	455	0,08%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	403.036	53,12%	10,08%	389.247	64,87%	10,68%
Tributos (excluídos encargos sociais)	534.131	70,40%	13,36%	459.518	76,58%	12,61%
Total - Indicadores sociais externos	937.167	123,52%	23,44%	848.765	141,45%	23,29%
4 - Indicadores Ambientais	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa[3]	141.903	18,70%	3,55%	57.633	9,60%	1,58%
Investimentos em programas e/ou projetos externos[3]	9.700	1,28%	0,24%	9.379	1,56%	0,26%
Total dos investimentos em meio ambiente	151.603	19,98%	3,79%	67.012	11,17%	1,84%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais:	(X) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%					
5 - Indicadores do Corpo Funcional	**2017**			**2016**		
Número de empregados ao final do período	11.262			11.325		
Número de admissões durante o período	107			175		
Número de empregados terceirizados[4]	1.196			1.215		
Número de estagiários	75			66		
Número de empregados acima de 45 anos	5.283			4.944		
Número de mulheres que trabalham na empresa	1.042			1.035		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	26,35%			24,53%		
Número de negros que trabalham na empresa	5.054			5.079		
% de cargos de chefia ocupados por negros	17,96%			16,35%		
Número de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	539			518		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	**2017**			**Metas 2018**		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	28,41			ND		
Número total de acidentes de trabalho	212			ND		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos os empregados	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos os empregados	(X) todos + Cipa	( ) direção e gerências	( ) todos os empregados	(X) todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a Empresa:	( ) não se envolve	(X) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos os empregados	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos os empregados

Relatório da Administração

A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos os empregados	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados em programas de trabalho voluntário, a Empresa:	( ) não se envolve	(X) apoia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	(X) apoiará	( ) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores:	na empresa: 982.219	no Procon: 424	na Justiça: 2.203	na empresa: 957.672	no Procon: 265	na Justiça: 2.000
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa: 100%	no Procon: 100%	na Justiça: 55,17%	na empresa: 100%	no Procon: 100%	na Justiça: 90%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	**Em 2017: 2.724.193**			**Em 2016: 2.474.307**		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	27,10% governo 38,87% colaboradores 5,66% acionistas 13,46% terceiros 14,91% retido			26,27% governo 39,01% colaboradores 4,84% acionistas 17,18% terceiros 12,70% retido		

7 - Outras Informações

CNPJ 17.281.106/0001-03, setor: saneamento.
Esclarecimentos sobre as informações declaradas: Divisão de Mobilização e Responsabilidade Social, telefone 55 31 3250-1719, e-mail dvrs@copasa.com.br.
A Copasa não utiliza mão de obra infantil ou trabalho escravo e não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.
Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.
1 - Para o cálculo dos indicadores, está sendo considerado o valor da Receita Líquida proveniente dos serviços prestados pela Copasa, não sendo considerado o valor das Receitas de Construção advindas da conversão para as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS). Em 2017, além dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, foi incluído o montante referente a resíduos sólidos, atividade iniciada pela Copasa em 2017, no Aterro Sanitário do município de Varginha.
2 - Receita líquida de água, esgoto e resíduo sólido + receita de construção.
3 - No Balanço referente ao exercício 2016, nos itens Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa e Investimentos em programas e/ou projetos externos constou os montantes de 54.615 mil e 12.397 mil, respectivamente. No Balanço referente ao exercício 2017, os valores relativos a 2016 estão sendo adequados em função da reclassificação do montante referente ao Controle de Qualidade de Água e Efluentes, passando do item Investimentos em programas e/ou projetos externos para o item Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa. O valor total dos investimentos em meio ambiente, em 2016, não foi alterado.
4 - O número de empregados(as) terceirizados(as) é estimado considerando a mão de obra alocada nos contratos de serviço, pois a Copasa não contrata terceiros diretamente.

01. Contexto Operacional

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais, denominada “COPASA MG”, “COPASA”, “Controladora” ou “Companhia”, com sede na cidade de Belo Horizonte, à Rua Mar de Espanha, 525, Bairro Santo Antônio, é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Seu objetivo é planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, administrar e explorar serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, podendo atuar no Brasil e no exterior.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017, da Controladora e Consolidadas, em 22 de fevereiro de 2018 e recomendou a sua aprovação à Assembleia Geral Ordinária.

A COPASA possui 100% de participação societária na subsidiária COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A (“COPANOR”) - criada pela Lei Estadual nº16.698, de 17 de abril de 2007, com o objetivo de: planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; coleta, reciclagem, tratamento e disposição final do lixo urbano, doméstico e industrial; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas em localidades da região de planejamento do Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos Rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu.

02. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

A Companhia está apresentando as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

2.1 Base de preparação

As Demonstrações Financeiras são preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e determinados ativos e passivos financeiros são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de Demonstrações Financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações Financeiras, estão divulgadas na Nota 04.

(a) Demonstrações Financeiras Individuais - Controladora

As Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas Demonstrações Financeiras Individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às Demonstrações Financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação de método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Essas Demonstrações Individuais são divulgadas em conjunto com as Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Notas Explicativas

(b) Demonstrações Financeiras Consolidadas - Consolidado

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas *pelo International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRSs não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRSs, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

As Demonstrações Financeiras da subsidiária são elaboradas para o mesmo período de divulgação da controladora, utilizando práticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas, despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação relativa em uma subsidiária que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação de capital.

03. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva, que também participa na tomada das decisões estratégicas, em conjunto com o Conselho de Administração. O Grupo possui quatro segmentos distintos, representado pelo segmento de serviços de água e o segmento de esgoto em concessões públicas, prestados pela Controladora e sua subsidiária COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A, e o outro representado pela venda de produtos pela sua subsidiária COPASA Águas Minerais de Minas S/A até 19 de abril de 2017. Em 2017 a Controladora iniciou a operação do segmento Resíduos Sólidos no município de Varginha. As informações por segmentos são demonstradas na Nota 19.

Notas Explicativas

3.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras de cada Controlada incluída na consolidação da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e perdas cambiais relacionados a ativos e passivos são apresentados na demonstração do resultado como resultado financeiro.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com riscos insignificantes quanto à mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.4 Ativos financeiros

3.4.1 Classificação

Os ativos financeiros são classificados de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos e reconhecidos sob as categorias de empréstimos e recebíveis e/ou disponível para venda.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

3.4.2 Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação, para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo através do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para a venda são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda são reconhecidos no patrimônio líquido. Quando títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "receitas e despesas financeiras".

3.4.3 *Impairment* de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados ao custo médio ponderado de capital (WACC). O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas subsidiárias podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será registrada na demonstração do resultado.

A Companhia e suas subsidiárias avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

Para os investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

A Companhia e suas subsidiárias avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Notas Explicativas

3.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores dos serviços prestados ou da venda de mercadoria no decurso normal das atividades da empresa, sendo inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável.

Uma provisão para perda do valor recuperável das contas a receber de clientes é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A Companhia calcula a provisão para perdas de acordo com os critérios facultados pela Lei nº 13.097 de 19 de janeiro de 2015, não considerando os créditos relativos ao acionista controlador.

Em relação aos créditos junto à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, o repasse dos 4% da arrecadação liquida, ao Fundo Municipal de Saneamento, fica condicionado à quitação das faturas pela prefeitura cujos recursos também são destinados a esse fundo.

3.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais variáveis aplicáveis. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias. Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgotamento sanitário.

3.7 Ativos financeiros vinculados à concessão

O concessionário reconhece um crédito a receber, quando possui o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão destes serviços públicos que não serão recuperados via tarifa por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos investimentos que serão indenizados pelo poder concedente.

A Companhia possui contratos de concessão pública que são firmados com os municípios e de acordo com a Interpretação ICPC 01, representam um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação definida pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - ARSAE-MG, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão pela prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário. Em decorrência deste fato, a Companhia reconhece, um ativo financeiro, referente a parcela que excede o prazo dos contratos, cujo valor é descontado com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Essas contas a receber são classificadas no longo prazo considerando a expectativa de recebimento desses valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

3.8 Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.9 Ativos intangíveis

(a) Ativos diretamente ligados a Concessões

O concessionário reconhece como um ativo intangível, os investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão de serviços públicos, que serão recebidos via tarifa durante o período de concessão, sendo o seu valor amortizado pelo prazo da concessão.

Notas Explicativas

Também em linha com a Interpretação ICPC 01 e em decorrência dos contratos de concessão firmados, a Companhia reconhece um ativo intangível que está demonstrado pelo valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecido conforme Nota 3.7.

Para os ativos existentes até 31 de dezembro de 1997, o custo de aquisição foi acrescido pelos efeitos da hiperinflação, nos termos do IAS 29. O Brasil foi considerado uma economia hiperinflacionária, para fins de IFRS, até esta data.

(b) Direito de uso

Direitos de uso referem-se, principalmente, a custos incorridos na renovação ou revisão de concessões e são decorrentes da assunção de compromissos de participar financeiramente de obras de tratamento de fundos de vales, a serem executadas pelas prefeituras, tais como canalização de córregos e avenidas sanitárias. A amortização se dá pelo prazo remanescente do contrato de concessão.

(c) Licenças de software

As licenças de software adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para adquirir as mesmas e fazer com que elas estejam prontas para serem utilizadas. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada de cinco anos.

3.10 Imobilizado

Os bens registrados no Imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e as instalações administrativas da Companhia.

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso. Para os ativos existentes até 31 de dezembro de 1997, o custo de aquisição foi acrescido pelos efeitos da hiperinflação, nos termos do IAS 29. O Brasil foi considerado uma economia hiperinflacionária, para fins de IFRS, até esta data.

A depreciação é realizada pela vida útil estimada de cada bem, sendo utilizadas as taxas de depreciação relacionadas abaixo:

	Anos
Edificações	25 - 40
Máquinas	10 - 15
Veículos	3 - 5
Móveis, utensílios e equipamentos	3 - 8

Os valores residuais e a vida útil dos ativos, em atendimento ao CPC 27 – Ativo imobilizado, foram revisadas ao final do exercício de 2017, não sendo necessário ajustes no início de 2018, de forma prospectiva.

3.11 Perda do valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação e/ou reversão de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda ou o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

Notas Explicativas

3.12 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros da Companhia são mensurados pelo custo amortizado.

(a) Fornecedores

A conta "fornecedores" refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os valores são apresentados como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(b) Empréstimos e financiamentos e debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo, quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

(c) Apresentação pelo líquido

Passivos e ativos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

3.13 Provisões

As provisões tributárias e para demandas judiciais e ambientais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor possa ser estimado com razoável segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Notas Explicativas

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais.

3.14 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

O valor de distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo na rubrica "dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social.

A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, após o período contábil a que se referem às Demonstrações Financeiras, mas antes da data de autorização para a sua emissão, é registrada na rubrica "dividendo adicional proposto" no patrimônio líquido.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que é aprovado ou pago, o que ocorrer primeiro.

Os juros sobre capital próprio a pagar a acionistas são tratados como dividendos, debitados em lucros acumulados.

Conforme determina a legislação fiscal, os juros a pagar a acionistas são calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 e registrados no resultado, em despesas financeiras. Para fins de publicação das Demonstrações Financeiras, esses juros sobre o capital próprio são revertidos de despesas financeiras e apresentados a débito de lucros acumulados.

3.15 Tributação

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. Os impostos sobre renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto e na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

(a) Imposto de renda e contribuição social corrente

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base na legislação tributária promulgada, ou substancialmente promulgada, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos consideradas na data do balanço e reconhecidos conforme descrito no CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados considerando as alíquotas de tributos (e leis) vigentes na data do balanço e que se espera aplicar na data de realização do ativo ou liquidação do passivo.

Notas Explicativas

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível de forma que, as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

(c) Impostos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos	Alíquota %
PIS/PASEP - Programa de integração social	1,65
COFINS - Contribuição para financiamento para seguridade social	7,60
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (*)	7,00 a 18,00

(*) Não incide sobre serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos.

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

3.16 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora de 3 planos de Previdência Complementar: benefício definido, benefício de fundo saldado e de contribuição definida. Geralmente, os planos são financiados por pagamentos a fundos fiduciários determinados por cálculos atuariais periódicos.

Os Planos de Benefício Definido e Definido Saldado estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria e é constituído pelo direito acumulado de cada participante calculado na data do fechamento do plano para novas adesões em 2010. Estes planos passaram então a receber apenas as contribuições para a cobertura de despesas administrativas, contudo, as eventuais insuficiências serão cobertas por contribuições extraordinárias da patrocinadora e dos participantes de forma paritária.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos acima referenciados é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor dos ativos do plano é mensurado com base no valor justo.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem e os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.
Já no plano de Contribuição Definida a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Este Plano funciona como uma poupança individual para a aposentadoria, recebendo contribuições do participante e da patrocinadora que são depositadas em conta individual de cada participante.

Notas Explicativas

(b) Participação nos lucros

São registradas provisões para reconhecer a despesa de participação dos empregados no resultado. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada.

Desde 2008 por força do Acordo Coletivo, o montante apurado como Participação nos Lucros da Companhia é distribuído de forma linear entre todos os empregados.

3.17 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais monetárias são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão auferidas. As mesmas são registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.
Quando a Companhia recebe bens não monetários em doação, uma vez que essa doação é necessária para a concessão e não para a Companhia, os bens recebidos são registrados pelo valor nominal e anulados por meio de conta redutora, como forma de manter registro de controle dos ativos e ao mesmo tempo evitar o reconhecimento indevido de benefícios na demonstração do resultado e por consequência nas tarifas de água e esgoto determinadas pela Agência Reguladora.

3.18 Capital social

Capital social é o valor integralizado ou a integralizar correspondente a coparticipação de um titular, sócio ou acionistas para o início ou manutenção da empresa.

Quando a Companhia compra ações do capital de sua emissão (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e líquido dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

3.19 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

(a) Prestação de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

Notas Explicativas

(b) Contratos de construção

Contrato de construção é um contrato especificamente negociado para a construção de um ativo ou de uma combinação de ativos que estejam diretamente inter-relacionados ou interdependentes em função da sua concepção, tecnologia e função ou do seu propósito ou uso final.

A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), onde a receita é reconhecida por referência aos custos incorridos dos contratos, adicionado de uma margem. A Companhia passou a aplicar "margem zero" a partir de julho de 2015, após considerar a Resolução 072/2015 da Agência Reguladora que definiu pelo não reconhecimento da margem de construção na indenização de ativos prevista nos contratos de Concessão, pelos Municípios.
Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva.

(d) Receita de dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

3.20 Partes relacionadas

A Companhia reconhece como parte relacionada, além das relações de negócios mantidas com as suas Subsidiárias Integrais, as transações financeiras mantidas com o pessoal chave da Administração, com o seu Acionista majoritário e com as Empresas ou Órgãos a ele ligados, direta ou indiretamente, desde que haja com essas Empresas ou Órgãos relações contratuais formalizadas que gerem transações financeiras.

3.21 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Financeiras, seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e tendo por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada como informação suplementar às Demonstrações Financeiras Consolidadas, pois não é uma demonstração prevista, nem obrigatória, conforme o IFRS.

3.22 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

(a) CPC 47/IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração avaliou os impactos de sua adoção e concluiu que a adoção desta norrma contábil não trará impactos no reconhecimento das receitas e consequentemente nas demonstrações contábeis da Companhia, tendo em vista que os contratos e transações atualmente realizadas, obedecem a todos os passos requeridos.

Notas Explicativas

(b) CPC 48/IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IRFS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbridos de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A administração avaliou os impactos de sua adoção e em relação ao instrumento patrimonial reconhecido a valor justo, a Companhia fará, no reconhecimento inicial, uma escolha irrevogável de receber fluxo de caixa contratual através dos dividendos, conforme seu modelo de negócios, assim não haverá impactos na sua reclassificação. Quanto à perda de crédito esperada do Contas a receber de clientes (*impairment*), a Companhia finalizou estudo contemplando a avaliação histórica do saldo de contas a receber, das provisões realizadas, da recuperação de crédito, do histórico de inadimplência dos usuários, dentre outros comparando o critério definido para medir a perda esperada, com o critério atualmente utilizado e concluiu que não haverá efeitos significativos em suas Demonstrações Contábeis. Quanto aos demais instrumentos financeiros a adoção desta norma contábil, não trará impactos nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

(c) IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A companhia ainda está avaliando os impactos da adoção desta Norma.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia e suas controladas.

04. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia e suas subsidiárias fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Reconhecimento de receita de construção

A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), onde a receita é reconhecida por referência aos custos incorridos dos contratos, adicionado de uma margem. A Companhia passou a aplicar “margem zero” a partir de julho de 2015, após considerar a Resolução 072/2015 da Agência Reguladora que definiu pelo não reconhecimento da margem de construção na indenização, pelos Municípios, de ativos prevista nos contratos de Concessão.

(b) Benefícios de planos de previdência complementar

O valor atual destas obrigações depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam determinadas premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de juros de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas poderão afetar o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

Notas Explicativas

A Companhia determina a taxa de juros de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos do governo.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 17.

(c) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos quanto ao valor e época de resultados tributáveis futuros.

Dado o amplo espectro de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas.

A realização de créditos de impostos diferidos está condicionada a eventos futuros que irão tornar as provisões que lhe deram origem dedutíveis nos termos da legislação fiscal em vigor.

(d) Perda do valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda de valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos incrementais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos 5 (cinco) anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

(e) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais

As provisões são reconhecidas e atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas as políticas da Companhia, a natureza de cada ação e apoiadas na opinião de sua área jurídica.

(f) Contratos de empréstimos e financiamentos

A Companhia possui empréstimos e financiamentos para os quais são exigidos o cumprimento de determinados índices financeiros e outras condições (*covenants* - Nota 12). Alguns contratos preveem que no caso de descumprimento desses índices, a Companhia apresente garantias reais adicionais ao credor ou restabeleça os

índices financeiros previstos nos contratos em determinado prazo. Finalmente, caso não se obtenha a dispensa temporária de cumprimento desses índices, o credor poderá decretar vencimento antecipado da dívida.

Com o objetivo de minimizar o risco de descumprimento desses *covenants*, a Administração da Companhia realiza sua verificação trimestralmente, considerando as fórmulas de cálculo dos índices especificadas em cada contrato, observa os prazos estabelecidos para a comunicação com as instituições financeiras, bem como o reflexo do descumprimento de cláusulas de um contrato em outros contratos ("*cross-default*"), procurando apresentar garantias adicionais, quando houver possibilidades ou renegociar as condições contratuais, mantendo as obrigações sob monitoramento.

05. Contratos de Concessão de Serviços Públicos

A prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário se dá por meio de Contratos de Concessão e/ou os Contratos de Programa que são firmados com cada município, por períodos que variam entre 30 e 99 anos. Esses Contratos são bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente. A área de abrangência da Companhia é o Estado de Minas Gerais.

Em 2017, foram formalizados Contratos de Programa com 07 municípios do Estado de Minas Gerais, cuja população urbana conjunta estimada é de aproximadamente 340 mil habitantes.

A Companhia e sua subsidiária COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A ("COPANOR") possuíam 636 Contratos de Concessão ou Contratos de Programa para a prestação de serviços de abastecimento de água e 302 Contratos de Concessão ou Contratos de Programa para a prestação de serviços de esgotamento sanitário em 31 de dezembro de 2017 (635 e 299 respectivamente, em 31 de dezembro de 2016).

Em 31 de dezembro de 2017, 79 concessões de água e 5 de esgoto encontravam-se vencidas, representando 4,4% da receita total, cujos serviços continuam sendo prestados e faturados normalmente pela Companhia. A COPASA MG vem envidando esforços junto ao poder concedente para a renovação destas concessões. A situação das negociações dessas concessões encontra-se descrita a seguir:

- Concessões com Lei Autorizativa aprovada: 60 das quais 46 encontram-se em fase de estudos técnicos e aprovações internas; 04 em fase de formalização do Convênio de Cooperação; e 10 em fase de Consulta e Audiência Pública.
- Concessões sem Lei Autorizativa: 24.

Os serviços são remunerados sobre a forma de tarifas. Conforme Lei Federal 11.445/2007, as revisões e/ou os reajustes das tarifas devem ser regulados, fiscalizados e autorizados por agência reguladora, no caso de Minas Gerais, a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - ARSAE-MG. O seu cálculo deve assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da concessionária e a preservação dos aspectos sociais dos serviços prestados.

O Reajuste Tarifário tem por objetivo compensar os efeitos inflacionários nos custos do prestador, em um determinado período.

A Revisão Tarifária Periódica consiste na reavaliação das condições da prestação dos serviços e de mercado, com o estabelecimento de mecanismos tarifários de indução à eficiência e metas de expansão e qualidade dos serviços.

Em 30 de junho de 2017, a ARSAE-MG publicou a Resolução nº 96/2017 com o resultado da segunda etapa da revisão das tarifas de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário prestados pela Companhia, autorizando a aplicação do índice médio de reposicionamento tarifário efetivo de 8,69%.

Notas Explicativas

06. Caixa e Equivalentes de Caixa

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Recursos em caixa e bancos	35.576	43.782	35.869	44.048
Certificados de depósitos bancários de curto prazo	369.997	577.891	384.989	594.695
Total	**405.573**	**621.673**	**420.858**	**638.743**

Os recursos próprios da Companhia provenientes de sua atividade são aplicados em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada, substancialmente, na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, que no exercício de 2017, foi de 98,0% a 108,0% (80,0% a 108,0% em 2016). No exercício de 2017, as receitas financeiras provenientes dessas aplicações totalizaram R$57.996 (R$59.653 em 2016) na Controladora e R$60.017 (R$63.449 em 2016) no Consolidado.

Nos exercícios de 2017 e de 2016, a Companhia classificou suas aplicações financeiras como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato com prazo original de vencimento inferior a 90 dias e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Movimentação das aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Em 01 de janeiro	**577.891**	**494.234**	**594.695**	**518.698**
Novas aplicações	2.385.375	2.160.045	2.444.992	2.253.987
Rendimentos	57.966	59.653	60.017	63.449
Resgates	(2.651.235)	(2.136.041)	(2.714.715)	(2.241.439)
Em 31 de dezembro	**369.997**	**577.891**	**384.989**	**594.695**

Os ativos financeiros incluem somente valores em Reais (moeda funcional da Companhia), não havendo aplicações em moeda estrangeira. Nenhum desses ativos financeiros está vencido e não foram identificadas perdas dos seus valores recuperáveis.

07. Contas a Receber de Clientes e Demais Contas a Receber

As contas a receber de clientes e demais contas a receber da Companhia são mantidas apenas em Reais (moeda funcional da Companhia).

(a) Contas a receber de clientes

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
Valores	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Vencidos	428.513	254.335	432.830	257.333
Vencidos até 30 dias	153.005	88.863	154.403	89.897
Vencidos de 31 até 60 dias	90.633	59.579	91.578	60.287
Vencidos de 61 até 90 dias	53.038	34.106	53.623	34.524
Vencidos de 91 até 180 dias	90.438	52.719	91.590	53.496
Vencidos acima de 180 dias	41.399	19.068	41.636	19.129
A vencer	389.852	431.330	392.383	433.582
Faturados	818.365	685.665	825.213	690.915
A faturar	297.719	260.277	297.719	260.277
Contas a receber de clientes	1.116.084	945.942	1.122.932	951.192
(-) Provisão para perdas contas a receber de clientes	(31.172)	(24.907)	(31.757)	(25.493)
	1.084.912	921.035	1.091.175	925.699
Contas a receber de longo prazo [(1)]	82.478	139.595	82.478	139.595
Contas a receber de clientes, líquidas	**1.167.390**	**1.060.630**	**1.173.653**	**1.065.294**

[(1)] Refere-se ao termo de compensação realizado com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, conforme descrito na Nota 23.

A movimentação na provisão para perdas de contas a receber de clientes da Companhia foi a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Em 01 de janeiro	**24.907**	**21.682**	**25.493**	**23.909**
Provisão para perdas de contas a receber	198.670	158.278	201.509	161.286
Reversão provisão devedores duvidosos	-	-	-	(122)
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	(192.405)	(155.053)	(195.245)	(159.580)
Em 31 de dezembro	**31.172**	**24.907**	**31.757**	**25.493**

A provisão para perdas do valor recuperável de contas a receber foi registrada no resultado do exercício como despesas com vendas. Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação deste relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia mantém receitas tarifárias como garantia em financiamentos (Nota 20).

(b) Demais contas a receber

As outras classes de contas a receber de clientes e demais contas a receber não contêm ativos com perda do valor recuperável.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Cauções em garantias de empréstimos e debêntures **(i)**	172.181	169.711	172.181	169.711
Aplicação financeira vinculada **(ii)**	76.196	75.395	76.196	75.395
Ativos financeiros disponíveis para venda **(iii)**	73.058	59.564	73.058	59.564
Ativos financeiros – Contratos de concessão **(iv)**	659.147	604.538	659.147	604.538
Outros **(v)**	2.524	46.811	2.524	46.811
Total	**983.106**	**956.019**	**983.106**	**956.019**

Notas Explicativas

(i) As cauções em garantia de financiamentos, empréstimos e debêntures estão detalhadas abaixo:

Controladora / Consolidado		
	31/12/2017	**31/12/2016**
União Federal - bônus	70.908	68.479
Kreditanstalt Fur Wiederaufbau - KfW	24.124	23.133
Financiamentos com cessão fiduciária de crédito e de vinculação de créditos	937	1.781
Contratos de empréstimos e financiamentos - BNDES	25.011	26.256
Contratos de empréstimos e financiamentos - CAIXA PAC - 2009 e 2010	4.888	4.102
Contratos de empréstimos e financiamentos - CAIXA	5.916	5.922
Subscrição 3ª emissão	14.252	15.190
PPP Rio Manso	26.145	24.848
Total	**172.181**	**169.711**

(ii) Refere-se a recursos financeiros da Agência Nacional de Águas - ANA, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES. O valor de cada contrato é depositado em conta corrente específica e vinculada a cada contrato, denominada conta de despoluição de bacias hidrográficas, sendo que os valores são convertidos em contas e aplicada no "fundo de investimento caixa despoluição de bacias hidrográficas renda fixa longo prazo" destinado única e exclusivamente ao objeto de cada contrato. A liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada para a COPASA em 12 parcelas trimestrais e sucessivas que poderão, a partir de plena operação e início da certificação da estação de tratamento do esgoto, ser sacadas desde que cumpridas as metas pactuadas na assinatura do contrato. Devido ao cumprimento parcial das metas, a Companhia mantém também esses recursos em seu passivo não circulante, em conta de depósito para obras.

(iii) Refere-se ao saldo de investimento na empresa Foz de Jeceaba.

(iv) Refere-se às contas a receber do poder concedente decorrentes dos contratos de concessão pública que são firmados com os municípios e de acordo com a ICPC 01. Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelo Custo Médio Ponderado do Capital (*Weighted Average Capital Cost – WACC*).

(v) Refere-se substancialmente a depósitos judicias.

08. Investimentos

Abaixo tabela com a movimentação dos investimentos e da provisão para perdas dos investimentos nas subsidiárias:

	31/12/2016	**Equivalência patrimonial[(ii)]**	**Recuperação Impostos subsidiária**	**Aumento de Capital**	**31/12/2017**
Investimentos					
COPANOR [(i)]	34.030	(7.406)	38	35.365	62.027
Outros[(iii)]	260	-	-	-	260
Total	**34.290**	**(7.406)**	**38**	**35.365**	**62.287**

(i) A Controladora realizou integralização de R$35,4 milhões, sendo R$15,4 milhões em 15 de fevereiro de 2017, R$18,3 milhões em 09 de outubro de 2017 e R$1,7 milhões em 21 de novembro de 2017. As duas últimas foram efetuadas com recursos oriundos do subsídio à COPANOR, previsto na revisão tarifária da COPASA que permitirão realizar investimentos em obras de implantação, ampliação e manutenções nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Notas Explicativas

(ii) O Resultado de equivalência patrimonial foi negativo em R$7.406. O valor dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro e depreciações/amortizações das subsidiárias foi negativo em R$2.247 (negativo em R$1.874 em 2016).

(iii) Em 31 de dezembro de 2016 foram inseridos os outros investimentos sem relevância realizados pela Companhia.

09. Intangível

(a) A composição dos saldos é a seguinte:

Controladora

	31/12/2017			31/12/2016		
	Custo	**Amortização acumulada**	**Intangível líquido**	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Intangível líquido**
Em operação						
Sistemas de água	3.503.895	(1.991.111)	**1.512.784**	5.853.928	(3.156.705)	**2.697.223**
Esgotamento sanitário	4.833.095	(1.711.226)	**3.121.869**	5.089.242	(1.679.222)	**3.410.020**
Sistemas de uso comum	759.181	(639.639)	**119.542**	966.370	(772.018)	**194.352**
Direitos de uso	459.287	(189.782)	**269.505**	433.194	(168.465)	**264.729**
Outros ativos intangíveis	107.670	(15.662)	**92.008**	129.324	(16.323)	**113.001**
Total em operação	**9.663.128**	**(4.547.420)**	**5.115.708**	**12.472.058**	**(5.792.733)**	**6.679.325**
Em obras						
Obras em andamento	981.697	-	**981.697**	1.141.245	-	**1.141.245**
Total em obras	**981.697**	**-**	**981.697**	**1.141.245**	**-**	**1.141.245**
Total do intangível	**10.644.825**	**(4.547.420)**	**6.097.405**	**13.613.303**	**(5.792.733)**	**7.820.570**

Consolidado

	31/12/2017			31/12/2016		
	Custo	**Amortização acumulada**	**Intangível líquido**	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Intangível líquido**
Em operação						
Sistemas de água	3.503.895	(1.991.111)	**1.512.784**	5.853.928	(3.156.705)	**2.697.223**
Esgotamento sanitário	4.833.095	(1.711.226)	**3.121.869**	5.089.242	(1.679.222)	**3.410.020**
Sistemas de uso comum	759.181	(639.639)	**119.542**	966.370	(772.018)	**194.352**
Direitos de uso	459.287	(189.782)	**269.505**	433.194	(168.465)	**264.729**
Outros ativos intangíveis	107.670	(15.662)	**92.008**	129.324	(16.323)	**113.001**
Total em operação	**9.663.128**	**(4.547.420)**	**5.115.708**	**12.472.058**	**(5.792.733)**	**6.679.325**
Em obras						
Obras em andamento	1.019.527	-	**1.019.527**	1.154.470	-	**1.154.470**
Total em obras	**1.019.527**	**-**	**1.019.527**	**1.154.470**	**-**	**1.154.470**
Total do intangível	**10.682.655**	**(4.547.420)**	**6.135.235**	**13.626.528**	**(5.792.733)**	**7.833.795**

Notas Explicativas

(b) A movimentação do intangível pode ser demonstrada como segue:

	Controladora						
	Sistemas de						
	Água	Esgotamento sanitário	Uso comum [1]	Direitos de uso	Outros	Em formação	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**2.697.223**	**3.410.020**	**194.352**	**264.729**	**113.001**	**1.141.245**	**7.820.570**
Adições	27.649	68.475	12.888	24.995	39.357	303.106	**476.470**
Baixas	(970)	(237)	(61)	-	(299)	(21.018)	**(22.585)**
Amortização	(156.915)	(232.272)	(70.376)	(25.320)	(37)	-	**(484.920)**
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	28.237	**28.237**
Transferências para ativo financeiro	(995)	(23.842)	4	119	(27.635)	-	**(52.349)**
Ajuste sistema compartilhado	(1.128.354)	(403.465)	(43.540)	-	(27.245)	-	**(1.602.604)**
Transferências para imobilizado e entre intangível	66.947	290.700	26.136	923	(1.439)	(469.872)	**(86.605)**
Outros [2]	8.199	12.490	139	4.059	(3.695)	(1)	**21.191**
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**1.512.784**	**3.121.869**	**119.542**	**269.505**	**92.008**	**981.697**	**6.097.405**

[1] Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado "sistemas de uso comum".

[2] Outros refere-se a ajustes de amortização de alterações ou renovações de concessões de exercícios anteriores.

	Consolidado						
	Sistemas de						
	Água	Esgotamento sanitário	Uso comum [1]	Direitos de uso	Outros	Em formação	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**2.697.223**	**3.410.020**	**194.352**	**264.729**	**113.001**	**1.154.470**	**7.833.795**
Adições	27.649	68.475	12.888	24.995	39.357	327.711	**501.075**
Baixas	(970)	(237)	(61)	-	(299)	(21.018)	**(22.585)**
Amortização	(156.915)	(232.272)	(70.376)	(25.320)	(37)	-	**(484.920)**
PPP - Rio Manso	-	-	-	-	-	-	-
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	28.237	**28.237**
Transferências para ativo financeiro	(995)	(23.842)	4	119	(27.635)	-	**(52.349)**
Ajuste sistema compartilhado	(1.128.354)	(403.465)	(43.540)	-	(27.245)	-	**(1.602.604)**
Transferências para imobilizado e entre intangível	66.947	290.700	26.136	923	(1.439)	(469.872)	**(86.605)**
Outros	8.199	12.490	139	4.059	(3.695)	(1)	**21.191**
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**1.512.784**	**3.121.869**	**119.542**	**269.505**	**92.008**	**1.019.527**	**6.135.235**

[1] Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado "sistemas de uso comum".

Notas Explicativas

	Controladora						
	Sistemas de						
	Água	Esgotamento sanitário	Uso comum [1]	Direitos de uso	Outros	Em formação	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**2.732.102**	**3.538.582**	**259.370**	**263.476**	**106.426**	**1.082.975**	**7.982.931**
Adições	48.502	60.048	19.860	19.094	18.703	229.560	**395.767**
Baixas	(97)	(136)	(320)	-	(577)	(13.262)	**(14.392)**
Amortização	(207.676)	(239.948)	(92.074)	(19.022)	(4.192)	-	**(562.912)**
PPP - Rio Manso	-	-	-	-	-	4.407	**4.407**
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	25.422	**25.422**
Transferências para ativo financeiro	(783)	(15.323)	363	56	(2.520)	-	**(18.207)**
Transferências para imobilizado e entre intangível	123.083	55.331	7.152	927	(4.928)	(187.857)	**(6.292)**
Outros [2]	2.092	11.466	1	198	89	-	**13.846**
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**2.697.223**	**3.410.020**	**194.352**	**264.729**	**113.001**	**1.141.245**	**7.820.570**

[1] Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado "sistemas de uso comum".

[2] Outros refere-se a ajustes de amortização de alterações ou renovações de concessões de exercícios anteriores.

	Consolidado						
	Sistemas de						
	Água	Esgotamento sanitário	Uso comum [1]	Direitos de uso	Outros	Em formação	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**2.732.102**	**3.538.582**	**259.370**	**263.476**	**106.426**	**1.082.975**	**7.982.931**
Adições	48.502	60.048	19.860	19.094	18.703	242.785	**408.992**
Baixas	(97)	(136)	(320)	-	(577)	(13.262)	**(14.392)**
Amortização	(207.676)	(239.948)	(92.074)	(19.022)	(4.192)	-	**(562.912)**
PPP - Rio Manso	-	-	-	-	-	4.407	**4.407**
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	25.422	**25.422**
Transferências para ativo financeiro	(783)	(15.323)	363	56	(2.520)	-	**(18.207)**
Transferências para imobilizado e entre intangível	123.083	55.331	7.152	927	(4.928)	(187.857)	**(6.292)**
Outros	2.092	11.466	1	198	89	-	**13.846**
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**2.697.223**	**3.410.020**	**194.352**	**264.729**	**113.001**	**1.154.470**	**7.833.795**

[1] Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado "sistemas de uso comum".

A amortização do exercício, apropriada ao resultado, foi de R$484.920, sendo R$476.794 como custo dos serviços prestados, R$234 como despesas com vendas e R$7.892 como despesas administrativas (R$556.353, R$197 e R$6.362, respectivamente, no exercício de 2016).

A taxa média de amortização apurada na Controladora foi de 6,3% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2017, as adições ao intangível, no montante de R$476.470 referem-se, principalmente, a obras de ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto Vieira (Montes Claros) e dos sistemas de esgotamento sanitário das cidades de Pedro Leopoldo, Coronel Fabriciano, Teófilo Otoni e Três Corações.

(c) Parceria Público-Privada – PPP - Sistema Produtor Rio Manso

A COPASA e a Odebrecht Ambiental - Manso S.A. (atual BRK Ambiental - Manso S.A.), Sociedade de Propósito Específico (SPE), formalizaram Parceria Público-Privada, na modalidade de Concessão Administrativa, para a ampliação da capacidade do Sistema Produtor de Água Rio Manso, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e prestação de serviços nesse sistema.

Durante a fase de realização de obras, a Companhia reconheceu o ativo intangível conforme o andamento de sua construção e em contrapartida um passivo a ele relacionado, em função do contrato de PPP. As despesas com correção monetária foram capitalizadas no ativo intangível até o início de sua operação em 21 de dezembro de 2015.

As contraprestações para Sociedade de Propósito Específico - SPE começaram a ser pagas em janeiro de 2016. O valor amortizado em 31 de dezembro de 2017 foi de R$102.355 (R$111.507 no exercício de 2016) e as despesas decorrentes do contrato foram contabilizadas da seguinte forma: R$59.691 (R$42.772 em 2016) como despesas de manutenção de sistemas (OPEX) e R$29.050 (R$24.507 em 2016) como despesa financeira reconhecida no resultado de acordo com o período de reajuste (correção monetária) contratual.

Para correção do passivo constituído, o índice de reajustamento do contrato está sendo aplicado anualmente no mês de abril e apropriado proporcionalmente ao longo dos 12 meses subsequentes.

10. Imobilizado

Controladora / Consolidado

		31/12/2017			31/12/2016		
	Taxa média	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Imobilizado líquido**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Imobilizado líquido**
Em operação							
Máquinas e equipamentos	11,6%	521.531	(441.093)	**80.438**	265.382	(224.133)	**41.249**
Veículos	20,0%	102.014	(98.419)	**3.595**	114.620	(102.536)	**12.084**
Outros	10,5%	31.383	(208)	**31.175**	191	(184)	**7**
		654.928	(539.720)	**115.208**	380.193	(326.853)	**53.340**
Terrenos e edificações	4,9%	3.283.945	(1.629.612)	**1.654.333**	173.477	(88.895)	**84.582**
Total em operação		**3.938.873**	**(2.169.332)**	**1.769.541**	**553.670**	**(415.748)**	**137.922**
Total do imobilizado		**3.938.873**	**(2.169.332)**	**1.769.541**	**553.670**	**(415.748)**	**137.922**

Notas Explicativas

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

Controladora / Consolidado

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**41.249**	**12.084**	**7**	**84.582**	**137.922**
Adições	2.946	-	-	2.164	**5.110**
Baixas	(217)	(712)	-	-	**(929)**
Depreciação	(21.921)	(7.839)	(2)	(49.314)	**(79.076)**
Transferências do intangível	14.919	31	(25)	71.680	**86.605**
Recomposição do Ativo Financeiro sistema compartilhado	-	-	3.916	13.432	**17.348**
Ajuste sistema compartilhado	43.540	-	27.245	1.531.819	**1.602.604**
Transferência para Ativo Financeiro	-	28	10	57	**95**
Outros	(78)	3	24	(87)	**(138)**
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**80.438**	**3.595**	**31.175**	**1.654.333**	**1.769.541**

A depreciação do exercício, apropriada ao resultado, foi de R$79.076, sendo R$66.402 como custo dos serviços prestados, R$4.879 como despesas com vendas e R$7.795 como despesas administrativas (R$20.999, R$4.812, ajustado e R$8.059, respectivamente, no exercício de 2016).

Em 30 de junho de 2017, após Parecer Final do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e visando atender o disposto na Resolução Normativa 72/2015 da ARSAE, procedeu-se à transferência dos ativos dos sistemas compartilhados de abastecimento de água e tratamento de esgoto, do grupo intangível para o grupo imobilizado, no valor de R$1,6 bilhão, uma vez que foram considerados como ativos da Companhia e assim deixando de compor o ativo intangível.

Também foi revertido o ativo financeiro, referente aos valores de indenização por parte dos entes concedentes no término ou no caso de não renovação da concessão, nos termos dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 e 39, uma vez que para os sistemas compartilhados não existe um direito de receber caixa ou outro ativo financeiro. Os ajustes decorrentes desta reclassificação resultaram no reconhecimento de uma receita de capitalização de ativo financeiro no valor de R$17,3 milhões, conforme Nota 30, visando recompor o valor do ativo financeiro transferido para o ativo imobilizado, a fim de refletir o valor residual dos investimentos, de acordo com a vida útil econômica desses ativos.

11. Outras Obrigações

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais **(i)**	67.632	57.771	68.363	58.321
Parcelamento de impostos **(ii)**	153.174	204.024	153.174	204.024
Depósito para obras **(iii)**	77.917	79.766	77.917	79.766
PDVI **(iv)**	16	126	16	126
Obrigações diversas	32.537	16.423	32.562	16.626
Total	**331.276**	**358.110**	**332.032**	**358.863**
Passivo não circulante	**(165.368)**	**(220.403)**	**(165.368)**	**(220.403)**
Passivo circulante	**165.908**	**137.707**	**166.664**	**138.460**

A parcela não circulante é composta principalmente pelo parcelamento de impostos.

Notas Explicativas

(i) Os impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais são compostos por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
INSS	22.988	21.085	23.409	21.364
COFINS	20.304	17.557	20.416	17.672
PIS	4.389	3.779	4.413	3.804
IR e CSLL	11.276	7.442	11.313	7.473
FGTS	4.442	4.010	4.528	4.082
Outros	4.233	3.898	4.284	3.926
Passivo circulante	**67.632**	**57.771**	**68.363**	**58.321**

(ii) Refere-se a parcelamento de débitos de ISSQN com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, conforme descrito na Nota 23.

(iii) Refere-se a recursos financeiros da Agência Nacional de Águas - ANA, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES. Os valores divulgados na rubrica "Aplicação financeira vinculada" desta Nota e os valores divulgados na rubrica "Depósito para Obras" da Nota 11 apresentam pequenas diferenças ao final do exercício. Em 31 de dezembro 2017 a divergência ocorreu devido a um resgate indevido, efetuado pela CEF em 26 de dezembro de 2017, o qual foi regularizado em janeiro de 2018.

12. Empréstimos e Financiamentos e Debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Circulante				
Caixa Econômica Federal	26.799	21.388	26.799	21.388
BNDES - BNE	72.402	71.585	72.402	71.585
Finame	19.649	20.073	19.649	20.073
IBM	1.810	367	1.810	367
Banco do Brasil	-	-	-	490
Bank of New York	846	795	846	795
KfW	44.250	32.233	44.250	32.233
Empréstimos bancários e financiamentos	**165.756**	**146.441**	**165.756**	**146.931**
Debêntures simples	432.536	365.469	432.536	365.469
Debêntures	**432.536**	**365.469**	**432.536**	**365.469**
Total circulante	**598.292**	**511.910**	**598.292**	**512.400**
Não circulante				
Caixa Econômica Federal	588.819	515.792	588.819	515.792
BNDES - BNE	309.118	376.202	309.118	376.202
Finame	66.471	85.975	66.471	85.975
IBM	2.908	748	2.908	748
Bank of New York	82.922	81.696	82.922	81.696
KfW	191.264	192.579	191.264	192.579
Empréstimos bancários e financiamentos	**1.241.502**	**1.252.992**	**1.241.502**	**1.252.992**
Debêntures simples	1.296.305	1.665.533	1.296.305	1.665.533
Debêntures	**1.296.305**	**1.665.533**	**1.296.305**	**1.665.533**
Total não circulante	**2.537.807**	**2.918.525**	**2.537.807**	**2.918.525**
Total circulante e não circulante	**3.136.099**	**3.430.435**	**3.136.099**	**3.430.925**

Notas Explicativas

(a) Empréstimos e financiamentos

Do valor total dos empréstimos, financiamentos e debêntures, em 31 de dezembro de 2017, o saldo devedor em moeda estrangeira totaliza R$319.282 (R$307.303 em dezembro de 2016), sendo R$83.768 em dólares e R$235.514 em euros (R$82.491 em dólares e R$224.812 em euros em dezembro de 2016, respectivamente).

Os empréstimos e financiamentos e debêntures, cujo saldo é de R$3.136.099 em 31 de dezembro de 2017 (R$3.430.435 em 31 de dezembro de 2016), têm vencimento até 2039 e cupons médios de 7,6% a.a. para a controladora e o consolidado (9,5% a.a. em dezembro de 2016 para a controladora e o consolidado). Considerando o saldo devedor com a Libertas, no valor de R$72.599 (R$91.593 em 31 de dezembro de 2016) o cupom médio é de 7,5% ao ano (9,4% em dezembro de 2016).

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
Ano de vencimento	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
2018	-	-	-	-
2019	161.351	145.245	161.351	145.245
2020	154.949	143.880	154.949	143.880
2021	150.198	137.699	150.198	137.699
2022	148.476	133.798	148.476	133.798
2023	87.367	132.180	87.367	132.180
2024	131.513	100.612	131.513	100.612
2025 até 2039	407.648	459.578	407.648	459.578
Total	**1.241.502**	**1.252.992**	**1.241.502**	**1.252.992**

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Saldo 01 de janeiro	**1.399.433**	**1.526.872**	**1.399.923**	**1.528.517**
Ingressos de empréstimos e financiamentos	118.594	111.553	118.594	111.553
Encargos provisionados	88.591	88.186	88.600	88.315
Variação monetária e cambial	43.305	(55.652)	43.305	(55.652)
Amortização de encargos	(88.357)	(89.001)	(88.367)	(89.134)
Amortização de principal	(154.308)	(182.525)	(154.797)	(183.676)
Saldo 31 de dezembro	**1.407.258**	**1.399.433**	**1.407.258**	**1.399.923**

Notas Explicativas

(b) Debêntures

		Controladora / Consolidado			
		31/12/2017		31/12/2016	
Subscrições / séries	Data da subscrição	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Debêntures não conversíveis					
Subscrição 3ª emissão					
1ª a 6ª	06/12/2007	16.378	16.359	16.275	32.270
7ª	25/09/2008	2.730	2.726	2.712	5.378
8ª	06/12/2008	8.190	8.179	8.137	16.135
9ª a 11ª	30/03/2009	8.190	8.179	8.137	16.135
12ª a 14ª	27/11/2009	2.730	2.726	2.713	5.378
15ª a 17ª	26/05/2010	8.190	8.179	8.137	16.135
18ª	02/07/2010	2.730	2.726	2.713	5.379
Total 3ª emissão		**49.138**	**49.074**	**48.824**	**96.810**
Subscrição 4ª emissão					
1ª	27/12/2010	25.713	91.097	45.435	188.722
2ª	24/11/2011	42.842	157.685	25.533	115.203
3ª	27/12/2012	34.044	120.613	33.768	152.528
Total 4ª emissão		**102.599**	**369.395**	**104.736**	**456.453**
Subscrição 5ª emissão					
Única	27/10/2011	19.017	222.552	19.545	240.005
Total 5ª emissão		**19.017**	**222.552**	**19.545**	**240.005**
Subscrição 6ª emissão					
1ª	23/02/2012	-	-	28.992	-
2ª	23/02/2012	53.237	46.849	53.712	92.702
Total 6ª emissão		**53.237**	**46.849**	**82.704**	**92.702**
Subscrição 7ª emissão					
1ª	24/04/2014	2.037	130.000	3.649	130.000
2ª	24/04/2014	36.190	90.549	36.884	117.253
Total 7ª emissão		**38.227**	**220.549**	**40.533**	**247.253**
Subscrição 8ª emissão					
1ª	21/12/2015	8.995	64.623	5.998	60.872
2ª	15/12/2015	4.033	29.274	2.713	27.344
Total 8ª emissão		**13.028**	**93.897**	**8.711**	**88.216**
Subscrição 9ª emissão					
1ª	28/08/2015	113.633	193.667	33.694	304.333
2ª	28/08/2015	209	20.342	203	19.761
Total 9ª emissão		**113.842**	**214.009**	**33.897**	**324.094**
Subscrição 10ª emissão					
Única	15/09/2016	43.448	79.980	26.519	120.000
Total 10ª emissão		**43.448**	**79.980**	**26.519**	**120.000**
Total de debêntures		**432.536**	**1.296.305**	**365.469**	**1.665.533**

Notas Explicativas

Os montantes registrados no passivo não circulante de debêntures têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora / Consolidado	
Ano de vencimento	**31/12/2017**	**31/12/2016**
2018	-	-
2019	535.063	396.836
2020	288.689	529.251
2021	163.249	284.268
2022	100.627	158.796
2023	27.596	97.499
2024	27.596	25.867
2025 até 2039	153.485	173.016
Total	**1.296.305**	**1.665.533**

A movimentação de debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2017	**31/12/2016**
Saldo em 01 de janeiro	**2.031.002**	**2.063.042**
Ingressos de debêntures	17.266	181.246
Encargos provisionados	170.569	215.134
Variação monetária	19.023	47.676
Amortização de encargos	(184.270)	(213.671)
Amortização de principal	(324.749)	(262.425)
Saldo em 31 de dezembro	**1.728.841**	**2.031.002**

(c) Valor justo

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão demonstrados na Nota 20.3(b).

(d) Cláusulas contratuais restritivas – *Covenants*

A Companhia possui empréstimos e financiamentos com determinadas condições contratuais, que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em determinados índices financeiros, devidamente auditados e com periodicidade de apuração do resultado distintas, conforme estabelecido nos respectivos contratos.

(i) Apuração trimestral com dados acumulados de 12 meses - *Covenants* de contratos com o BNDES:

Índice	Limite	Faixa
EBITDA / despesas financeiras ajustadas	Igual ou superior a 3,8	Igual ou superior a 3,0
Dívida líquida ajustada / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0	Igual ou inferior a 3,8
Outras dívidas onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0	Igual ou inferior a 1,3

Em 25 de fevereiro de 2016, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES autorizou a suspensão, até 31 de dezembro de 2017, da hipótese de descumprimento dos índices pactuados e de suas respectivas penalidades contratuais, estabelecendo ainda que, durante o período da suspensão, será mantido o reforço de garantia efetuado em 2015, até que a COPASA cumpra os índices por no mínimo três trimestres consecutivos ou não, dentro de um prazo de 12 meses.

Na análise de cada período do prazo de observação do contrato, temos o seguinte:

- Não houve descumprimento dos índices pactuados em nenhum dos trimestres de 2017.

Notas Explicativas

(ii) Apuração semestral (junho e dezembro) com dados acumulados de 12 meses - *Covenants* de contratos FGTS sindicalizados:

Índice	Limite
Exigível total / patrimônio líquido	Igual ou inferior a 1,0
EBITDA / serviço da dívida	Mínimo de 1,5
Ligação de água e esgoto / nº empregados	Maior que 350

Em 31 de dezembro de 2017 não houve descumprimento dos índices pactuados.

(iii) Apuração anual com dados acumulados do exercício social

iii-a) *Covenants* da 5ª emissão de debêntures (Caixa FI):

Índice	Limite
Exigível total / patrimônio líquido	Igual ou inferior a 1,0
EBITDA / serviço da dívida	Igual ou superior a 1,5
Dívida líquida / patrimônio líquido	Igual ou inferior a 1,0
Dívida líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0
EBITDA / receita operacional líquida ajustada	Igual ou superior a 36%

Em 31 de dezembro de 2017 não houve descumprimento dos índices pactuados.

iii-b) *Covenants* do contrato com o *KfW:*

Índice	Limite
Exigível total / patrimônio líquido	Igual ou inferior a 1,0
EBITDA / serviço da dívida	Igual ou superior a 1,5

Em 31 de dezembro de 2017 não houve descumprimento dos índices pactuados.

iii-c) *Covenants* das 6ª e 7ª emissões de debêntures (públicas):

Índice	Limite
Dívida líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0
EBITDA / serviço da dívida	Igual ou superior a 1,5

Em 31 de dezembro de 2017 não houve descumprimento dos índices pactuados.

iii-d) *Covenants* da 9ª e 10ª emissão de debêntures (públicas):

Índice	Limite
Dívida líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 4,0
EBITDA / serviço da dívida	Igual ou superior a 1,2

Em 31 de dezembro de 2017 não houve descumprimento dos índices pactuados.

Notas Explicativas

13. Provisão para Contingências

(a) Contingências prováveis

A composição das provisões para contingências está assim demonstrada:

	Controladora					
	31/12/2017			31/12/2016		
	Contin-gências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contin-gências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Cíveis	58.743	(9.611)	**49.132**	61.515	(1.448)	**60.067**
Trabalhistas	52.664	(6.708)	**45.956**	56.930	(1.633)	**55.297**
Tributárias	778	(258)	**520**	26.120	-	**26.120**
Ambientais	38.697	-	**38.697**	43.855	-	**43.855**
Total	**150.882**	**(16.577)**	**134.305**	**188.420**	**(3.081)**	**185.339**

	Consolidado					
	31/12/2017			31/12/2016		
	Contin-gências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contin-gências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Cíveis	58.996	(9.611)	**49.385**	62.016	(1.448)	**60.568**
Trabalhistas	52.771	(7.496)	**45.275**	56.996	(1.987)	**55.009**
Tributárias	778	(258)	**520**	26.120	-	**26.120**
Ambientais	38.697	-	**38.697**	43.855	-	**43.855**
Total	**151.242**	**(17.365)**	**133.877**	**188.987**	**(3.435)**	**185.552**

A movimentação das provisões para contingências está assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016, antes da compensação de depósitos judiciais	**188.420**	**188.987**
Adições	108.676	108.834
Reversões e pagamentos	(146.214)	(146.579)
Compensação de depósitos judiciais	(16.577)	(17.365)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**134.305**	**133.877**

As adições e reversões referem-se a reclassificações de risco em processos judiciais que foram realizadas no âmbito do Fórum de Contingências instituído em agosto de 2015, para revisão e validação dos riscos indicados pela área jurídica nos processos contra a Companhia, baseadas em jurisprudências ou sentenças prolatadas pelo judiciário.

As adições referem-se à reclassificação de risco de 312 processos e à atualização monetária do saldo provisionado, com destaque para:

1. Ação ajuizada pelo Município de Alfenas com a execução de multa, em face de descumprimento do prazo estabelecido na Lei Autorizativa e no Contrato de Concessão relativo às obras de esgotamento sanitário no Município (R$25,9 milhões).

2. Ação ajuizada pela Mineração Fazenda do Borges, em Pedro Leopoldo, com execução de multa diária por descumprimento da decisão, referente a recuperação ambiental por poluição de esgoto em sua fazenda particular (R$12,6 milhões).

Notas Explicativas

3. Ação ajuizada pelo Município de Lagoa Santa, em função de descumprimento de Liminar para fornecimento de água tratada para o Município (R$5,8 milhões).

4. Ação ajuizada pelo Município de Santa Rita do Sapucaí com execução de multa diária por descumprimento do acordo judicial, cujo objeto é a execução de obras de esgotamento sanitário no município (R$1,6 milhão).

5. Ação movida pelo município de Pouso Alegre referente ao descumprimento de Termo de Ajustamento de Condutas – TAC objetivando a completa implantação do SES (R$1,2 milhão).

6. Ação movida pelo Município de Santo Antônio do Monte referente ao cumprimento de contrato de concessão para ampliação do sistema de captação de abastecimento de água (R$0,6 milhão).

7. Ação cível coletiva com base em inquérito instaurado pelo MP alegando cobrança indevida de tarifa mínima de água e de esgoto no município de Montes Claros, com processo de acordo em formalização com o Ministério Público (R$18 milhões).

As reversões são decorrentes de reclassificações de risco e de baixas de processos pagos, com destaque para:

1. Reclassificação de risco de "provável" para "possível", referente a ação de reintegração da posse do imóvel no município de Nova Lima e, subsidiariamente, indenização do seu valor de mercado e ação de execução fiscal ajuizada pela Procuradoria da Fazenda Nacional perante a Justiça Federal, contra a COPASA MG, em 2015, visando ao recebimento de saldo negativo de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ do exercício de 2004, cujo pedido de compensação com o IRPJ devido em janeiro, fevereiro e março de 2005, não foi homologado pela Fazenda Nacional (R$12,7 milhões).

2. Reclassificação de risco de "provável" para "possível", dos processos referente a Engemor Construções e Planova Planejamento por se tratarem de processos nos quais ainda não há perícia técnica ou decisão judicial (R$1,5 milhão).

3. Reclassificação de risco de "provável" para "possível", referente a ação ajuizada pelo Município de Bicas, por se tratar de ação que tem por objeto uma "Obrigação de Fazer" (R$1,6 milhão).

4. Baixa de processo pago de ação ajuizada pela COPASA, com questionamento da validade da autuação pela Secretaria da Receita Federal referente à base cálculo de PIS/PASEP, encerrada com decisão desfavorável (R$14,7 milhões).

5. Baixa da ação ajuizada pela Mineração Fazenda dos Borges, citada nos destaques das adições, que foi encerrada em março/2017 com parecer desfavorável à COPASA, mediante acordo nos autos (R$12,6 milhões).

6. Baixa da ação anulatória ajuizada pelo município de Teófilo Otoni, aduzindo que a cobrança da tarifa de esgoto seria irregular, em razão da extinção da ação por ausência de legitimidade ou de interesse processual (R$17,2 milhões).

7. Baixa da ação ajuizada pelo Município de Alfenas com a execução de multa, em face de descumprimento do prazo estabelecido na Lei Autorizativa e no Contrato de Concessão relativo às obras de esgotamento sanitário no Município, em razão do trânsito em julgado da execução, ou seja, a ação chegou ao seu final com decisão desfavorável à COPASA MG (R$23,6 milhões).

8. Baixa Ação cível coletiva com base em inquérito instaurado pelo MP alegando cobrança indevida de tarifa mínima de água e de esgoto no município de Montes Claros, com formalização de acordo com o Ministério Público (R$18 milhões).

Notas Explicativas

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, existindo grande pulverização no número e no valor dos processos. Os acima de R$5 milhões estão listados nos incisos a seguir:

(i) Provisões cíveis

As provisões cíveis relacionam-se a processos de indenização por danos morais e materiais ou pedidos de reembolso relativo a pagamentos a maior ou em duplicidade. A COPASA estima a provisão com base nos valores faturados passíveis de questionamento e em decisões judiciais recentes.

O Ministério Público ajuizou, em 2005, ação de indenização por danos ambientais causados à Lagoa Central no Município de Lagoa Santa, sendo que a COPASA MG foi condenada a pagar referida indenização. Atualmente, o processo encontra-se com recurso interposto perante o Superior Tribunal de Justiça. O valor provisionado em 2017 é de R$5.827 (R$5.810, ajustado, referente a 2016).

(ii) Provisões trabalhistas

As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta, em sua maioria, estão relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, horas extras, horas "*in itinere*", adicionais de insalubridade e periculosidade, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função e questionamentos de demissão por justa causa. A Companhia provisiona todas as ações trabalhistas classificadas como risco de perda provável.

Existe uma ação trabalhista coletiva, processo 0102100-74.2008.5.03.0024, em curso na 24ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, conexa à ação civil pública, pela qual o SINDÁGUA e o Ministério Público do Trabalho questionam a extinta política de desligamento e o programa motivacional adotado pela Companhia, pleiteando a reintegração dos empregados desligados sob essa política, com o pagamento de salários vincendos e vencidos. Nesse processo, a COPASA obteve êxito em 1ª instância, mas a decisão foi reformada em 2ª instância e encontra-se atualmente pendente de decisão do Tribunal Superior do Trabalho. Em 24/02/2017, foi prolatado acórdão do Tribunal Superior do Trabalho, que negou provimento ao Agravo de Instrumento em Recurso de Revista, interposto pela COPASA. Foi estimado como perda provável, cujo valor foi determinado a partir de cálculos efetivados sob diretrizes e fundamentos jurídicos postos pelos advogados contratados para a condução do processo, sendo que o valor provisionado em 31 de dezembro de 2017 foi atualizado para R$28.487 (R$26.791 em dezembro de 2016).

A Companhia é parte em vinte e sete processos administrativos originados de inspeção e autuação feita pela Delegacia Regional do Trabalho, destacando aquele de maior valor pecuniário, que decorre da ausência de reflexos de horas extras no repouso semanal remunerado, no qual a Fiscalização do Trabalho entendeu que isso implica em significativa subtração de salário. Em razão disso, foram lavrados autos de infração com multa incidente a cada empregado que se encontrava nessa situação. Essa multa teve repercussão nos depósitos de FGTS e multa fundiária. O processo 0000200-79.2007.5.03.0025, de maior valor, aguarda decisão do Tribunal Superior do Trabalho - TST (AIRR 240-61.2007.5.03.0025 e AIRR 241-46.2007.5.03.0025 – 7ª Turma; autos de infração 013153994, 013201310, 013201298, 013201301, 013153986 e 013153978 – MTE SRTE/MG) - o valor provisionado em 31 de dezembro de 2017 é de R$5.527 (R$5.226 em dezembro de 2016. O montante de 2016 foi ajustado uma vez que continha valores referentes a autos de infração pertencentes a outro processo trabalhista).

(iii) Provisões Ambientais

A Lei Estadual nº 12.503/97 impõe à Companhia, na condição de concessionária de serviços públicos, a obrigação de proteger e preservar o meio ambiente, através de investimento de 0,5% do valor total da receita operacional apurada nos municípios onde opera, sendo que um terço deve ser destinado à reconstituição da vegetação ciliar ao longo dos cursos d´agua.

Notas Explicativas

Para mitigar os riscos eminentes e preservar a Companhia de impactos negativos em seu resultado, decorrentes de decisões judiciais contrárias ao seu pleito quanto à suspensão de todos os processos judiciais em que se discute a constitucionalidade da referida Lei, a Companhia possui no exercício de 2017, provisão judicial no valor de R$43.855. Periodicamente a Companhia fará a revisão dos valores provisionados tendo em vista o pressuposto da obrigação de fazer, em decorrência do cumprimento da lei.

(b) Contingências possíveis

A COPASA discute em juízo outras ações para as quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações não foi constituída provisão para eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa na esfera judicial.

Os processos judiciais em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

Natureza	31/12/2017	31/12/2016
Cível **(i)**	236.204	189.253
Trabalhista	24.173	35.945
Tributária	13.147	26.269
Ambiental	-	-
Total	**273.524**	**251.467**

(i) Cível

Referem-se a ações ajuizadas por clientes, Ministério Público Estadual e da União, Municípios, associações, etc., que pleiteiam a tutela jurisdicional no que diz respeito a diversos assuntos, excetuadas as demandas de natureza tributária e trabalhista, estando distribuídas em diversas instâncias, varas judiciais e juizados especiais, e podem ser divididas em:

Ações individuais

A Companhia e suas controladas são parte em um número significativo de ações individuais indenizatórias em razão de supressão de fornecimento de água e danos causados por obras. Tais ações foram propostas no curso normal de nossos negócios e envolvem danos morais e materiais, tais como indenizações por danos a imóveis e automóveis e acidentes causados durante a exploração de nossas atividades, dentre outras matérias. A Administração não acredita que tais ações judiciais causarão, isoladamente ou em conjunto, efeito material adverso sobre os resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas de negócios da Companhia e de suas controladas.

Ações coletivas

A Companhia é parte em ações cíveis públicas e ações populares que pleiteiam a anulação, suspensão ou impugnação de 19 de nossos contratos de concessão, firmados com os municípios de Almenara, Barbacena, Campina Verde, Caratinga, Cataguases, Divinópolis, Frutal, Guidoval, Itajubá, Lavras, Leopoldina, Luz, Mateus Leme, Nanuque, Patos de Minas, Ribeirão das Neves, São Gotardo, Serra da Saudade, Ubá e Montes Claros. Com exceção de Caratinga e São Gotardo, as demais ações foram classificadas com possibilidade de perda possível ou remota, e, em razão disso, não foram constituídas provisões. Ressalta-se ainda a existência de precedente favorável à Companhia, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em caso análogo, bem como pareceres de renomados juristas sobre o assunto também favoráveis ao nosso posicionamento, ou seja, à legalidade dos contratos de concessão celebrados.

Notas Explicativas

14. Participação nos Lucros e Resultados

O cálculo da Participação dos Empregados nos Lucros e Resultados da Empresa tem como base o equivalente a 25% dos dividendos mínimos obrigatórios pagos aos acionistas, depois de deduzida a reserva legal. A distribuição dessa participação é realizada de forma linear para todos os empregados, desde 2008.
Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia provisionou R$35.236, referente à participação dos empregados no resultado auferido no exercício (R$27.173, ajustado, referente a 2016).

15. Imposto de Renda e Contribuição Social

(a) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Lucro do exercício antes dos impostos e contribuições	758.700	600.032	758.700	600.499
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa esperada à taxa nominal	**(257.958)**	**(204.011)**	**(257.958)**	**(204.170)**
IRPJ e CSLL sobre:				
(Adições) /exclusões				
Equivalência patrimonial	(2.518)	(1.587)	-	-
Realização de correção monetária especial	(27)	(26)	(27)	(26)
Doações e subvenções	2.705	1.650	2.705	1.650
Outras (adições) /exclusões	(2.711)	(8.378)	(5.229)	(10.273)
Outros itens de reconciliação				
Juros sobre o capital próprio	52.443	40.757	52.443	40.757
Incentivos fiscais	9.804	5.724	9.804	5.724
IRPJ e CSLL	**(198.262)**	**(165.871)**	**(198.262)**	**(166.338)**
IRPJ e CSLL correntes	(188.598)	(155.793)	(188.598)	(156.260)
IRPJ e CSLL diferidos	(9.664)	(10.078)	(9.664)	(10.078)
IRPJ e CSLL	**(198.262)**	**(165.871)**	**(198.262)**	**(166.338)**

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das Demonstrações Financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para utilização na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Notas Explicativas

Os valores de compensação são os seguintes:

	Controladora / Consolidado			
	31/12/2016	**Resultado abrangente**	**Reconhecido no resultado**	**31/12/2017**
No ativo				
Imposto de renda e contribuição social				
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e litígios	72.530	-	(14.472)	58.058
Provisão para obrigações atuariais (*)	12.809	(4.903)	1.529	9.435
Provisão para ajustes de CPC's	148.836	-	12.173	161.010
Provisão para contingências tributárias	21.950	-	(6.931)	15.018
Outras provisões temporárias diversas	2.663	-	9.626	12.290
Total do ativo	**258.788**	**(4.903)**	**1.925**	**255.811**
No passivo				
Imposto de renda e contribuição social				
Variação cambial diferida	5.836	-	(68)	5.768
Provisão para ajustes de CPC's	97.733	4.587	11.657	113.978
Provisão para obrigações atuariais (*)	-	-	-	-
Total do passivo	**103.569**	**4.587**	**11.589**	**119.746**
Total líquido	**155.219**	**(9.490)**	**(9.664)**	**136.065**

(*) Em 31 de dezembro de 2016, o saldo negativo desta rubrica, no passivo, foi transferido para o ativo, a fim de permitir a comparabilidade com 31 de dezembro de 2017.

No dia 22 de fevereiro de 2018, o Conselho Fiscal opinou e o Conselho de Administração aprovou o estudo técnico elaborado pela Companhia, referente à projeção de lucratividade futura, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido.

Conforme o estudo técnico, os eventos tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2017, conforme estimativa a seguir:

Expectativa de realização do ativo diferido	**Controladora / Consolidado**
Em 2018	22.755
Em 2019	33.852
Em 2020	11.308
Em 2021	10.153
Em 2022	10.153
Em 2023	10.153
Em 2024	10.014
Em 2025	3.353
Em 2026	3.353
Em 2027	3.353
Após 2027	132.436
Total	**250.883**

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os exercícios.

Notas Explicativas

16. Convênios de Cooperação Técnica

Referem-se, principalmente, a recursos recebidos, a partir de julho de 2006, oriundos de convênios assinados pela Companhia com: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana – SEDRU, atual Secretaria de Cidades e de Integração Regional- SECIR; Secretaria de Estado de Defesa Social - SEDS; Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas - SEDINOR/Ministério das Cidades/Ministério da Integração Nacional; Secretaria de Estado da Saúde - SES; Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF e Fundação Nacional de Saúde - FUNASA. O objetivo destes convênios é a cooperação técnica e financeira para ampliação da cobertura dos sistemas públicos de saneamento básico, nas regiões dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri, Norte e Nordeste de Minas, Centro Oeste, Sul e outras regiões do interior do Estado de Minas Gerais.

Os recursos recebidos de convênios são aplicados em obras especificadas nos termos dos próprios convênios, sendo seus valores, quando recebidos, reconhecidos contabilmente nas contas de convênio de cooperação técnica, no passivo circulante, e quando aplicados no ativo circulante, aguardando encontro de contas.

Os valores desembolsados a título de contrapartida serão registrados no Ativo Intangível, dentro da classe de Direito de Exploração de Concessão, com aderência ao que define o ICP 01 que estabelece que os investimentos realizados pelo concessionário em construções ou melhorias das infraestruturas dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário constituem um direito (autorização) de cobrar dos usuários dos serviços (via tarifa).

De acordo com determinação contida na Instrução Normativa STN nº 1, de 15 de janeiro de 1997, os recursos de convênio de cooperação técnica serão mantidos em conta bancária específica e os saques só serão permitidos para pagamento de despesas constantes do programa de trabalho, e os recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, serão aplicados em instituição financeira oficial, nas modalidades legalmente admitidas. O montante dos recursos disponíveis de convênios de cooperação técnica é registrado no item "bancos e aplicações de convênios". Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía o montante de R$23.153 na Controladora (R$37.214 em 31 de dezembro de 2016) e R$23.284 no Consolidado (R$37.175 em 31 de dezembro de 2016) registrados como bancos e aplicações de convênios.

O saldo líquido de convênios está assim composto:

	Controladora		
	A receber (ativo)	**Adiantamento (passivo)**	**Líquido**
31 de dezembro de 2017			
Estado	62.866	(44.462)	**18.404**
Outros	280.315	(218.726)	**61.589**
Total	**343.181**	**(263.188)**	**79.993**
31 de dezembro de 2016			
Estado	59.228	(43.778)	**15.450**
Outros	216.749	(197.737)	**19.012**
Total	**275.977**	**(241.515)**	**34.462**

	Consolidado		
	A receber (ativo)	**Adiantamento (passivo)**	**Líquido**
31 de dezembro de 2017			
Estado	633.858	(604.058)	**29.800**
Outros	280.315	(218.726)	**61.589**
Total	**914.173**	**(822.784)**	**91.389**
31 de dezembro de 2016			
Estado	632.035	(610.875)	**21.160**
Outros	216.749	(197.737)	**19.012**
Total	**848.784**	**(808.612)**	**40.172**

Notas Explicativas

17. Obrigações de Benefícios de Aposentadoria

Os valores e as informações das obrigações de benefícios de aposentadoria estão demonstrados a seguir:

Controladora / Consolidado		
	31/12/2017	**31/12/2016**
Obrigações de longo prazo	80.083	110.300
Obrigações de curto prazo	21.986	20.685
	102.069	**130.985**
Contribuições normais	14.102	12.441
Total das obrigações registradas no balanço patrimonial (1)	**116.171**	**143.426**

(1) Com a instituição da paridade contributiva a Companhia passou a contribuir mensalmente com o mesmo valor da contribuição dos empregados participantes, incluindo a contribuição extraordinária, o que gerou um passivo cujo valor em 31 de dezembro 2017 é de R$72,6 milhões (R$91,6 milhões em 2016).

Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração de resultado com benefícios de planos de pensão:

Plano de Benefícios RP1 - BD	1.797	443
Plano COPASA Saldado	11.096	2.228
Novo Plano COPASA - CD	(1.240)	(1.106)
	11.653	**1.565**
Remensurações atuariais reconhecidas no resultado abrangente do exercício	9.517	(33.646)
Ganhos / perdas atuariais acumuladas no resultado abrangente até o exercício	9.565	19.082

A Companhia, em 07 de dezembro de 1982, assinou convênio de adesão e tornou-se patrocinadora da Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais - FUNDASEMG, cujos direitos e obrigações foram posteriormente assumidos pela PREVIMINAS, atualmente Fundação Libertas, que foi criada com o objetivo de complementar a aposentadoria dos funcionários participantes, assegurando a manutenção do seu plano de benefícios definidos na referida Fundação. A contribuição da Companhia é equivalente à dos empregados participantes, em conformidade com as Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e seu valor é determinado a partir de estudos atuariais previamente elaborados.

A partir de 01 de novembro de 2010, a Companhia passou a ter três planos distintos: a) o atual plano Benefício Definido (BD) que foi fechado para novas adesões, mas que continua ativo e recebendo contribuições dos que não optaram pela migração para os outros planos; b) o plano Benefício Definido (BD) saldado fechado, criado apenas para administrar os benefícios dos empregados provenientes do saldamento; e c) o plano de Contribuição Definida (CD) que foi criado para a migração de todos os participantes e assistidos do antigo plano BD e para inclusão dos novos empregados e dirigentes. Em dezembro de 2017 o plano BD (RP1) possui 92 participantes ativos, 12 remidos e 194 assistidos; o saldado 1.101 participantes ativos, 9 remidos e 2.077 assistidos; e o CD (Novo Plano) 9.953 participantes ativos e 1.059 assistidos.

Os benefícios oferecidos pelo plano RP1 de benefício definido, que se encontra fechado para novas adesões, são: suplementações de aposentadoria por invalidez, idade, tempo de contribuição e especial, além de auxílio doença, pensão, auxílio reclusão e pecúlio por morte.

Os benefícios oferecidos pelo plano COPASA Saldado são: a) participantes ativos, autopatrocinados e assistidos: benefício saldado de aposentadoria programada; e b) beneficiário de assistido de origem do plano de benefício definido: benefício saldado de pensão por morte e benefício saldado de pecúlio por morte; e c) participante remido ou beneficiário de participante remido: benefício saldado decorrente de opção pelo instituto do benefício proporcional diferido.

Notas Explicativas

Os benefícios oferecidos pelo plano de benefício de contribuição definida são: a) para os participantes que migraram do plano de benefício definido para este plano, será reconhecido o tempo de permanência no plano anterior, para efeito de cumprimento de carência no plano novo; e b) para os novos participantes os benefícios garantidos são o de benefício proporcional diferido, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio de reclusão e abono anual.

As premissas atuariais utilizadas nos planos de benefícios mantidos pela Companhia são revisadas regularmente e podem apresentar divergências com os resultados reais observados a partir de mudanças de mercado e condições econômicas, fatos regulatórios, regulamentos judiciais, aumento ou diminuição nos índices de demissões, na expectativa de vida dos participantes, na volatidade dos ativos do plano, variação na rentabilidade dos títulos e inflação.

As diretrizes de investimentos para os ativos dos planos são definidas pelo Conselho Deliberativo da Fundação Libertas com base nas normas legais vigentes.

a) Valores consolidados do passivo

Os valores referentes aos três planos de benefício reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor presente das obrigações financiadas	(1.111.006)	(1.043.260)
Valor justo dos ativos do plano	1.043.048	939.225
Efeito do teto do ativo	(28.686)	(21.362)
Restrição do déficit contratado	(5.425)	(5.588)
Passivo líquido do plano	**(102.069)**	**(130.985)**

	31/12/2017	31/12/2016
Em 1º de janeiro	**1.043.260**	**811.767**
Custo do serviço corrente	(79)	(869)
Custo financeiro	113.783	101.563
Contribuições dos participantes do plano	1.151	2.315
Remensurações Atuariais	19.063	196.835
Benefícios pagos pelo plano	(66.172)	(68.351)
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro	**1.111.006**	**1.043.260**

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios é a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Em 1º de janeiro	**939.225**	**788.132**
Retorno real sobre os ativos do plano	142.694	190.814
Contribuições do empregador	26.150	26.315
Contribuições dos empregados	1.151	2.315
Benefícios pagos	(66.172)	(68.351)
Valor justo em 31 de dezembro	**1.043.048**	**939.225**

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2017	31/12/2016
Custo dos serviços correntes	(79)	(869)
Custo financeiro	113.783	101.563
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(104.708)	(100.255)
Juros sobre o efeito do teto do ativo	2.657	1.126
	11.653	**1.565**

Notas Explicativas

b) Valores segregados por plano de benefício

1) Plano de benefícios RP1 – BD

	31/12/2017	31/12/2016
Valor presente das obrigações financiadas	(54.756)	(49.814)
Valor justo dos ativos do plano	42.219	32.662
Restrição do déficit contratado	(5.425)	(5.588)
Passivo líquido do plano	**(17.962)**	**(22.740)**

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Em 1º de janeiro	**49.814**	**36.146**
Custo do serviço corrente	229	237
Custo financeiro	5.408	4.447
Contribuições dos participantes do plano	324	321
Remensurações atuariais	2.246	12.290
Benefícios pagos pelo plano	(3.265)	(3.627)
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro	**54.756**	**49.814**

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Em 1º de janeiro	**32.662**	**31.501**
Retorno real sobre os ativos do plano	6.823	(1.224)
Contribuições do empregador	5.675	5.691
Contribuições dos empregados	324	321
Benefícios pagos	(3.265)	(3.627)
Valor justo em 31 de dezembro	**42.219**	**32.662**

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão pós-emprego com benefícios definidos durante o próximo exercício fiscal é de R$5.919.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2017	31/12/2016
Custo dos serviços correntes	229	237
Custo financeiro	5.408	4.447
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(3.840)	(4.241)
	1.797	**443**

As despesas com plano de pensão no valor de R$1.797 (R$443 em dezembro de 2016) foram reconhecidas no resultado em "despesas administrativas".

O retorno real sobre os ativos do plano em 2017 foi de R$6.823 (negativo de R$1.224 em dezembro de 2016).

Notas Explicativas

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Crédito unitário projetado	
	31/12/2017	**31/12/2016**
Taxa anual de desconto	9,92% a.a.	11,30% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	9,92% a.a.	11,30% a.a.
Aumento anual de salário	5,66% a.a.	6,54% a.a.
Aumento anual de benefícios	4,30% a.a.	5,28% a.a.
Taxa de inflação	4,30% a.a.	5,28% a.a.
Tábua de mortalidade	BR-EMSsb-2015 (M&F)	BR-EMSsb-2015
Tábua de invalidez	Light Forte	Light Forte
Tábua de morbidez	EXP LIBERTAS AXD 2016	GAMA - Experiência Libertas 2014
Mortalidade de inválidos	MI-85 F	AT - 49 agravada em 100%
Rotatividade	0,00%a.a.	1,026%a.a.

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no *target* de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2017.

Categorias dos ativos do plano RP1 - BD

	31/12/2017	**31/12/2016**
Disponível	-	-
Realizável (previdencial e administrativo)	12,40%	15,74%
Títulos Públicos	6,64%	-
Renda Fixa	79,51%	78,73%
Ações	0,86%	0,99%
Empresas Emergentes	0,05%	0,02%
Participações	-	0,61%
Investimentos imobiliários	0,40%	0,42%
Empréstimos e financiamentos	0,14%	0,01%
Outros - Depósitos Judiciais	-	3,48%
Total em percentual dos ativos do plano	**100,00%**	**100,00%**

Análises de sensibilidade das principais hipóteses

	Tábua biométrica		**Taxa de juros**		**Posição em**
	+ 1 idade	**- 1 idade**	**+ 0,25%**	**-0,25%**	**31/12/2017**
Montante do:					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	54.143	55.352	53.229	56.358	54.755
Valor justo dos ativos do plano	42.219	42.219	42.219	42.219	42.219
Superávit / (déficit) técnico do plano	**(11.924)**	**(13.133)**	**(11.010)**	**(14.139)**	**(12.536)**
Variações:					
Aumento / redução da obrigação atuarial	-1,12%	-1,09%	-2,79%	2,93%	
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-	-	-	
Aumento / redução do superávit (déficit) técnico do plano	-4,89%	4,76%	-12,17%	12,79%	

Notas Explicativas

2) Plano COPASA Saldado

	31/12/2017	31/12/2016
Valor presente das obrigações financiadas	(1.050.376)	(986.886)
Valor justo dos ativos do plano	966.269	878.641
Requisitos de fundamentos mínimos (passivo adicional)	-	-
Passivo líquido do plano	**(84.107)**	**(108.245)**

A movimentação do valor referente da obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Em 1º de janeiro	**986.886**	**763.701**
Custo financeiro	107.602	95.563
Remensurações atuariais	18.189	192.089
Benefícios pagos pelo plano	(62.301)	(64.467)
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro	**1.050.376**	**986.886**

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Em 1º de janeiro	**878.641**	**737.354**
Retorno real sobre os ativos do plano	130.260	186.801
Contribuições do empregador	19.669	18.953
Benefícios pagos	(62.301)	(64.467)
Valor justo em 31 de dezembro	**966.269**	**878.641**

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos durante o próximo exercício fiscal é de R$20.515.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2017	31/12/2016
Custo financeiro	107.602	95.563
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(96.506)	(93.335)
Provisão para plano de benefícios	**11.096**	**2.228**

As despesas com plano de pensão no valor de R$11.096 (R$2.228 em dezembro de 2016) foram reconhecidas no resultado em despesas administrativas.

O retorno real sobre os ativos do plano em 2017 foi de R$130.260 (R$186.801 em dezembro de 2016).

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Crédito unitário projetado	
	31/12/2017	31/12/2016
Taxa anual de desconto	9,86% a.a.	11,29% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	9,86% a.a.	11,29% a.a.
Aumento anual de benefícios	4,30% a.a.	5,28% a.a.
Taxa de inflação	4,30% a.a.	5,28% a.a.
Tábua de mortalidade	AT-2000 B (S10%) (M&F)	AT - 2000 (suavizada em 10%)
Mortalidade de inválidos	AT 49 M	AT - 49 (suavizada em 10%)
Tábua de entrada de invalidez	Álvaro Vindas	Light fraca D30%
Tábua de morbidez	N/A	N/A

Notas Explicativas

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no *target* de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2017.

Categorias dos ativos do plano saldado

	31/12/2017	31/12/2016	
Disponível	-	0,01%	
Realizável (previdencial e administrativo)	6,43%	7,90%	
Títulos Públicos	17,35%	12,21%	
Renda Fixa	61,41%	63,76%	
Ações	4,87%	5,07%	
Multimercados	-	0,21%	
Empresas emergentes	1,89%	0,99%	
Fundos de participações	1,57%	3,22%	(*)
Investimentos imobiliários	5,82%	6,01%	(*)
Empréstimos e financiamentos	0,66%	0,62%	(*)
Total em percentual dos ativos do plano	**100,00%**	**100,00%**	

(*) Ajuste dos percentuais publicados em 31 de dezembro de 2016 entre as categorias Fundos de participações, Investimentos imobiliários, e Empréstimos e financiamentos, tendo em vista inversão de valores.

Análises de sensibilidade das principais hipóteses

	Tábua biométrica		Taxa de juros		
	+ 1 idade	- 1 idade	+ 0,25%	-0,25%	Parâmetro
Montante do:					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	1.032.749	1.067.553	1.023.916	1.078.043	1.050.376
Valor justo dos ativos do plano	966.758	966.758	966.758	966.758	966.758
Superávit / (déficit) técnico do plano	**(65.991)**	**(100.795)**	**(57.158)**	**(111.285)**	**(83.618)**
Variações:					
Aumento / redução da obrigação atuarial	-1,68%	1,64%	-2,52%	2,63%	
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-	-	-	
Aumento / redução do superávit (déficit) técnico do plano	-21,08%	20,54%	-31,64%	33,09%	

3) Novo plano COPASA – CD

	31/12/2017	31/12/2016
Valor presente das obrigações financiadas	(5.874)	(6.560)
Valor justo dos ativos do plano	34.560	27.922
Efeito do teto do ativo	(28.686)	(21.362)
Ativo / passivo líquido do plano	**-**	**-**

A movimentação na obrigação durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Em 1º de janeiro	**6.560**	**11.920**
Custo do serviço corrente	(308)	(1.106)
Custo financeiro	773	1.553
Contribuições dos empregados	827	1.994
(Ganhos) / perdas atuariais	(1.372)	(7.544)
Benefícios pagos pelo plano	(606)	(257)
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro	**5.874**	**6.560**

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos pós-emprego durante o próximo exercício fiscal é de R$841.

Notas Explicativas

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Em 1º de janeiro	**27.922**	**19.277**
Retorno real sobre os ativos do plano	5.611	5.237
Contribuições do empregador	806	1.671
Contribuições dos empregados	827	1.994
Benefícios pagos	(606)	(257)
Valor justo em 31 de dezembro	**34.560**	**27.922**

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2017	31/12/2016
Custo dos serviços correntes	(308)	(1.106)
Custo financeiro	773	1.553
(Receita) esperada sobre os ativos do plano	(4.362)	(2.679)
Juros sobre o efeito do teto do ativo	2.657	1.126
	(1.240)	**(1.106)**

As despesas com plano de pensão no valor negativo de R$308 (negativo de R$1.106 em dezembro de 2016) foram reconhecidas no resultado em despesas administrativas.

O retorno real sobre os ativos do plano em 2017 foi de R$5.611 (R$5.237 em dezembro de 2016).

As principais premissas atuariais usadas foram:

	Crédito unitário projetado	
	31/12/2017	31/12/2016
Taxa anual de desconto	9,38% a.a	11,54% a.a
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	9,38% a.a	11,54% a.a
Aumento anual de salário	4,30% a.a	5,28% a.a
Aumento anual de benefícios	4,30% a.a	5,28% a.a
Taxa de inflação	4,30% a.a	5,28% a.a
Tábua de mortalidade	BR-EMSsb 2015 (M&F)	AT - 2000 (suavizada em 10%)
Tábua de invalidez	Light fraca D60%	Light fraca D60%

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no *target* de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2017.

Categorias dos ativos do novo plano

	31/12/2017	31/12/2016	
Disponível	-	0,01%	
Realizável (previdencial e administrativo)	1,75%	1,57%	
Renda fixa	80,63%	78,56%	
Ações	4,61%	5,35%	(*)
Empresas emergentes	1,57%	0,93%	(*)
Fundos de participações	1,55%	3,15%	
Investimentos imobiliários	5,56%	6,47%	
Empréstimos e financiamentos	4,33%	3,73%	
Multimercado	-	0,23%	(*)
Total em percentual dos ativos do plano	**100,00%**	**100,00%**	

(*) Ajuste dos percentuais publicados em 31 de dezembro de 2016 entre as categorias Crédito de depósitos privados, Ações, Empresas emergentes, Derivativos e Multimercado, tendo em vista a inversão de valores.

Notas Explicativas

Análises de sensibilidade das principais hipóteses

	Tábua biométrica		Taxa de juros		
	+ 1 idade	**- 1 idade**	**+ 0,25%**	**- 0,25%**	**Parâmetro**
Montante do:					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	6.423	5.366	5.814	5.934	5.874
Valor justo dos ativos do plano	34.560	34.560	34.560	34.560	34.560
Superávit / (déficit) técnico do plano	**28.137**	**29.194**	**28.746**	**28.626**	**28.686**
Variações:					
Aumento / redução da obrigação atuarial	9,36%	-8,64%	-1,01%	1,04%	
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-	-	-	
Aumento / redução do superávit (déficit) técnico do plano	-1,92%	1,77%	0,21%	-0,21%	

As análises de sensibilidade apresentadas para os planos baseiam-se em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as outras premissas. Na prática, não é provável que isso ocorra, sendo que as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas. No cálculo da sensibilidade da obrigação de benefício definido em relação às premissas atuariais significativas o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido calculado com base no método da unidade de crédito projetada na data do balanço) foi aplicado, como no cálculo da obrigação dos planos de pensão reconhecida no balanço patrimonial.

Os métodos e tipos de premissas usados na preparação da análise de sensibilidade não sofreram alteração na comparação com o período anterior.

18. Patrimônio Líquido e Dividendos

(a) Capital Social

A Companhia faz parte do Novo Mercado de Governança Corporativa da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo que seu capital é formado exclusivamente por ações ordinárias. O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é de R$3.402.385, representado por 126.751.023 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A Companhia é controlada pelo Estado de Minas Gerais, que possui 51,2% das ações. Em livre circulação no mercado (*free float*) encontram-se 48,5% das ações e o restante, correspondente a 0,3%, encontra-se em tesouraria.

A COPASA está autorizada a aumentar o seu Capital Social até o limite de R$4,0 bilhões, mediante deliberação do Conselho de Administração. Eventuais propostas de aumento de capital acima desse limite ou por meio de integralização em bens são de competência de Assembleia Geral. Nesses casos, esses órgãos definirão também as condições das emissões.

Os acionistas terão direito de preferência em eventuais aumentos de capital na forma da lei. Entretanto, a critério da Assembleia Geral, poderá ser excluído o direito de preferência, ou reduzido o prazo para o seu exercício, nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

A Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações em favor dos administradores, empregados e colaboradores, podendo essa opção ser estendida aos administradores e empregados das sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente. Ressalta-se que nos últimos exercícios não houve outorga de plano de opção de ações.

Notas Explicativas

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

(ii) Reserva de incentivos fiscais

Constituída pela destinação da parcela de incentivos fiscais, decorrentes de doações e subvenções governamentais, apropriada ao resultado do exercício a partir de 01 de janeiro de 2008.

No exercício de 2017, foi registrado no resultado, referente ao incentivo pelo cumprimento de etapas das metas de abatimento de cargas poluidoras das estações de tratamento de esgoto da Companhia (Nota 11), concedido pela Agência Nacional de Águas - ANA, com recursos do PRODES, o valor de R$7.956 (R$4.854 em 2016).

(iii) Retenção de lucros

A Administração propõe a retenção de lucros no montante de R$371.024 (R$291.221 em 2016) para futuros investimentos da Companhia, em linha com o "Plano Plurianual de Negócios".

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial referem-se a:

(i) Ganhos e perdas atuariais: corresponde aos ganhos e perdas atuariais apurados em conformidade com CPC 33 (R1) e IAS 19 (R1) (Nota 17). Em 31 de dezembro de 2017, o saldo credor dessa conta totaliza R$9.565 (R$19.082 devedor em dezembro de 2016).

(ii) Correção monetária de ativos: corresponde a aplicação do IAS 29 para o período em que a economia brasileira se enquadrava na definição de hiperinflacionária. A referida correção é realizada com base na vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis contra lucros acumulados. Destes valores foram deduzidos o IRPJ e CSLL. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo credor dessa rubrica totaliza R$10.566 (R$11.373 em dezembro de 2016). Os valores referentes a 2016 foram ajustados visando refletir o valor líquido da rubrica.

(iii) Valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda: corresponde ao valor justo do investimento sem influência significativa na empresa Foz Jeceaba. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo credor desta conta totaliza R$33.830 (R$24.925 em dezembro de 2016).

(d) Remuneração aos acionistas

Nos termos do Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A Companhia possui Política de Dividendos, aprovada na AGE realizada em 13 de setembro de 2016, que também prevê, dentre outras questões:

- O Conselho de Administração definirá, até o encerramento do primeiro trimestre de cada exercício, o percentual do Lucro Líquido Ajustado a ser distribuído naquele exercício, observado o mínimo legal obrigatório e o limite máximo de 50%;

- A declaração de dividendos/JCP será realizada trimestralmente; e

Notas Explicativas

- O pagamento dos dividendos/JCP será realizado em até 60 dias, a contar da data da declaração pelo Conselho de Administração.

Para 2017, o Conselho de Administração, em reunião realizada em 09 de março de 2017, deliberou por fixar em 25% o percentual do Lucro Líquido, a ser distribuído sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP);

Até 31 de dezembro de 2017 foram declarados JCP no valor de R$154.243.

Em 17 de novembro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou, por unanimidade de votos, conforme alínea "ee" do artigo 22 do Estatuto Social da Companhia, a distribuição de Dividendos Extraordinários, no montante de R$120 milhões, utilizando parte da Reserva de Retenção de Lucros existente no balanço do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os dividendos mínimos obrigatórios são assim apresentados:

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	560.438	434.161
Reserva legal - (5%)	(28.022)	(21.708)
Reserva de incentivos fiscais	(7.956)	(4.854)
Lucro (Prejuízo) líquido	524.460	407.599
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	**131.115**	**101.900**

Conforme facultado no artigo 9º da Lei nº 9.249/95, e observando-se a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, os juros foram contabilizados como despesas financeiras para fins de dedutibilidade na apuração do imposto de renda e da contribuição social, gerando o benefício fiscal de R$52.443 (R$40.757 em 2016). Para fins societários, os juros sobre o capital próprio estão sendo apresentados a débito de lucros acumulados, no patrimônio líquido, no montante de R$ 154.243.

Conforme Resolução ARSAE-MG 100, o valor do benefício fiscal da dedutibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio (JCP), líquido dos desembolsos adicionais incorridos, quais sejam: a distribuição a maior de proventos aos acionistas e o pagamento a maior de participações nos lucros aos empregados, será devolvido ao usuário por meio de compensação na tarifa.

A movimentação do saldo da conta de "juros sobre o capital próprio a pagar" está demonstrada a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Juros sobre o capital próprio a pagar no início do exercício	**65.406**	**7.590**
Juros sobre o capital próprio propostos	154.243	119.875
IR retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	(10.195)	(5.893)
Juros sobre o capital próprio pagos no exercício	(165.669)	(56.164)
Juros sobre o capital próprio prescrito	(20)	-
Outros	(17)	(2)
Saldo de juros sobre o capital próprio no passivo circulante	**43.748**	**65.406**

(e) Lucros acumulados

Em 01 de janeiro de	**2017**	**2016**
Lucro (Prejuízo**)** do exercício	560.438	434.161
Dividendo mínimo obrigatório e juros sobre capital próprio	(154.243)	(119.875)
Transferência para reserva legal	(28.022)	(21.708)
Transferência para retenção de lucros	(371.024)	(291.221)
Reserva de incentivo fiscal	(7.956)	(4.854)
Realização da correção monetária de ativos	807	3.497
Em 31 de dezembro de	**-**	**-**

Notas Explicativas

(f) Lucro por ação

- Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias de emissão da Companhia ao longo do exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (letra "a" desta nota).

Controladora / Consolidado		
	31/12/2017	**31/12/2016**
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	560.438	434.161
Quantidade média ponderada de ações ordinárias - milhares	126.751	122.069
Lucro (prejuízo) básico por ação	**4,42**	**3,56**

- Diluído

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico, uma vez que não há valores mobiliários a serem convertidos em ações.

19. Informação por segmento de negócios

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais utilizados para a tomada de decisões estratégicas, como serviços de água, serviços de esgoto, resíduos sólidos e venda de mercadorias.

(i) Resultado

Consolidado					
	2017				
	Serviços de água	**Serviços de esgoto**	**Resíduos Sólidos**	**Reconciliação para as Demonstrações Financeiras**	**Saldo conforme Demonstrações Financeiras**
Receita operacional bruta	2.873.182	1.560.290	399	302.663	4.736.534
Deduções da receita bruta	(266.874)	(143.259)	-	-	(410.133)
Receita operacional líquida	2.606.308	1.417.031	399	302.663	4.326.401
Custos, despesas com vendas e administrativas	(1.978.133)	(1.075.649)	(305)	(302.663)	(3.356.750)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	628.175	341.382	94	-	969.651
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas					(12.938)
Resultado financeiro, líquido					**(198.013)**
Lucro operacional antes dos impostos					758.700
Amortização	156.915	232.272	-		389.187

Notas Explicativas

	Consolidado				
	2016				
	Serviços de água	Serviços de esgoto	Venda de mercadoria [1]	Reconciliação para as Demonstrações Financeiras	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
Receita operacional bruta	2.629.672	1.411.437	1.056	364.668	4.406.833
Deduções da receita bruta	(243.237)	(130.565)	(156)	-	(373.958)
Receita operacional líquida	2.386.435	1.280.872	900	364.668	4.032.875
Custos, despesas com vendas e administrativas	(1.832.895)	(983.910)	(2.518)	(364.668)	(3.183.991)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	553.540	296.962	(1.618)	-	848.884
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas					(49.557)
Resultado financeiro, líquido					**(198.828)**
Lucro operacional antes dos impostos					600.499
Amortização	207.676	239.948	37		447.661

[1] Mesmo com o acordo firmado com a CODEMIG, a COPASA Águas Minerais de Minas S/A – AGMM continuou até a sua liquidação, registrando vendas e sendo ressarcida das despesas.

Os impactos na receita operacional bruta e nos custos, advindos da reconciliação para as Demonstrações Financeiras estão demonstrados a seguir:

	2017	2016
Receita bruta de construção referente ao ICPC 1 (R1) [1]	302.663	364.668
Custo de construção referente ao ICPC 1 (R1) [1]	(302.663)	(364.668)
Margem de construção	-	-

[1] A receita de construção é reconhecida conforme CPC 17 (R1), “Contratos de Construção” (IAS 11), conforme letra (b) do item 3.19
da Nota 03.

(ii) Intangível

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo intangível conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Serviços de água	1.719.572	2.947.414
Serviços de esgoto	3.844.479	4.235.520
Outros intangíveis	571.184	650.861
Total do intangível	6.135.235	7.833.795

Não há passivo alocado aos segmentos reportados.

Notas Explicativas

20. Gestão de Risco Financeiro

A Companhia utiliza-se de instrumentos de planejamento de curto, médio e longo prazos com o objetivo de avaliar a gestão dos seus riscos financeiros, e dessa forma, orientar o processo decisório, permitindo que as ações, quando necessárias, possam ser tomadas em tempo hábil. No curto prazo utiliza-se da "programação diária do Fluxo de Caixa" que abrange um período de até 90 dias. No médio prazo (360 dias) utiliza-se do orçamento empresarial. No longo prazo utiliza-se do "Demonstrativo de Resultados" que retrata os seus objetivos estratégicos para um período de até 10 anos e é composto de um demonstrativo econômico e de um demonstrativo financeiro.

20.1 Gestão de risco financeiro

A Gestão de Riscos Corporativos está alinhada às práticas de Governança Corporativa, bem como ao Planejamento Empresarial, que define os Objetivos Estratégicos da Companhia.

A Companhia monitora seus índices de endividamento com o objetivo de avaliar os riscos das operações de créditos que possam comprometer sua liquidez.

A premissa, de curto prazo, da Companhia é dar previsibilidade ao seu caixa num período de 12 meses, considerando os cenários econômicos divulgados pelas instituições financeiras com as quais se relaciona.

Os principais riscos de exposição da Companhia são:

(a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam vários tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de *commodities* e outros riscos de preço, como risco de ações. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos a pagar, depósitos e instrumentos disponíveis para venda.
As análises de sensibilidade, conforme tabelas dos itens (b) e (c) seguintes, foram elaboradas pela Companhia com base no valor da dívida líquida, no índice de taxas de juros fixas em relação às taxas de juros variáveis da dívida, e a proporção de instrumentos financeiros em moedas estrangeiras, todos a valores constantes. As análises excluem as movimentações do impacto nas variáveis de mercado sobre o valor contábil de obrigações de aposentadoria e pós-aposentadoria, provisões e sobre ativos e passivos não financeiros das operações no exterior.

A análise de sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças presumidas nos respectivos riscos de mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

(b) Risco de taxa de juros

Os riscos relativos à taxa de juros para a Companhia decorrem das diferentes taxas que remuneram: (i) ativos, como por exemplo, aplicações financeiras e (ii) passivos da Companhia, sobretudo os empréstimos e financiamentos a pagar. A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente a cesta de juros dos contratos vinculados à União Federal - Bônus).

A COPASA possuía 90% do total do seu endividamento em moeda nacional, cujos saldos devedores são indexados, sobretudo, à variação da TJLP, do IPCA e do CDI, e 10% indexados em moeda estrangeira (dólar e euro), em 31 de dezembro de 2017.

Dessa forma, são realizadas análises que consideram a possibilidade de refinanciamento, renovação de posições existentes e novos financiamentos, de forma a otimizar o custo de capital da Companhia.

Notas Explicativas

(i) Sensibilidade às taxas de juros

A Companhia elaborou análise de sensibilidade dos efeitos de uma possível mudança nas taxas de juros nos empréstimos e financiamentos a pagar. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o resultado da Companhia antes da tributação é afetado pelo impacto sobre empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis, conforme demonstrado a seguir:

Controladora / Consolidado				
	31/12/2017		31/12/2016	
Aumento/redução em pontos base	0,50%	-0,50%	0,50%	-0,50%
Efeitos no lucro antes da tributação (R$/mil)	(1.196)	1.196	(1.629)	1.629

A movimentação presumida em pontos base para a análise de sensibilidade à taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no mercado, indicando uma volatilidade significativamente mais elevada do que em exercícios anteriores.

(c) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, às cotações do Dólar americano e do Euro, em relação ao Real, impactando diretamente no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

Os financiamentos em moeda estrangeira são destinados a obras específicas de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. Para a operação com o Banco KfW, cujo saldo devedor era de €59,3 milhões (equivalente a R$235,36 milhões), não há mecanismo de *hedge* contratado. A dívida com o *Bank of New York (BNY)*, cujo saldo devedor era de US$25,1 milhões (equivalente a R$82,9 milhões) no encerramento do exercício, está garantida por títulos da dívida externa brasileira, no montante de US$21,4 milhões (equivalente a R$70,9 milhões), caucionados no Banco do Brasil, corrigidos pela média dos preços dos bônus de Cupom Zero do Tesouro dos Estados Unidos da América (Nota 7).

(i) Sensibilidade à taxa de câmbio

A análise de sensibilidade, elaborada pela Companhia, é apurada pela estimativa de variação cambial do dólar (US$) e do euro (€), de ±10% e ±20%, em relação ao saldo devedor dos empréstimos, em suas respectivas moedas, nos resultados e no seu patrimônio. No caso da operação junto ao *Bank of New York (BNY)*, como a Companhia possui caução em dólares (US$), o valor da caução é deduzido do saldo devedor, para cálculo da sensibilidade à taxa de câmbio. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o resultado da sensibilidade à taxa de câmbio, antes da tributação, é demonstrado a seguir:

Controladora				
Sensibilidade a variações taxa câmbio: 10%		**31/12/2017**		**31/12/2016**
Variação na moeda US$ / €	+10%	-10%	+10%	-10%
Efeitos no lucro antes da tributação (R$/mil)	(24.738)	24.738	(23.789)	23.789

Controladora				
Sensibilidade a variações taxa câmbio: 20%		**31/12/2017**		**31/12/2016**
Variação na moeda US$ / €	+20%	-20%	+20%	-20%
Efeitos no lucro antes da tributação (R$/mil)	(49.475)	49.475	(47.577)	47.577

Notas Explicativas

(d) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos mantidos em instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

(i) Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito à capacidade de pagamento dos usuários, bem como às normas regulatórias e leis que definem regras comerciais e de cobrança. Esse tipo de risco é minimizado devido à pulverização da carteira de clientes. Eventuais perdas na realização dos créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertas por provisão.

(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

No que diz respeito ao risco de crédito, decorrente da possibilidade da Companhia incorrer em perdas dos depósitos mantidos em instituições financeiras, foi instituída em outubro de 2012, a política de aplicações financeiras da Companhia, estabelecendo alçadas e critérios para definição das instituições financeiras com as quais a Companhia irá trabalhar.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito ou às informações históricas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Conta corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo (agência de risco Moody´s)				
AAA	14.841	21.238	14.841	21.249
AA	43.152	208.355	43.249	225.414
A	10.993	128.623	10.993	128.623
B (BAA, BA e BBB)	301.011	263.457	315.906	263.457
Total	**369.997**	**621.673**	**384.989**	**638.743**

(e) Risco de liquidez

O risco de liquidez para a Companhia advém da dinâmica do seu fluxo de caixa, que é fortemente impactado pela sua receita, pelos investimentos e pelo serviço da dívida. No entanto, a COPASA acompanha o risco de escassez de recursos por meio da gestão prudente do fluxo de caixa, assegurando os recursos suficientes para cobrir grande parte dos compromissos financeiros de curto prazo e para assegurar o programa de investimentos da Companhia.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e os equivalentes de caixa (Nota 06). Além disso, a Companhia desenvolve a projeção de fluxos de caixa, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e o acompanhamento das questões macroeconômicas e de mercado que suscitem renegociações de preços que alterem significativamente o fluxo de caixa.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Notas Explicativas

	Faixas de vencimento [1]			
	Até 01 ano	**Entre 01 e 03 anos**	**Entre 03 e 05 anos**	**Acima de 05 anos**
Em 31 de dezembro de 2017				
Amortização	564.946	1.140.053	562.550	835.204
Juros	33.352	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	**598.292**	**1.140.053**	**562.550**	**835.204**
Fornecedores e outras obrigações[2]	**288.263**	**174.972**	**105.070**	**286.498**
Em 31 de dezembro de 2016				
Amortização	465.126	1.215.210	714.561	988.752
Juros	46.784	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	**511.910**	**1.215.210**	**714.561**	**988.752**
Fornecedores e outras obrigações[2]	**254.926**	**185.459**	**142.456**	**333.331**

[1] A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações legais e estatutárias como impostos, dividendos, juros sobre o capital próprio, previdência complementar, provisões etc.

[2] Os valores incluem também a despesa financeira referente ao fluxo de desembolsos futuros da PPP do Manso, atualizados de acordo com o índice definido contratualmente e apurado para o mês de abril, data prevista para os reajustes. Assim os valores de 2016 foram ajustados, permitindo a comparabilidade com 31 de dezembro de 2017.

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir apresenta as garantias de recebíveis dadas pela Companhia nos contratos de financiamentos. Cabe ressaltar que tais contratos de financiamentos dispõem ainda de garantias de conta reserva (Nota 07).

Receitas Vinculadas em 31 de Dezembro de 2017				
	Instituição Financeira/Contrato	**Garantia (receita vinculada)**	**Valor**	**Término do Contrato**
Caixa Econômica Federal	Sindicalizados (I) 2004	Vinculação da receita de 6,63% do saldo devedor no final de cada mês	R$765	junho-22
	CAIXA - Financiamentos 2007/2008	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos 2007 e 2008.	R$5.888	setembro-31
	CAIXA - PAC 2009	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R$2.005	novembro-32
	5ª Emissão de Debêntures (R$288 Milhões)	Vinculação de receita equivalente a no mínimo 4,5% do saldo devedor das debêntures no último dia útil de cada ano.	R$11.179	agosto-22
	CAIXA - Financiamentos 2011 (INs 33, 25 e 24)	Vinculação da receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R$4.064	junho-35
	CAIXA - Financiamentos 2012 (IN 24)	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R$413	março-36
	CAIXA - Financiamentos 2013 (IN 27)	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R$2.069	outubro-37
	CAIXA - Financiamentos 2014 (IN 02)	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R$1.067	outubro-37

Notas Explicativas

Receitas Vinculadas em 31 de Dezembro de 2017				
	Instituição Financeira/Contrato	**Garantia (receita vinculada)**	**Valor**	**Término do Contrato**
Caixa Econômica Federal	CAIXA - Financiamentos 2015 (IN 02)	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R$584	março-39
BNDES	3ª Emissão de Debêntures (R$450 milhões)	Vinculação da receita de R$18 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde dez/2007.	R$31.469	dezembro-19
	Financiamentos (PAC 2007 - R$48 milhões)/ (PAC 2008 - R$578 milhões)	Vinculação da receita de R$26 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA desde mai/2008.	R$44.809	junho-23
	Financiamentos BNDES (R$181 milhões)	Vinculação da receita de R$7,0 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde abr/2010.	R$10.912	maio-25
	4ª Emissão de Debêntures (R$740 milhões)	Vinculação da receita de R$32,0 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde jul/2010.	R$49.824	agosto-22
	8ª Emissão de Debêntures (R$140 milhões)	Vinculação da receita de R$16,9 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde set/2015.	R$18.903	agosto-28
Banco KfW	€ 100 milhões	Vinculação de receita equivalente à 1 (uma) vez o serviço da dívida mensal do contrato.	R$24.202	dezembro-23
BRK Ambiental	PPP Rio Manso	1/12 do valor anual da parcela integrante da Contraprestação referente a cada ano de vigência.	R$12.333	dezembro-28
Total de Receita Vinculada			**R$220.486**	

(f) Risco de vencimento antecipado de dívidas

O risco de vencimento antecipado de dívidas decorre principalmente do cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) dos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia. Tais obrigações estabelecem índices financeiros a serem atendidos, índices estes que refletem a sua geração de caixa e o seu grau de endividamento, por exemplo. Com objetivo de minimizar tal risco, a Companhia estabeleceu, estatutariamente, uma Política de Endividamento que expressa a obrigação de monitorar antecipadamente os índices financeiros (Nota 12).

(g) Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário com expectativa da Administração de que sejam renovadas junto ao Poder Concedente (Municípios). Caso as concessões não sejam renovadas pelo Poder Concedente, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser impactados negativamente.

Em março de 2015, conforme Comunicado ao Mercado, a Companhia não logrou êxito na renovação do contrato de concessão com o município de Pará de Minas, vencido desde 11 de outubro de 2009. Quanto à indenização dos ativos, considerando que o Município realizou licitação e homologou seu resultado sem levar em conta os ativos da COPASA ainda não amortizados, a empresa ajuizou contra o mesmo a competente ação, objetivando

Notas Explicativas

buscar o ressarcimento respectivo, por meio do processo nº 6015762-20.2015.8.13.0024, em curso na 7ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias de Belo Horizonte/MG. Atualmente o processo está tramitando perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Pará de Minas, cadastrado sob o nº 0172404-43.2015.8.13.0471.

Em 2017, a Companhia não foi impactada de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas ao risco descrito acima. Ressalta-se que cerca de 75,6% das receitas oriundas da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Companhia são provenientes de concessões que têm prazo de vencimento após janeiro de 2034.

20.2 Gestão de risco de capital

A Companhia administra a estrutura do capital de acordo com a sua Política de Endividamento, que estabelece, estatutariamente, que as exigibilidades totais da Companhia sejam iguais ou inferiores ao patrimônio líquido. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo EBITDA e de acordo com o Estatuto da Companhia deve ser inferior a 4,0. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos, debêntures e outras dívidas onerosas de curto e longo prazo subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e o EBITDA é o resultado do lucro (prejuízo) líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações e do resultado das subsidiárias. O índice de capital de terceiros é apurado dividindo a dívida líquida pelo patrimônio líquido e deve ser inferior a 1,0.

Em 2017, a estratégia da Companhia continuou em manter os índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros inferior a 100%. Os índices medidos pela relação "Dívida Líquida/EBITDA" em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Total dos empréstimos e debêntures[(1)]	3.136.099	3.522.028	3.136.099	3.694.772
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(405.573)	(621.673)	(420.565)	(581.854)
Dívida líquida	2.730.526	2.900.355	2.715.534	3.112.918
Total do patrimônio líquido	6.244.343	5.939.687	6.244.343	5.646.850
EBITDA	1.520.709	1.396.108	1.520.709	1.032.785
Índice de alavancagem financeira	1,8	2,1	1,8	3,0
Índice de capital de terceiros	0,4	0,5	0,4	0,6

[(1)] Inclui também o saldo devedor para com a Libertas (Nota 17).

20.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a provisão para perdas de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

(a) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo no balanço patrimonial

A Companhia e suas subsidiárias aplicam o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo. Os instrumentos financeiros não estão no escopo do CPC 31/IFRS 5. Assim requerem divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

Notas Explicativas

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).

- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da COPASA e suas subsidiárias, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	Controladora / Consolidado	
	Ativo	
	Nível (3)	
	31/12/2017	31/12/2016
Ativo Financeiro disponível para venda	73.058	59.564
Saldo total	**73.058**	**59.564**

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponível para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, sendo que aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia e suas subsidiárias não possuíam instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis com o menor uso possível de estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia e suas subsidiárias não possuíam instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento é incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

(b) Valor justo de empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis em comparação com seus respectivos valores justos estimados são os seguintes:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	Valores			
	Contábil	Justo	Contábil	Justo
	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017
Empréstimos bancários e financiamentos	1.407.258	1.358.400	1.407.258	1.358.400
Debêntures simples	1.728.841	1.750.554	1.728.841	1.750.554
Total	**3.136.099**	**3.108.954**	**3.136.099**	**3.108.954**

	Controladora		Consolidado	
	Valores			
	Contábil	Justo	Contábil	Justo
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016
Empréstimos bancários e financiamentos	1.399.433	1.335.837	1.399.923	1.337.700
Debêntures simples	2.031.002	1.985.107	2.031.002	1.985.107
Total	**3.430.435**	**3.320.944**	**3.430.925**	**3.322.807**

Os valores de mercado passivos são calculados através da projeção do saldo devedor, atualizado pela taxa contratual, pelo período de meses restantes para pagamento. O valor encontrado retroage ao período atual, utilizando-se as taxas de mercado abaixo:

	Controladora / Consolidado			
Linhas	**Taxa contratual**	**Período meses**	**Taxa de mercado**	**Observações**
Caixa/FGTS	7,71%	167	8,00%	Cotação da taxa da Caixa em dez/17
BNDES/BNE	7,55%	53	9,55%	Cotação da taxa do BNDES/BNE em dez/17
FINAME	3,15%	86	10,90%	Cotação da taxa FINAME em dez/17
Bank of New York	4,27%	76	8,00%	Cotação da taxa AFD em dez/17
Debêntures simples	8,68%	54	7,90%	Cotação taxas Debts. BNDES e mercado dez/17
KfW	2,07%	73	2,07%	Cotação taxa do KfW em dez/17
IBM	5,15%	29	5,15%	Cotação taxa de mercado em dez/17

21. Instrumento Financeiro por Categoria

(a) Controladora

	31/12/2017			31/12/2016		
	Empréstimos e recebíveis	**Ativos disponíveis para venda**	**Total**	**Empréstimos e recebíveis**	**Ativos disponíveis para venda**	**Total**
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	405.573	-	**405.573**	621.673	-	**621.673**
Contas a receber de clientes	1.167.390	-	**1.167.390**	1.060.630	-	**1.060.630**
Bancos e aplicações de convênios	23.153	-	**23.153**	37.214	-	**37.214**
Aplicações financeiras vinculada	76.196	-	**76.196**	75.395	-	**75.395**
Ativos financeiros de concessões	659.147	-	**659.147**	604.538	-	**604.538**
Título patrimonial	-	73.058	**73.058**	-	59.564	**59.564**
Créditos com controladas	-	-	**-**	-	-	**-**
Demais contas a receber [(1)]	191.085	-	**191.085**	190.111	-	**190.111**
Total	**2.522.544**	**73.058**	**2.595.602**	**2.589.561**	**59.564**	**2.649.125**

[(1)] Excluindo pagamentos antecipados.

Notas Explicativas

	31/12/2017		31/12/2016	
	Outros passivos financeiros	Total	Outros passivos financeiros	Total
Passivos				
Empréstimos e financiamentos e debêntures	3.136.099	**3.136.099**	3.430.435	**3.430.435**
Fornecedores [1]	191.866	**191.866**	149.394	**149.394**
PPP - Rio Manso	466.628	**466.628**	550.144	**550.144**
Contrato IBM	1.042	**1.042**	1.042	**1.042**
Total	**3.795.635**	**3.795.635**	**4.131.015**	**4.131.015**

[1] Os valores referentes a 31 de dezembro de 2016 foram ajustados com a inclusão do montante referente a energia elétrica, conforme consta no balanço patrimonial a fim de permitir a comparabilidade com 31 de dezembro de 2017.

(b) Consolidado

	31/12/2017			31/12/2016		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos disponíveis para venda	Total	Empréstimos e recebíveis	Ativos disponíveis para venda	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	420.858	-	**420.858**	638.743	-	**638.743**
Contas a receber de clientes	1.173.653	-	**1.173.653**	1.065.294	-	**1.065.294**
Bancos e aplicações de convênios	23.284	-	**23.284**	37.175	-	**37.175**
Aplicações financeiras vinculada	76.196	-	**76.196**	75.395	-	**75.395**
Ativos financeiros de concessões	659.147	-	**659.147**	604.538	-	**604.538**
Título patrimonial	-	73.058	**73.058**	-	59.564	**59.564**
Demais contas a receber [1]	189.524	-	**189.524**	189.554	-	**189.554**
Total	**2.542.662**	**73.058**	**2.615.720**	**2.610.699**	**59.564**	**2.670.263**

[1] Excluindo pagamentos antecipados.

	31/12/2017		31/12/2016	
	Outros passivos financeiros	Total	Outros passivos financeiros	Total
Passivos				
Empréstimos e financiamentos e debêntures	3.136.099	**3.136.099**	3.430.925	**3.430.925**
Fornecedores [1]	199.483	**199.483**	154.408	**154.408**
PPP - Rio Manso	466.628	**466.628**	550.144	**550.144**
Contrato IBM	1.042	**1.042**	1.042	**1.042**
Total	**3.803.252**	**3.803.252**	**4.136.519**	**4.136.519**

[1] Os valores referentes a 31 de dezembro de 2016 foram ajustados com a inclusão do montante referente a energia elétrica, conforme consta no balanço patrimonial a fim de permitir a comparabilidade com 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

22. Transações com Partes Relacionadas

(a) Ativo, passivo e resultado

Em 14 de dezembro de 2017, a Companhia aprovou a Política de Transações com Partes Relacionadas com o objetivo de estabelecer regras e procedimentos a serem observados quando da ocorrência de Transações entre Partes Relacionadas, para assegurar a transparência e a equidade nas transações e garantir a aderência aos preceitos legais e às melhores práticas de governança corporativa.

Assim, além dos convênios descritos na Nota 16, as demais transações com partes relacionadas resumem-se, basicamente, àquelas efetuadas com o Estado de Minas Gerais, que é o controlador da Companhia (Nota 18), a subsidiária Copanor, Copass Saúde e Fundação Libertas de Seguridade Social. Os saldos e operações mais relevantes são como segue:

	Controladora			
	31/12/2017			
		Outras		
	Subsidiária COPANOR	ESTADO MG	COPASS	LIBERTAS
Ativo				
Circulante				
Clientes				
Valores faturados	-	79.753	-	-
Convênios	-	18.404	-	-
Créditos diversos				
Créditos com controlada	1.695	-	-	-
Total do ativo	**1.695**	**98.157**	-	-
Passivo				
Circulante				
Juros sobre capital próprio	-	79.153	-	-
Programa de seguridade	-	-	-	36.088
Programa de saúde	-	-	9.076	-
Não circulante				
Programa de seguridade	-	-	-	80.083
Total do passivo	**-**	**79.153**	**9.076**	**116.171**
Resultado				
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	138.526	-	-
Juros e receitas de variações monetárias	-	-	-	-
Programa de seguridade	-	-	-	39.322
Programa de saúde	-	-	70.075	-

Notas Explicativas

	Controladora			
	31/12/2016			
		Outras		
	Subsidiária COPANOR	ESTADO MG	COPASS	LIBERTAS
Ativo				
Circulante				
Clientes				
Valores faturados	-	44.600	-	-
Convênios	-	15.450	-	-
Créditos diversos				
Créditos com controlada	673	-	-	-
Total do ativo	**673**	**60.050**	-	-
Passivo				
Circulante				
Juros sobre capital próprio	-	62.505	-	-
Programa de seguridade	-	-	-	33.127
Programa de saúde	-	-	8.453	-
Não circulante				
Programa de seguridade	-	-	-	110.300
Total do passivo	**-**	**62.505**	**8.453**	**143.427**
Resultado				
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	134.673	-	-
Juros e receitas de variações monetárias	1.147	-	-	-
Programa de seguridade	-	-	-	35.969
Programa de saúde	-	-	60.947	-

Os saldos e operações com partes relacionadas são realizados a preços e condições considerados pela Administração como compatíveis com os praticados no mercado, excetuando-se a forma de liquidação financeira, que poderá acontecer através de negociações especiais (encontro de contas).

Em 31 de dezembro de 2016 foram retirados os valores dos investimentos ativos e passivos nas subsidiárias, bem como os valores referentes a "Foz de Jeceaba" uma vez que correspondiam a um investimento de baixa representatividade mantido pela Companhia e sem influência significativa sobre a investida ou sobre a entidade que reporta a informação.

Também foram incluídas outras partes relacionadas, conforme definido pela Política de Partes Relacionadas da Companhia elaborada em 2017.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

	2017	2016
Remuneração	5.023	4.600
Benefícios assistenciais (*)	303	183
Total	**5.326**	**4.783**

(*) Refere-se à alimentação, saúde e benefício pós-emprego.

22.1 Natureza das operações com partes relacionadas

- **COPANOR**

Referem-se aos gastos com os empregados cedidos pela Controladora.

Notas Explicativas

- **Garantia do Estado de Minas Gerais em contratos da Companhia com a União**

  Os contratos abaixo relacionados descrevem garantias prestadas pelo Estado de Minas Gerais em contratos envolvendo a Companhia e a União:

  Por meio do Contrato de Confissão e Consolidação de Dívida, de 05 de agosto de 1998, firmado entre a União, o Estado de Minas Gerais e a COPASA MG, o Estado cedeu como garantia de pagamento da dívida da COPASA, ora confessada, junto ao BNY, seus créditos sobre Impostos previstos nos artigos 155, 157 e 159 da Constituição da República Federativa do Brasil, nos termos previstos na cláusula V do referido contrato, ou seja, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo devedor desse Contrato é de R$83.768.

  Por meio do Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Crédito em Contragarantia, de 29 de novembro de 2011, firmado entre a União, o Estado de Minas Gerais e a COPASA MG, o Estado cedeu como contragarantia à União, em caso de inadimplência da Companhia perante o Banco KfW, seus créditos sobre Impostos previstos nos artigos 155, 157 e 159 da Constituição da República Federativa do Brasil, nos termos previstos na cláusula III do referido Contrato, ou seja, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo em aberto desse contrato é de R$235.514.

- **Convênios com Estado de Minas Gerais**

  Trata-se de convênios firmados entre a Companhia e o Estado, nos quais este último repassa recursos oriundos do Orçamento Geral da União, a fundo perdido, ou seja sem custos financeiros e sem necessidade de garantias. A contrapartida exigida é a execução de obras de infraestrutura nos prazos de vigência dos convênios.

- **Fundação Libertas**

  Contribuição pela Patrocinadora referente aos empregados participantes de um dos 3 planos de Previdência Complementar: benefício definido, benefício de fundo saldado e de contribuição definida, administrados pela Fundação Libertas (Nota 17).

- **COPASS Saúde**

  Contribuição pela patrocinadora no plano de saúde e odontológico dos empregados.

23. Prestação de Serviços Públicos de Água e Esgoto em Belo Horizonte

1º) Em fevereiro de 2010 foi assinado Termo de Compensação de Dívidas Recíprocas, entre a Fazenda Pública do Município de Belo Horizonte e COPASA MG, estabelecendo que a forma de quitação dos débitos da Companhia para com a Prefeitura de Belo Horizonte, oriundos do não recolhimento de tributos (ISSQN), devido a isenção concedida na assinatura do Convênio com esse Município, em 31 de janeiro de 1973 e que foi posteriormente revogada pela Prefeitura, seria realizada através de compensação com os créditos que a COPASA possuía com o Município, referentes a faturas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não pagas no período de 1990 a 2002.

Este acordo definiu que o valor de R$216.765 seria liquidado mediante pagamentos recíprocos em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e consecutivas, de igual valor, sujeitas a juros de 1% (hum por cento) ao mês e atualização monetária anual pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, pelo IBGE (Notas 07 e 11).

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo a receber registrado é de R$153.174, sendo R$70.696 no ativo circulante e R$82.478 no ativo não circulante (R$204.024 em 31 de dezembro de 2016, sendo R$64.429 no ativo circulante e R$139.595 no ativo não circulante).

2º) A Companhia assumiu, através do Convênio de Cooperação celebrado em 13 de novembro de 2002, parte dos custos do Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vale e dos Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte - DRENURBS, de interesse do Município, cujo valor inicialmente contratado de R$170.000, está sendo atualizado pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. As medições atualizadas são apresentadas mensalmente para reembolso, com contrapartida no Ativo Intangível, a título de Direito de Exploração da Concessão de Belo Horizonte.

24. Compromissos

A Companhia assinou contratos para construção de novos empreendimentos, em que as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Os principais contratos com empreiteiros e fornecedores em aberto, em 31 de dezembro de 2017, estão demonstrados a seguir:

Contratado	Valor	Data da assinatura	Prazo em meses
Construtora Artecn S/A	63.798	26/09/2017	18
Consórcio Infracon RFJ Conata Montes Claros	33.760	04/08/2017	12
Construtora Cross Ltda	13.542	02/10/2017	20
Construtora Integral Ltda	11.564	27/12/2017	18
Poros Construtora Eireli EPP	11.334	27/12/2017	12
Consórcio Conata Comim Infracon	8.171	19/12/2017	20
DM Construções e Comércio Ltda	7.481	31/05/2017	13
Empreendimentos M.M. Ltda	7.027	01/08/2017	18
Senic - Serviços de Engenharia Indústria e Comércio Ltda	6.797	26/09/2017	20
Engesolo Engenharia Ltda	4.620	26/12/2017	24

25. Política de Seguros

A Companhia e suas subsidiárias contrataram serviços de Seguro de Responsabilidade Civil de Conselheiros, Diretores e Administradores de Sociedades Comerciais, visando garantir indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, referente a eventuais acordos judiciais e extrajudiciais, sentenças proferidas por tribunais arbitrais, condenações judiciais transitadas em julgado, incluindo honorários advocatícios e despesas processuais, durante o andamento dos processos, fundados em responsabilidade civil por atos de gestão praticados pelas referidas pessoas, no exercício de suas funções.

Em 13 de fevereiro de 2017, a Companhia contratou seguro para a cobertura para danos causados em suas edificações ou instalações, nos locais denominados Regional, Cercadinho, Mutuca e Barreiro.

Notas Explicativas

26. Transações que não Envolvem Caixa ou Equivalentes de Caixa

Durante os exercícios de 2017 e 2016, a Companhia e suas subsidiárias realizaram as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora / Consolidado	
	2017	**2016**
Transações Parceria Público Privada PPP (Nota 09)	-	4.407
Juros capitalizados (Nota 09)	28.237	25.422

27. Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	Controladora		**Consolidado**	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Receita bruta de prestação de serviço de água e esgoto	4.405.117	4.015.006	4.433.472	4.041.109
Receita bruta de venda de produtos	-	-	-	1.057
Resíduos sólidos	399	-	399	-
Receita de construção	302.663	364.668	302.663	364.668
Total receita bruta	**4.708.179**	**4.379.674**	**4.736.534**	**4.406.834**
Impostos sobre vendas e descontos incondicionais concedidos	(407.510)	(371.388)	(410.133)	(373.959)
Receita líquida(*)	**4.300.669**	**4.008.286**	**4.326.401**	**4.032.875**

(*) Detalhamento da Receita líquida:

	Controladora		**Consolidado**	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Receita direta de água	2.504.010	2.296.895	2.523.283	2.314.606
Receita direta de esgoto	1.398.652	1.264.050	1.404.404	1.269.478
Receita bruta de venda de produtos	-	-	-	900
Resíduos sólidos	399	-	399	-
Total receita direta	**3.903.061**	**3.560.945**	**3.928.086**	**3.584.984**
Receita indireta de água	82.330	71.249	83.024	71.786
Receita indireta de esgoto	12.615	11.424	12.628	11.437
Total receita indireta	**94.945**	**82.673**	**95.652**	**83.223**
Receita de construção	**302.663**	**364.668**	**302.663**	**364.668**
Total da receita líquida	**4.300.669**	**4.008.286**	**4.326.401**	**4.032.875**

As outras receitas operacionais auferidas pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão apresentadas abaixo:

	Controladora		**Consolidado**	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Reversão de provisão não dedutível	146.303	75.870	146.670	76.492
Recuperação de contas baixadas	77.933	78.506	79.734	80.226
Ressarcimento programa de saúde	594	710	594	710
Outras receitas	22.965	35.197	23.254	38.383
Total outras receitas operacionais	**247.796**	**190.283**	**250.252**	**195.811**

Notas Explicativas

28. Despesas por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Salários e encargos (Pessoal)	1.227.550	1.128.188	1.243.441	1.141.249
Materiais	140.412	134.419	144.488	137.510
Serviços de terceiros	876.830	793.456	890.677	804.642
Gerais	129.564	105.215	130.740	106.275
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	198.670	158.278	201.509	161.286
Provisões para perdas materiais obsoletos	713	275	713	308
Custos dos produtos vendidos	-	-	-	643
(-) Créditos tributários	(120.357)	(128.211)	(121.477)	(129.372)
Custos Serviços vendidos+despesas com vendas e administ. (sem deprec./amort e custo construção)	**2.453.382**	**2.191.620**	**2.490.091**	**2.222.541**
Depreciações e amortizações	563.996	596.745	563.996	596.782
Custos Serviços vendidos+despesas com vendas e administrativas (sem custo de construção)	**3.017.378**	**2.788.365**	**3.054.087**	**2.819.323**
Custos de construção (*)	302.663	364.668	302.663	364.668
Custos dos Serviços vendidos+despesas com vendas e administrativas	**3.320.041**	**3.153.033**	**3.356.750**	**3.183.991**
Provisões para demandas judiciais	163.141	157.345	163.299	158.945
Participação dos empregados nos lucros	35.236	27.173	35.236	27.173
Outros	63.681	55.114	64.655	59.250
Despesas operacionais líquidas	**3.582.099**	**3.392.665**	**3.619.940**	**3.429.359**
Custos	**2.461.999**	**2.460.959**	**2.490.995**	**2.484.398**
Despesas	**1.120.100**	**931.706**	**1.128.945**	**944.961**

(*) Detalhamento dos custos de construção:

	Controladora / Consolidado	
	2017	**2016**
Salários e encargos	20.719	28.678
Materiais	71.372	31.599
Equipamentos	13.749	13.783
Serviços de terceiros	171.384	268.726
Custos de financiamentos	24.768	21.120
Outros	671	762
Total dos custos de construção	**302.663**	**364.668**

Notas Explicativas

29. Despesas com Benefícios e Empregados

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Salários	676.427	614.094	686.204	622.411
Custos previdenciários	203.979	190.326	206.679	192.664
FGTS	55.860	54.919	56.552	55.653
Contribuição para plano de pensão	39.322	35.969	39.322	35.971
Programa de alimentação	160.697	151.931	162.861	153.222
Programa de saúde	70.075	60.946	70.480	61.286
Outros benefícios	21.190	20.003	21.343	20.042
Total	**1.227.550**	**1.128.188**	**1.243.441**	**1.141.249**
Número de empregados (não auditado)	11.262	11.325	11.681	11.735

30. Receitas e Despesas Financeiras

As receitas (despesas) financeiras podem ser assim sumariadas:

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Juros ativos	22.606	23.188	22.933	22.219
Rendimentos com aplicações financeiras	57.966	59.653	60.017	63.449
Receita de variação monetária e cambial	12.866	93.375	12.882	93.390
Receita de ativos financeiros/outros[(1)]	45.101	32.315	45.102	32.315
Tributos sobre receita financeira	(6.394)	(6.281)	(6.506)	(6.467)
Total de receita	**132.145**	**202.250**	**134.428**	**204.906**
Juros sobre financiamentos	(238.884)	(292.795)	(238.899)	(292.929)
Despesa de variação monetária e cambial	(93.117)	(109.761)	(93.116)	(109.760)
Outras despesas	(404)	(899)	(426)	(1.045)
Total de despesa	**(332.405)**	**(403.455)**	**(332.441)**	**(403.734)**
Resultado financeiro	**(200.260)**	**(201.205)**	**(198.013)**	**(198.828)**

[(1)] Em 30 de junho de 2017 foi reconhecida uma receita de capitalização de Ativo financeiro no valor de R$17,3 milhões, decorrente da transferência dos ativos dos sistemas compartilhados do Intangível e financeiros para o Imobilizado, conforme Nota 8.

Notas Explicativas

31. Teste de Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos

A Companhia elaborou estudo técnico de "teste de *impairment*", com o objetivo de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso, nos termos do
CPC 01. Esse estudo baseou-se nos dados do ano de 2017, com projeção de todas as variáveis de produção, faturamento, população atendida e custo de capital até o prazo remanescente dos contratos de concessões vigentes
ou em processo de renovação e o resultado demonstrou a geração de VPL positivo.

32. Dados Operacionais e Financeiros das Atividades Relacionadas à Consecução dos Fins de Interesse Coletivo

Em atendimento ao disposto no inciso VI do art. 8° da Lei Federal nº 13.303/16 e no inciso VI do art. 13 do Decreto Estadual nº 47.154/17, a COPASA MG comunica que os dados operacionais e financeiros das atividades relacionadas à consecução dos fins de interesse coletivo estão informados nos itens 3, 7, 8, 9, 10, 16 e 17 do Relatório de Administração, parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

33. Eventos Subsequentes

Foi concluída, em 15 de fevereiro de 2018, com a publicação do Anúncio de Encerramento, a Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da 12ª Emissão da Companhia, no valor de R$268,0 milhões, em 2 séries, emitida nos termos da Instrução CVM 400/03.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

1. Projeções

Visando acompanhar a dinâmica do setor de saneamento e o desempenho da economia brasileira, a Companhia revisa periodicamente seu planejamento e metas, compreendendo inclusive os planos de investimentos.

1.1. Projeções divulgadas para 2017: Programa de Investimentos

Para o exercício de 2017, a Assembleia Geral Ordinária, realizada em 26.04.2017, aprovou o Programa de Investimentos da COPASA MG e de sua subsidiária COPANOR, cujos valores foram de R$650,0 milhões e R$40,0 milhões, respectivamente.

1.2. Investimentos realizados em 2017

Os investimentos realizados em 2017 pela COPASA MG foram de R$511 milhões, sendo que R$239 milhões foram alocados em sistemas de abastecimento de água, R$252 milhões em sistemas de esgotamento sanitário e R$20 milhões em programas de desenvolvimento empresarial e operacional.

Os valores investidos pela COPANOR foram de R$28 milhões, sendo R$14 milhões em sistemas de esgotamento sanitário, R$10 milhões em sistemas de abastecimento de água e R$4 milhões em programas de desenvolvimento empresarial e operacional.

1.3. *Guidance*

Em dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Plano Plurianual de Negócios 2018-2022, que consolida o diagnóstico do desempenho operacional e financeiro dos últimos anos, e estabelece as diretrizes e metas com ações de curto e médio prazo priorizadas para os próximos cinco anos, conforme tabela a seguir:

Plano Plurianual de Investimentos 2018-2022 (R$/Milhões)

Ano	COPASA	COPANOR
2018	650	40
2019	550	40
2020	700	40
2021	750	40
2022	800	40

Proposta de Orçamento de Capital

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Tendo em vista as projeções para o crescimento dos negócios em 2018, a Companhia realizará investimentos em expansão dos serviços de água, com obras de ampliação da capacidade de produção, expansão da capacidade de atendimento e implantação de sistemas. Além disso, serão investidos recursos em sistemas de esgotamento sanitário, em obras visando à expansão da capacidade de atendimento, implantação de sistemas, tratamento de esgoto e destinação adequada de efluentes, dentre outros.

Os investimentos previstos para 2018 pela COPASA, para deliberação da Assembleia Geral Ordinária - AGO totalizam R$650 milhões. Para a realização desses investimentos, a Companhia deverá utilizar R$163 milhões de recursos próprios e R$487 milhões de recursos de terceiros.

Adicionalmente, será submetido à mesma AGO proposta de investimentos de R$40 milhões, com objetivo de melhorar as condições de infraestrutura da prestação de serviços, tendo como fonte de recursos um subsídio oriundo de valor adicional cobrado na tarifa dos clientes da Companhia, conforme estabelecido na Revisão Tarifária da COPASA, concluída em junho de 2017.

Esses valores poderão ser revisados quadrimestralmente, de acordo com o comportamento das questões macroeconômicas e da execução do Programa de Investimentos, no decorrer de 2018.

R$ milhões

Especificação	COPASA	COPANOR	Total
Água	317,8	20,1	337,9
Esgoto	282,1	19,0	301,1
Outros	50,1	0,9	51,0
Total	650,0	40,0	690,0

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente

sobre as demonstrações financeiras

individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA e da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações

financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia de

Saneamento de Minas Gerais - COPASA e da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA e suas controladas em 31 de dezembro de 2017

não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem

de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Receita de prestação de serviço de água e esgoto e contas a receber de clientes (Notas explicativas 7 e 27)

Porque é um PAA

A Companhia reconhece a receita de prestação de serviços de água e esgoto em base diárias e possui uma carteira de clientes pulverizada, sendo altamente dependente do ambiente de tecnologia, requerendo uma estrutura robusta para suportar o volume de transações de faturamento e as contas a receber, desde a leitura do consumo, processamento, emissão e liquidação de faturas.

Adicionalmente, o reconhecimento da receita inclui estimativa das vendas baseada no volume consumido e ainda não faturado, calculada a partir da última data de leitura de consumo até o final de cada período.

Em função da complexidade, dos riscos inerentes e do alto nível de dependência do ambiente de tecnologia que o processo de receita e contas a receber possuem, essa permanece como uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Com o auxílio dos nossos especialistas de sistemas, atualizamos o entendimento e testamos os controles gerais do ambiente de tecnologia relacionados, principalmente, aos aspectos de segurança da informação, mudança em sistemas e monitoramento dos processamentos que suportam o sistema de faturamento da Companhia.

Efetuamos, também, atualização do entendimento e teste dos controles internos relevantes relacionados com os processos de faturamento e contas a receber, que incluem leitura do consumo, processamento, emissão e liquidação das faturas.

Além dos testes de controles, realizamos entre outros procedimentos, teste de conciliação dos saldos contábeis com os relatórios auxiliares e, em base amostral, inspecionamos faturas e recebimento, bem como realizamos teste de recebimento subsequente de selecionadas contas a receber em aberto ao final do exercício.

Para a estimativa da receita a faturar, avaliamos a razoabilidade dos dados e critérios adotados pela administração da Companhia, bem como a uniformidade desses critérios em relação ao adotado no ano anterior. Também efetuamos comparação dessa estimativa com a receita faturada no mês subsequente.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas adotados pela administração para o reconhecimento da receita, incluindo correto período de competência, são razoáveis e consistentes com as informações e documentos apresentados.

Estimativas relacionadas a provisão para perda do valor recuperável de contas a receber de clientes (Nota explicativa 3.5)

Porque é um PAA

A Companhia adota como critério para o cálculo da provisão para perda do valor recuperável de contas a receber o modelo matemático determinado pela legislação tributária, complementado por provisão para os créditos a vencer e vencidos há menos de 180 dias, para clientes que já possuem faturas inseridas na provisão para perda do valor recuperável.

O critério utilizado pela administração em atendimento à legislação tributária, com o complemento acima, poderia não satisfazer às práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Por essa razão, mantivemos essa área como foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Atualizamos o entendimento geral do processo com os responsáveis da administração acerca dos critérios e controles utilizados para elaboração da estimativa. Em nossa auditoria, entre outros procedimentos:

. Efetuamos testes sobre a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos critérios definidos pela administração.

. Realizamos testes em bases amostrais com o objetivo de observar integridade da base de dados utilizada para o cálculo da provisão, bem como confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos fornecidas pela administração.

. Realizamos análise da idade de vencimento dos títulos vencidos para a base coletiva do contas a receber e comparamos com o histórico das perdas efetivas apuradas pela Companhia nos últimos anos, identificando e reportando ajustes considerados não relevantes pela Administração.

Consideramos que as premissas e os critérios adotados pela administração para o reconhecimento da provisão são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras.

Ativos intangíveis e ativos financeiros decorrente dos contratos de concessão (Notas explicativas 3.7 e 3.9 (a))

Porque é um PAA

Os ativos intangíveis de concessão são reconhecidos com base nos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura e realizados através da cobrança aos usuários via tarifa. Já os ativos financeiros de concessão são reconhecidos quando há o direito incondicional de receber caixa no final da concessão a título de indenização e referem-se a parcela que não é recuperada via tarifa e sim diretamente do poder concedente.

Nos concentramos nessa área porque a aplicação da referida prática contábil envolve julgamento significativo e uso, pela administração, de premissas e estimativas subjetivas, tais como critérios de elegibilidade para adições no intangível, valores de amortização até o final da concessão, além da magnitude dos valores relacionados aos ativos intangíveis e ativos financeiros ligados à concessão (R$ 6,1 bilhões e R$ 659 milhões em 31 de dezembro de 2017, respectivamente).

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Entre outros, realizamos os seguintes procedimentos:

. Avaliamos a consistência da aplicação da política contábil de reconhecimento dos ativos intangíveis e ativos financeiros decorrentes dos contratos de concessão.

. Atualizamos o entendimento e teste dos controles internos para aquisição, avaliação, mensuração e reconhecimento desses ativos intangíveis.

. Testamos o cálculo da segregação de valores entre o ativo financeiro e o ativo intangível no reconhecimento inicial, bem como mensurações subsequentes decorrentes da renovação de concessões e da atualização do ativo financeiro.

. Para uma determinada amostra inspecionamos documentações referentes às principais adições ao intangível e seus correspondentes pagamentos.

. Checamos, também, os contratos e aspectos relevantes do processo licitatório de uma determinada amostra de intangível em andamento registrada no exercício.

. Realizamos o confronto dos saldos contábeis com os controles auxiliares fornecidos pela administração.

. Testamos o cálculo das amortizações dos ativos intangíveis.

. Para as concessões vencidas, discutimos com a administração o status das renovações e inspecionamos, quando aplicável, as principais documentações que suportam as negociações em andamento e os respectivos reflexos contábeis.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a apuração dos ativos intangíveis e ativos financeiros decorrente dos contratos de concessão são razoáveis, e as divulgações efetuadas são consistentes com dados e informações que tivemos acesso.

Provisão para demandas judiciais (Nota explicativa 13)

Porque é um PAA

A Companhia e suas controladas são parte integrante, em processos judiciais e administrativos de natureza cível, tributária, ambiental e trabalhista, para os quais a administração registra uma provisão com bases em estimativas em seu balanço patrimonial nos casos em que considera que haverá perda provável. Essa área continua sendo foco de nossa auditoria uma vez que os processos mencionados geralmente envolvem discussões sobre o mérito e sobre aspectos processuais complexos, além de julgamentos críticos da administração no que se referem às probabilidades de êxito. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia e suas Controladas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação, o reconhecimento das provisões e as divulgações em notas explicativas. Atualizamos, também, o entendimento sobre o modelo de cálculo adotado, que considera o histórico de perda em processos da mesma natureza e prognósticos fornecidos por consultores jurídicos externos.

Efetuamos procedimentos de confirmação de informações com os escritórios de advocacia externos e o departamento jurídico interno da Companhia e suas Controladas, que patrocinam os processos judiciais e administrativos em relação à avaliação do prognóstico, à totalidade das informações e ao valor das provisões. Para selecionadas causas, discutimos com os consultores jurídicos da Companhia, a razoabilidade do prognóstico de perda.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para demandas judiciais, bem como as divulgações relevantes efetuadas, são consistentes com as posições dos consultores jurídicos internos e externos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2018.

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Guilherme Campos e Silva

Contador CRC 1SP218254/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, o Balanço Social e as Demonstrações Financeiras, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas. Os membros do Conselho Fiscal examinaram ainda a Proposta de Orçamento de Capital e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Com base nos exames efetuados e à vista do parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, de 22 de fevereiro de 2018, apresentado sem ressalva, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das Demonstrações Financeiras da COPASA (Controladora e Consolidada em IFRS), do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a ser submetida à discussão e votação na AGO dos acionistas da COPASA MG.

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2018.

Sebastião Espírito Santo de Castro

Presidente do Conselho

Adriano Cives Seabra

Conselheiro

Paulo Roberto de Araújo

Conselheiro

Dagmar Maria Pereira Soares Dutra

Conselheira

Virgínia Kirchmeyer Vieira

Conselheira

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DO PARECER DE AUDITORIA INDEPENDENTE PELOS DIRETORES

Em atendimento aos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, a Diretora Presidente e os demais Diretores da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Rua Mar de Espanha, 525, Belo Horizonte - MG, inscrita no CNPJ sob nº 17.281.106/0001- 03, declaram que:

1.Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Controladora e Consolidadas em IFRS referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e

2.Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Controladora e Consolidadas em IFRS relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2018.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DO PARECER DE AUDITORIA INDEPENDENTE PELOS DIRETORES

Em atendimento aos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, a Diretora Presidente e os demais Diretores da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Rua Mar de Espanha, 525, Belo Horizonte - MG, inscrita no CNPJ sob nº 17.281.106/0001- 03, declaram que:

1.Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Controladora e Consolidadas em IFRS referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e

2.Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Controladora e Consolidadas em IFRS relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2018.

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	019445DFP311220170100071694-71 Inclusão do Balanço Social no Relatório da Administração